



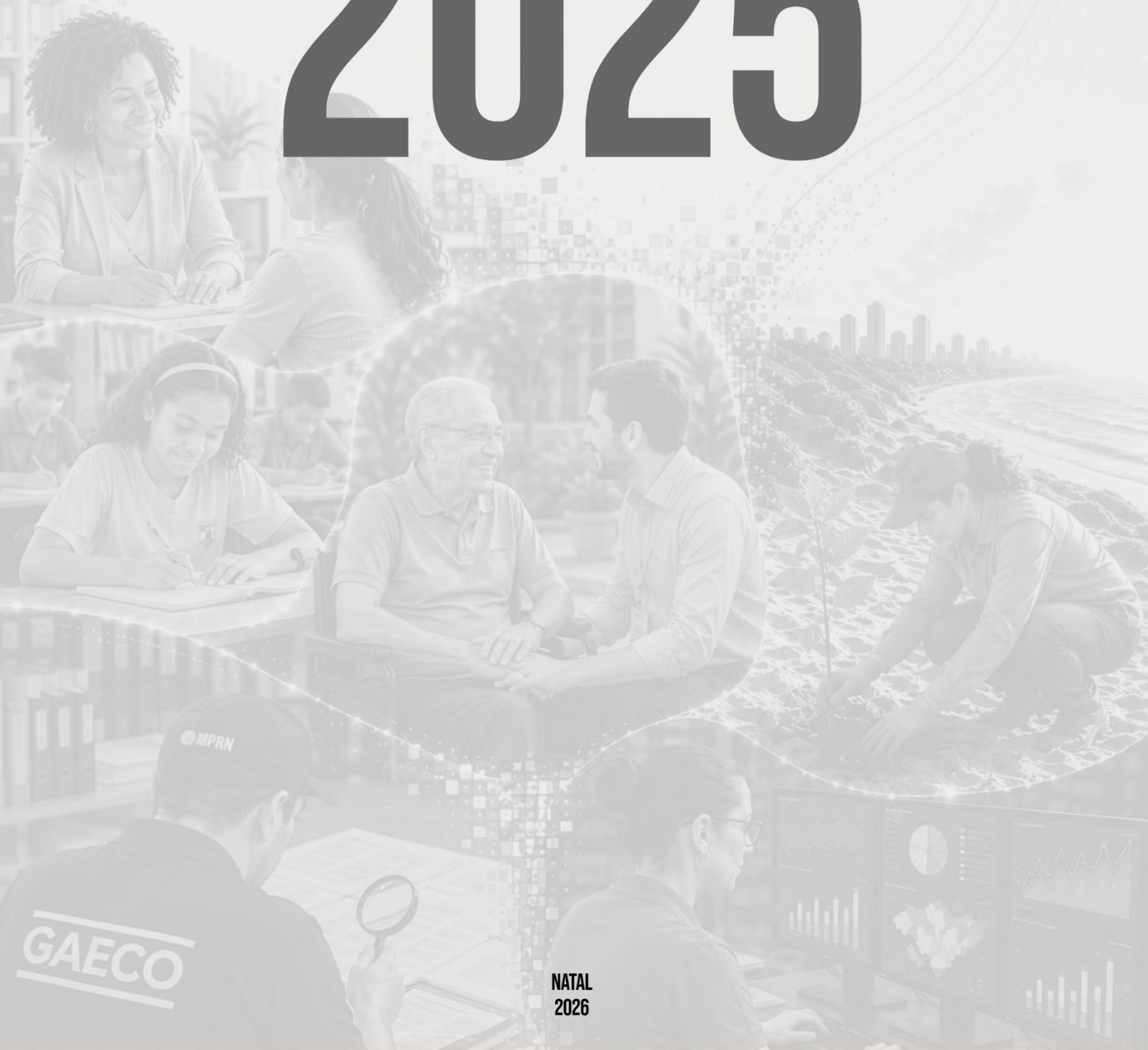
MPRN MINISTÉRIO PÚBLICO
DO RIO GRANDE DO NORTE

RELATÓRIO DE GESTÃO 2025



NATAL
2026

RELATÓRIO DE GESTÃO 2025



EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO-GERAL

Leonardo Dantas Nagashima

Chefe de Gabinete

ORGANIZAÇÃO

Wilton Alves Pequeno

Gerente de Gestão Estratégica

Rafael Marques

Analista do MPE

Suzy Silva da Silveira

Residente do MP

PROJETO GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Jeann Karlo Dantas Lima

Chefe do Setor de Produção e Arte

EDITORAÇÃO

Nouraide Fernandes Rocha de Queiroz

Assessora Técnica de Editoração

M963 Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte.

Relatório de Gestão 2025 / Organizado por Wilton Alves Pequeno, Rafael Marques e Suzy Silva da Silveira; Coordenado por Leonardo Dantas Nagashima. – Natal: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, 2026.
159p.

ISBN:

1. Relatório de Gestão. 2. Transparência. 3. Gestão. 4. Ministério Público.
Título.

CDU: 947.921.5(813.2)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Procuradoria-Geral de Justiça

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97 – Candelária

CEP 59065-555, Natal/RN – Brasil – Telefone: (84) 99972-2709 – www.mprn.mp.br

Glaucio Pinto Garcia

Procurador-Geral de Justiça

Juliana Limeira Teixeira

Procuradora-Geral de Justiça Adjunta

Leonardo Dantas Nagashima

Chefe de Gabinete

Sayonara Café de Melo

Corregedora-Geral

Anísio Marinho Neto

Corregedor-Geral Adjunto

Mariana Marinho Barbalho

Ouvidora-Geral

Jean Marcel Cunto Lima

Diretor-Geral

MENSAGEM DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Apresento este Relatório Anual de Gestão de 2025, o primeiro sob a minha condução enquanto Procurador-Geral de Justiça. Estar à frente do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN), ao lado de membros, servidores, estagiários e colaboradores que desempenham suas atividades com excelência, enche-me de orgulho e fortalece o compromisso de servir à população potiguar.

O ano de 2025 consolidou avanços significativos na modernização institucional, na sustentabilidade e no fortalecimento da governança, bem como na ampliação da transformação digital e do atendimento ao cidadão, traduzindo o planejamento estratégico em resultados concretos. Ao assumirmos a gestão do MPRN em junho de 2025, norteados pela eficiência operacional e pela união de propósitos, demonstramos que a gestão responsável dos recursos públicos, aliada à inovação contínua, amplia nossa capacidade de resposta institucional e assegura melhor efetividade na defesa dos direitos fundamentais e no suporte às atividades finalísticas da instituição.

A otimização de recursos e o equilíbrio fiscal foram pilares da gestão administrativa. Alcançamos índice de execução orçamentária de 99,79% em relação ao empenhamento da dotação final, evidenciando responsabilidade e alinhamento com as prioridades institucionais. Além disso, a unificação de áreas logísticas e as readequações estruturais aconteceram sem impacto orçamentário adicional. Sob a perspectiva da sustentabilidade financeira e ambiental, o projeto MP Solar consolidou-se como referência nacional, alcançando 6.654.551 kWh de geração acumulada e propiciando economia superior a R\$ 4 milhões aos cofres do MPRN.

Os investimentos na Central de Apoio Técnico Especializado (CATE) e a revisão dos controles internos de produtividade projetam incremento de 32% na produção interna para 2026, reduzindo substancialmente os gastos com contratação de profissionais autônomos.

A inovação tecnológica deixou de ser apenas uma perspectiva futura e passou a transformar o cotidiano da atividade-fim e da área administrativa. Com a estruturação do projeto Genius, implementamos soluções pioneiras de Inteligência Artificial generativa, capacitando mais de 700 usuários em quase 30 oficinas voltadas à otimização de processos de

trabalho, à redução de erros e ao aprimoramento da análise de informações estratégicas. A tecnologia também esteve presente no projeto Memória Viva, que utilizou IA para resgatar a história institucional. Paralelamente, o programa MP Seguro garantiu a proteção do patrimônio digital do MPRN, alcançando a marca histórica de zero incidentes de segurança.

O impacto dessa evolução administrativa e tecnológica reflete-se diretamente nos resultados entregues à sociedade. Em 2025, na atividade-fim, o MPRN contabilizou mais de 620 mil procedimentos judiciais recebidos e instaurou mais de 36 mil procedimentos extrajudiciais. No âmbito penal e no combate ao crime organizado, o Núcleo de Acordos de Não Persecução Penal (NANPP) centralizou a celebração de acordos penais consensuais, enquanto o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) deflagrou dezenas de operações de grande repercussão, combatendo desde o tráfico de entorpecentes até complexos esquemas de corrupção e desvios de recursos públicos.

Merece especial destaque o projeto Beagle, ferramenta tecnológica de cruzamento de dados que viabilizou a localização e a recaptura de mais de 1.000 foragidos da Justiça, conferindo maior celeridade e efetividade à persecução penal e alcançando o 3º do Prêmio do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) em 2025.

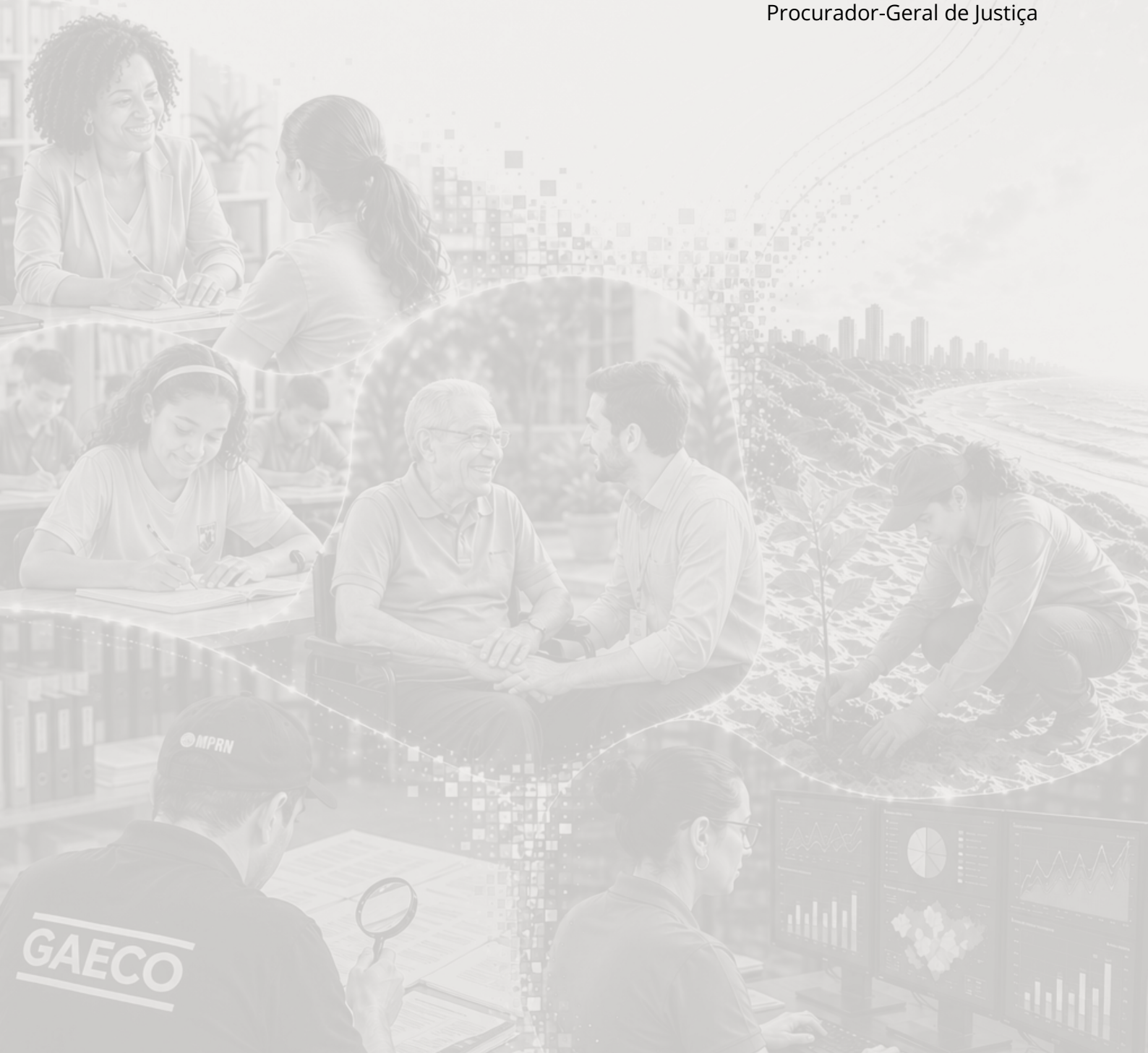
A proximidade com as demandas sociais também marcou nossa atuação em áreas essenciais da cidadania. Na infância e juventude, expandimos o acolhimento familiar por meio do projeto Abrace Vidas e lançamos o Painel 227 para monitoramento dos serviços em tempo real. O Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Cidadania (CAOP Cidadania) alcançou índice de êxito de 85,29% no projeto Fortalecendo a Educação Infantil, contribuindo para o cumprimento das metas de universalização de creches e pré-escolas.

Na área ambiental, o projeto Lixo Negociado contribuiu para a erradicação de práticas degradantes e impulsionou a concessão do Selo Cidade Limpa a 79 municípios potiguares. Na saúde, o MPRN atuou na ampliação de leitos hospitalares, na estruturação da linha de cuidado ao Transtorno do Espectro Autista (TEA) e no combate a fraudes que lesavam o Sistema Único de Saúde (SUS).

Também fortalecemos os canais de atendimento ao cidadão com a criação da Gerência de Atendimento ao Cidadão (GAC), a implantação do posto presencial em Natal, bem como a estruturação do Núcleo de Apoio ao Plantão Ministerial (NAPM), responsável por prestar suporte célere e ininterrupto aos membros durante os períodos de plantão e recesso ministerial, contabilizando 24.395 movimentações.

Ao encerrar esse primeiro ano à frente do MPRN, expresso meu profundo agradecimento a cada integrante da instituição e aos parceiros que contribuíram para a concretização dessas conquistas. Em 2025, o MPRN consolidou-se como uma instituição resolutiva, transparente, moderna e cada vez mais conectada às necessidades da sociedade potiguar. Seguimos confiantes de que a cultura de inovação, a responsabilidade na gestão e o foco em resultados sociais continuarão guiando nossa atuação em defesa de uma sociedade mais justa, segura, inclusiva e democrática.

Glaucio Pinto Garcia
Procurador-Geral de Justiça



SUMÁRIO

1 DIRETRIZES INSTITUCIONAIS 10

2 GESTÃO INSTITUCIONAL 13

ATUAÇÃO DO MPRN	13
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA	14
APROXIMAÇÃO COM A SOCIEDADE	22
OUVIDORIA DO MPRN	29
PROCURADORIAS E PROMOTORIAS DE JUSTIÇA	33
ATENDIMENTO AO CIDADÃO	45
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA	46
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO	49
CORREGEDORIA-GERAL	50

3 ÁREAS DE ATUAÇÃO 56

INFÂNCIA, JUVENTUDE E FAMÍLIA	56
CRIMINAL	69
PATRIMÔNIO PÚBLICO	78
MEIO AMBIENTE	85
CIDADANIA	94
INCLUSÃO	103
SAÚDE	109

4 GESTÃO ADMINISTRATIVA E SERVIÇOS AUXILIARES 119

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	119
MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	122
RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL	128
GESTÃO DE PESSOAS	131
ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL	138
GESTÃO ADMINISTRATIVA	146
GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	151
SEGURANÇA INSTITUCIONAL	157



1



1 DIRETRIZES INSTITUCIONAIS

MISSÃO

Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis.

VISÃO

Ser uma instituição com atuação resolutiva na defesa da sociedade, no combate à corrupção e à criminalidade e na garantia da implementação das políticas públicas.

VALORES

- Resolutividade;
- Efetividade;
- Proatividade;
- Compromisso;
- Inovação.

MPRN
MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE

[illegible]

[†] Barbara.Cornell@univie.ac.at, Guillaume.Bouchez@univie.ac.at, marco.cornell@univie.ac.at, Karin.Storck@univie.ac.at



2

2 GESTÃO INSTITUCIONAL

■ ATUAÇÃO DO MPRN

A atuação institucional do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN), em 2025, foi marcada pelo fortalecimento da sua função resolutiva, pelo aprimoramento da governança interna e pela ampliação da aproximação com a sociedade.

No período, destacaram-se:

- o aumento da produtividade em unidades estratégicas da Procuradoria-Geral de Justiça;
- a consolidação de estruturas de apoio técnico especializado, com ganhos de eficiência e economicidade;
- o avanço em políticas institucionais de integridade, gestão de riscos e sustentabilidade;
- a intensificação da atuação extrajudicial em áreas sensíveis, como saúde, infância e improbidade administrativa;
- o fortalecimento dos canais de escuta e atendimento ao cidadão.

Essa atuação reflete o compromisso institucional com a efetividade dos direitos fundamentais e com a modernização da atuação ministerial.



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

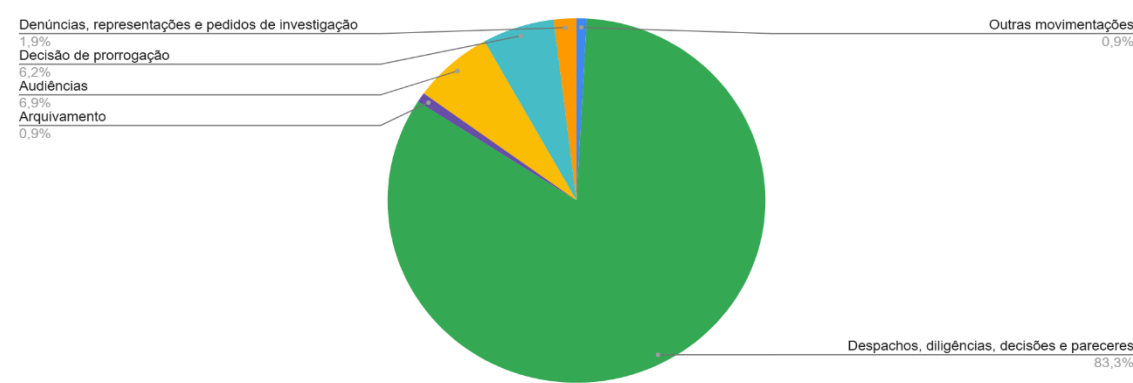
► Coordenadoria Jurídica Judicial

A Coordenadoria Jurídica Judicial (CJUD) tem a competência de coordenar as atividades de assessoramento jurídico à Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) nas atividades finalísticas.

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN), por meio de sua Cjud, apresenta os principais resultados no âmbito da atividade-fim da PGJ em 2025.

Nos Gráficos de 1 a 3 e nas Tabelas de 1 a 3, encontram-se os dados quantitativos concernentes às atividades extrajudiciais e judiciais.

Gráfico 1 - Dados referentes às atividades realizadas nos procedimentos extrajudiciais criminais 2025



Fonte: Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica, 2026.

Tabela 1 - Comparativo das atividades realizadas nos procedimentos extrajudiciais

Investigações	2024	2025
Despachos, diligência, decisões e pareceres	1.555	2.015
Decisão de prorrogação	142	149
Arquivamento	153	21
Oferecimento de denúncias/ representação criminal para instauração de inquérito judicial (art. 33, parágrafo único, da Loman ¹), Pedido de autorização para investigação	71	47
Audiências	387	167
Outros movimentações	45	21
TOTAL	2.353	2.420

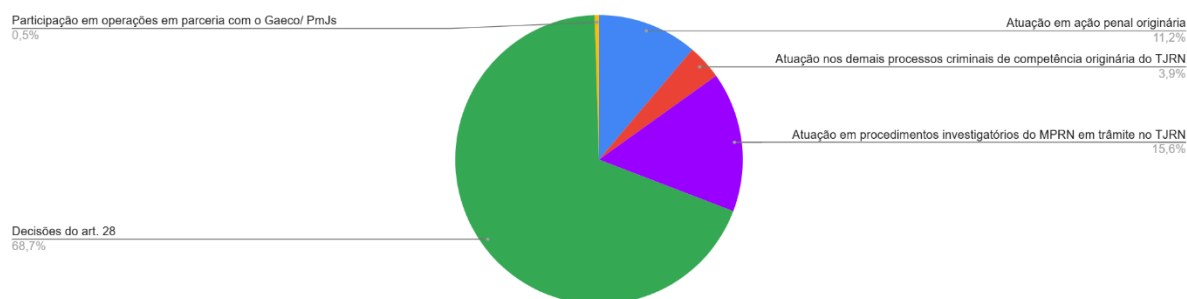
Fonte: Coordenadoria Jurídica Judicial, 2026.

¹Lei Orgânica da Magistratura Nacional - a LOMAN visa estruturar e regulamentar o funcionamento do Poder Judiciário brasileiro, estabelecendo as regras para a carreira dos magistrados (juízes, desembargadores e ministros).

A análise comparativa dos dados evidencia, em 2025, um aumento da atividade decisória no âmbito dos procedimentos investigatórios criminais, com crescimento de aproximadamente 29,6% no número de despachos, diligências, decisões e pareceres.

Por outro lado, observa-se redução significativa no número de arquivamentos e audiências, indicando uma atuação mais estratégica e seletiva.

Gráfico 2 - Dados referentes aos processos judiciais criminais - 2025



Fonte: Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica, 2026.

Tabela 2 - Comparativo da atuação em procedimento e processos judiciais criminais

Procedimentos e processos judiciais criminais	2024	2025
Atuação em ação penal originária	48	46
Atuação nos demais processos criminais de competência originária do TJRN	35	16
Atuação em procedimentos investigatórios do MPRN em trâmite no TJRN	120	64
Decisões do art. 28	232	281
Participação em operações em parceria com o Gaeco/ PmJs	1	2
TOTAL	443	409

Fonte: Coordenadoria Jurídica Judicial, 2026.

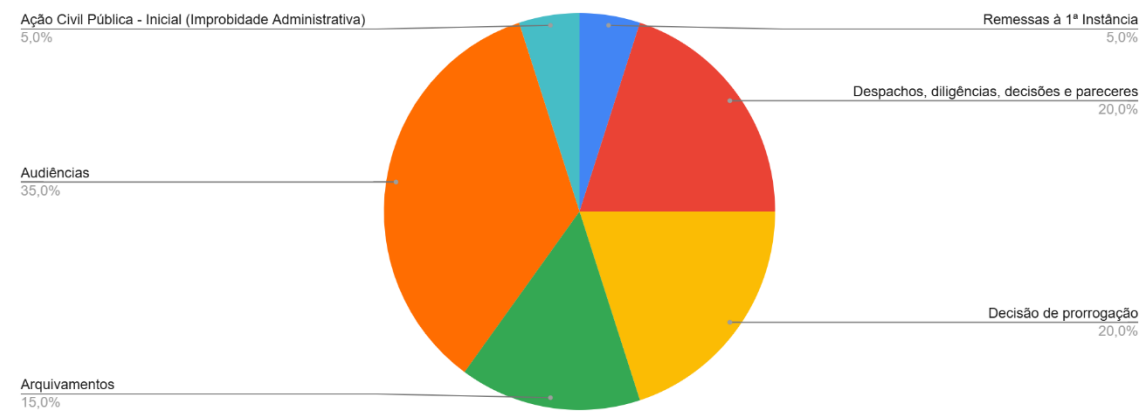
No âmbito judicial, verifica-se estabilidade da atuação em ações penais originárias.

Houve, ainda, o aumento nas decisões relacionadas ao art. 28 do Código de Processo Penal, indicando maior protagonismo institucional na análise de arquivamentos e no controle da atividade investigativa.

Esse cenário revela uma atuação qualificada e concentrada em temas estratégicos.



Gráfico 3 - Procedimentos extrajudiciais cíveis - 2025



Fonte: Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica, 2026.

Tabela 3 - Comparativo das atividades em procedimentos extrajudiciais cíveis especializados

Inquérito Civil Público - Procedimentos Preparatórios - Procedimentos Administrativos	2024	2025
Remessas à 1ª Instância	2	1
Despachos, diligência, decisões e pareceres	88	4
Decisão de prorrogação	2	4
Arquivamentos	5	3
Audiências	14	7
Ação Civil Pública - Inicial (Improbidade Administrativa)	-	1
TOTAL	111	20

Fonte: Coordenadoria Jurídica Judicial, 2026.

► Núcleo Recursal e de Controle de Constitucionalidade

Conforme informações extraídas do Painel BI - Coordenadoria Jurídica Núcleo Recursal, no âmbito judicial, a distribuição processual e os dados de produtividade estão apresentados nas Tabela 4 e 5 a seguir.

Tabela 4 - Quantidade de produtividade

Processos Judiciais		Processos Extrajudiciais	
Recebidos	19.717	Iniciados	488
Devolvidos/Redistribuídos	18.098	Finalizados	280

Fonte: Núcleo Recursal e de Controle de Constitucionalidade, 2026.

Tabela 5 - Descritivo das movimentações

Movimentações	Taxonomia	
Arquivamento	920087, 920353, 920107 e 920109	310
Ciência	920134 a 920197	8.992
Conversão	920038 e 100022	18
Declinação de Atribuições	920026 e 920027	2
Despachos	920044, 920253, 920054 e 920255	198
Despachos Administrativos	920379	326
Manifestações	920198, 920270, 920271, 920220 920200	260
Parecer	920339	28
Petição Inicial	920012, 920013, 920035	125
Portaria	920037	16
Contrarrazões Recursais	920231	3.650
Reclamação	920231	1
Recursos	920211 a 920219, 920220 a 920230 e 920449	1.698
Ofício	920261	491
Total	Documentos produzidos - 16.079	

Fonte: Núcleo Recursal e de Controle de Constitucionalidade, 2026.

Como se observa, os números demonstram destacada movimentação processual no âmbito da unidade, mas somente é possível significar tais dados quando confrontados com as informações alusivas a exercícios anteriores. Assim, cotejados com os resultados de produtividade do exercício de 2024 que, aliás, já superavam os dos anos anteriores, constata-se que em 2025 houve um aumento de 37,14% no número de processos recebidos e devolvidos pela unidade.

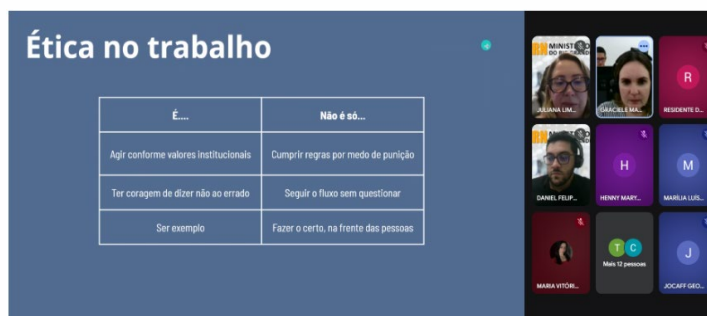
Esse expressivo aumento de 37,14% evidencia não apenas o crescimento da demanda judicial, mas também a ampliação da capacidade de resposta institucional.

A elevada quantidade de documentos produzidos, especialmente contrarrazões recursais e recursos, demonstra o papel estratégico do Núcleo na sustentação das teses institucionais perante os tribunais, contribuindo para a uniformização da atuação ministerial.



► Programa de Integridade Institucional

A Diretoria-Geral assumiu em 2025 a coordenação das ações do Programa de Integridade Institucional, consolidando o compromisso do MPRN com a ética, a transparência e o combate à corrupção. As principais iniciativas desenvolvidas foram:



- implementação da Política de Ética e Integridade institucional;
- estruturação de canais de denúncia e proteção ao denunciante;
- monitoramento de riscos à integridade;
- treinamentos e disseminação, para garantir a efetiva cultura de ética e integridade, foram realizados treinamentos e capacitações abrangendo membros do Ministério Público; Servidores e Gestores de todos os níveis (incluindo estagiários e terceirizados).

Os treinamentos abordaram temas como: conflito de interesses, uso de informações privilegiadas, relacionamento com fornecedores, prevenção à corrupção e boas práticas de governança.

A implementação dessas medidas representa um avanço na maturidade de governança institucional, alinhando o MPRN às diretrizes do CNMP e às boas práticas de *compliance* no setor público.

► Instituição da Política de Gestão de Riscos

Complementando as ações de integridade institucional implementadas em 2025, foi instituída a Política de Gestão de Riscos representando um avanço significativo na consolidação das práticas de governança do MPRN.

As ações implementadas, como a estruturação de canais de denúncia, a proteção ao denunciante e o monitoramento de riscos, alinham a instituição às melhores práticas de *compliance* público e às diretrizes do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Complementarmente, a instituição da Política de Gestão de Riscos marca o início de um processo estruturado de identificação, avaliação e tratamento de riscos institucionais, fortalecendo os controles internos e contribuindo para a tomada de decisões mais seguras e estratégicas.

► Renovação do compromisso com a sustentabilidade

A renovação da adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) reafirma o compromisso do MPRN com a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental.

Para isso, foi publicado o Plano de Gestão Socioambiental e o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

O Acompanhamento do Plano de Gestão Socioambiental, relativo às ações da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) marcou um importante avanço nas práticas de sustentabilidade institucional. As principais ações desenvolvidas incluíram:

- gestão adequada dos recursos naturais utilizados;
- implementação de práticas de consumo consciente;
- promoção de ações de sensibilização e capacitação;
- estabelecimento e monitoramento de indicadores de desempenho ambiental.



Para o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, iniciativa inédita no Ministério Público potiguar, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- criação de procedimentos para coleta seletiva em todas as unidades;
- destinação adequada de resíduos especiais (eletrônicos, químicos);
- realização de parcerias com cooperativas de reciclagem;
- desenvolvimento de sistema de monitoramento e controle dos resíduos gerados.





► Apoio Técnico Especializado

O ano de 2025 marcou a consolidação da Central de Apoio Técnico Especializado (CATE) como um braço técnico-científico indispensável à atividade-fim do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN). Os resultados alcançados são reflexo da continuidade das melhorias processuais implementadas desde 2022, alinhadas a investimentos estratégicos e ao cumprimento rigoroso de metas planejadas.

A CATE demonstrou alto volume e eficácia na gestão das demandas técnicas, conforme detalhado na Tabela 6 a seguir:

Tabela 6 - Descrição das demandas tratadas no ano de 2025

Solicitações	Áreas técnicas (Exemplos: Contabilidade, Engenharia Civil, Medicina, etc.)
Recebidas	1.033
Concluídas	992
Em Execução (Quadro MPRN)	80
Indeferidas (Após análise técnica e respaldo do CAOP)	128

Fonte: Centro de Apoio Técnico Especializado, 2026.

Em relação à atuação de profissionais autônomos, o trabalho de gestão e acompanhamento também foi significativo, conforme destacado na Tabela 7.

Tabela 7 - Descrição das demandas tratadas no ano de 2025 pelo banco de autônomos

Sorteios de Profissionais Autônomos	Total
Realizados	234
Finalizados	207
Em Execução	27

Fonte: Centro de Apoio Técnico Especializado, 2026.

A Central de Apoio Técnico Especializado (CATE) consolidou-se, em 2025, como estrutura estratégica de suporte à atividade-fim do MPRN, ampliando a capacidade institucional de análise técnica qualificada.

O elevado volume de demandas atendidas, aliado à alta taxa de conclusão, evidencia a eficiência operacional da unidade.

Destacam-se, ainda, as iniciativas voltadas à inovação, com a incorporação de ferramentas de inteligência artificial por meio do Projeto Genius, e as medidas de incremento da produtividade interna, que projetam redução de custos com contratações externas e maior autonomia técnica institucional, tais que:

- Aperfeiçoamento da gestão: houve a consolidação das melhorias processuais iniciadas em 2022, reforçando a base operacional da unidade;
- Aumento da produtividade interna: como medida de aprimoramento, foram incrementadas as gratificações das equipes técnicas. Além disso, após revisão da Administração Superior, foi determinada a implementação de controles internos de produtividade a partir de janeiro de 2026. Essa medida projeta um aumento de aproximadamente 32% na produtividade interna, o que resultará em uma consequente redução no investimento em contratação de profissionais externos e, por conseguinte, economia para a Administração Pública;
- Capacitação e inovação (Cultura IA): a CATE foi um dos setores contemplados com a participação em duas turmas de capacitação do projeto *Genius*. Essa iniciativa impulsionou a implementação da cultura de Inteligência Artificial na unidade, gerando ganhos de produtividade e benefícios pessoais para todo o corpo técnico;
- Projetos de expansão e eficiência: visando à disponibilização de mais serviços e à melhoria da qualidade na entrega, a CATE manteve em desenvolvimento projetos-chave:
 - "Obra Fácil";
 - "Atlas MP";
 - Projeto de Atendimento Remoto: focado em otimizar as ações relacionadas às equipes psicossociais.

APROXIMAÇÃO COM A SOCIEDADE

As ações de aproximação com a sociedade em 2025 consolidaram o modelo de atuação resolutiva e preventiva do MPRN, com foco na qualificação de atores locais, no fortalecimento de políticas públicas e na ampliação do controle social.

O projeto “MPRN Perto de Você” destacou-se como uma das principais estratégias institucionais, promovendo integração entre o Ministério Público, gestores públicos e a população.

► ESPAÇO DO MPRN NA MÍDIA

Para apresentar um panorama da comunicação institucional do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN), no ano de 2025, o Infográfico da Figura 1 compila os principais dados de desempenho, abrangendo produção de notícias, gestão de redes sociais e atendimento à imprensa, refletindo o compromisso com a transparência e a disseminação de informações.

Figura 1 - Resultados da comunicação do MPRN 2025



Fonte: Diretoria de Comunicação, 2026.

O Infográfico da Figura 2 apresenta o levantamento de programas e produções especiais produzidas pelo MPRN no exercício de 2025, conforme destacado a seguir.

Figura 2 - Programas e produções especiais



Fonte: Diretoria de Comunicação, 2026.

► PROJETOS DESENVOLVIDOS

► MPRN perto de Você

O projeto MPRN Perto de Você é uma entrega institucional essencial para fomentar a cidadania, cumprindo o papel



de prestar seu serviço à população. Iniciado no ano de 2023, foram realizadas até o final do ano de 2025, 11 (onze) edições, sendo neste ano nas cidades de Santa Cruz e Currais Novos.

Os resultados alcançados no ano de 2025 foram concretizados em três importantes eixos:

Capacitação e Fomento ao Controle Social

O aprimoramento técnico de servidores públicos, conselheiros e forças de segurança foi uma prioridade, com a realização de diversas capacitações regionais (Figuras 3a e 3b):

- **Cidadania e Educação:** promoção de curso sobre o Novo Fundeb para conselheiros municipais, em parceria com a CGU; formação para os Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) junto ao Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Cecane/UFRN); capacitação para motoristas de transporte escolar em parceria com a Política Rodoviária Federal (PRF/RN) para garantir a segurança dos alunos; e o curso “Conselhos Escolares: um olhar restaurativo para a indisciplina e violência escolares”, focado em ações preventivas nas escolas públicas;



Figuras 3a e 3b - Registros de capacitações promovidas



Fonte: Diretoria de Comunicação, 2026.

- Segurança Pública e Direitos Humanos: realização de treinamento sobre isolamento e preservação de locais de crime, em cooperação com a Polícia Civil e o ITEP. Destaque também para a capacitação em Currais Novos sobre abordagem policial humanizada à população LGBTQIAPN+ e perspectiva de gênero, conduzida pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça com atuação criminal (CAOP Criminal), Núcleo de Apoio à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar (NAMVID) e Ouvidoria da Mulher;
- Inclusão e Proteção a Vulneráveis: promoção de debates sobre Educação Inclusiva e Especial e capacitação direcionada aos integrantes das redes de proteção à pessoa idosa e à pessoa com deficiência ("O Ministério Público e a tutela dos direitos da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência");
- Meio Ambiente e Patrimônio Cultural: instrução sobre gestão ambiental municipal, com o fornecimento de minutas de códigos e modelos de leis pelo Idema; e ações de conscientização sobre a identidade comunitária e a valorização do patrimônio cultural local, como o Geoparque do Seridó;
- Patrimônio Público e Gestão Fiscal: qualificação de servidores da região do Trairi sobre a Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) e execução do projeto "Arrecada Mais" em Currais Novos, voltado a agentes de administração tributária para fortalecimento da arrecadação municipal;
- Saúde Pública: Realização de capacitações sobre boas práticas na Atenção Primária à Saúde (APS) e sobre a nova linha de cuidado ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), além da promoção da palestra "Vacine seu Futuro", focada no incentivo à imunização infantil.

Audiências realizadas

A resolutividade extrajudicial foi impulsionada por meio de rodadas de negociação e alinhamento com os gestores locais.

- No âmbito da saúde pública, foram conduzidas quatro audiências ministeriais envolvendo as prefeituras de Santa Cruz, Coronel Ezequiel e Campo Grande.
 - As pautas solucionadas e debatidas incluíram: o enfrentamento da demanda reprimida no Centro de Reabilitação Especializada (CER); a redução das filas de exames e consultas especializadas; a resolução de problemáticas na Unidade Mista Nelson Solon de Farias; e a cobrança pelo cumprimento de cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) do projeto "SUStentando a Atenção Primária".

Visitas e vistorias técnicas

Para subsidiar a atuação ministerial com diagnósticos reais das infraestruturas públicas, foram realizadas intensas inspeções *in loco* (Figuras 4a e 4b).

- Infraestrutura ambiental: vistorias na Associação de Catadores de Materiais Recicláveis (ACAMARE) e no aterro controlado de Santa Cruz, para avaliar o gerenciamento de resíduos e definir estratégias de apoio e adequação;
- Equipamentos de saúde pública (Atenção Primária e Especializada): inspeções por amostragem em unidades urbanas e rurais da Atenção Primária, além de visitas à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Currais Novos para analisar a viabilidade de novos serviços de urgência;
- Saúde mental (Projeto Psique): vistorias aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS II e CAPS AD) em Santa Cruz e articulações para ampliação da rede em Currais Novos;
- Assistência materno-infantil e reabilitação: diligências estratégicas no Hospital Universitário Ana Bezerra (HUAB) para analisar a viabilidade de realocação de leitos de UTI Neonatal; na Maternidade e UTI Neonatal do Hospital Regional Mariano Coelho para coleta de dados sobre a Razão de Mortalidade Materna; e no Centro Especializado em Reabilitação (CER II), visando estruturar respostas à alta demanda de pacientes infantis com TEA.

Figura 4a e 4b - Visitas técnicas em unidades de saúde



Fonte: Diretoria de Comunicação, 2026.

► INICIATIVAS DESENVOLVIDAS

Ampliação do atendimento ao cidadão

a) Criação da Gerência de Atendimento ao Cidadão (GAC) - A Central de Informação ao Cidadão (CIC) foi ampliada e transformada em Gerência de Atendimento ao Cidadão (GAC), com o objetivo de aprimorar e expandir os serviços prestados à população. A nova estrutura engloba:

- atendimento presencial qualificado;
- orientação jurídica preliminar;
- encaminhamento adequado de demandas;
- acompanhamento de procedimentos.

b) Atendimento presencial no prédio das Promotorias de Justiça da rua Militão Chaves - Foi estabelecido posto de atendimento presencial no prédio da Rua Militão Chaves, acontecendo, inicialmente, em caráter piloto, nas seguintes unidades:

- Promotoria de Justiça de Defesa do Idoso, Pessoa com Deficiência e Minorias;
- Promotoria de Justiça de Combate à Violência Doméstica.



O projeto piloto visa avaliar a efetividade do modelo de atendimento, com previsão de expansão gradual para outras unidades ministeriais, proporcionando melhor acessibilidade e proximidade com a população.

Criação do Núcleo de Apoio ao Plantão Ministerial

Em 2025, foi criado o Núcleo de Apoio ao Plantão Ministerial (NAPM), estrutura voltada para assistir administrativa e juridicamente os membros do MPRN durante os plantões diurnos. O NAPM tem como principais atribuições:

- Suporte administrativo aos membros plantonistas;
- Assessoria jurídica qualificada durante os plantões;
- Articulação com outros órgãos do sistema de justiça;
- Registro e sistematização de dados dos plantões.

A criação do NAPM proporcionou uma maior celeridade no atendimento de demandas urgentes; a padronização de procedimentos nos plantões; a melhoria na qualidade do trabalho desenvolvido; a redução de sobrecarga dos membros plantonistas; e o fortalecimento da atuação ministerial em casos de urgência.

O Infográfico da Figura 5 apresenta os principais números alcançados no ano.



Figura 5 - Resultados do NAPM



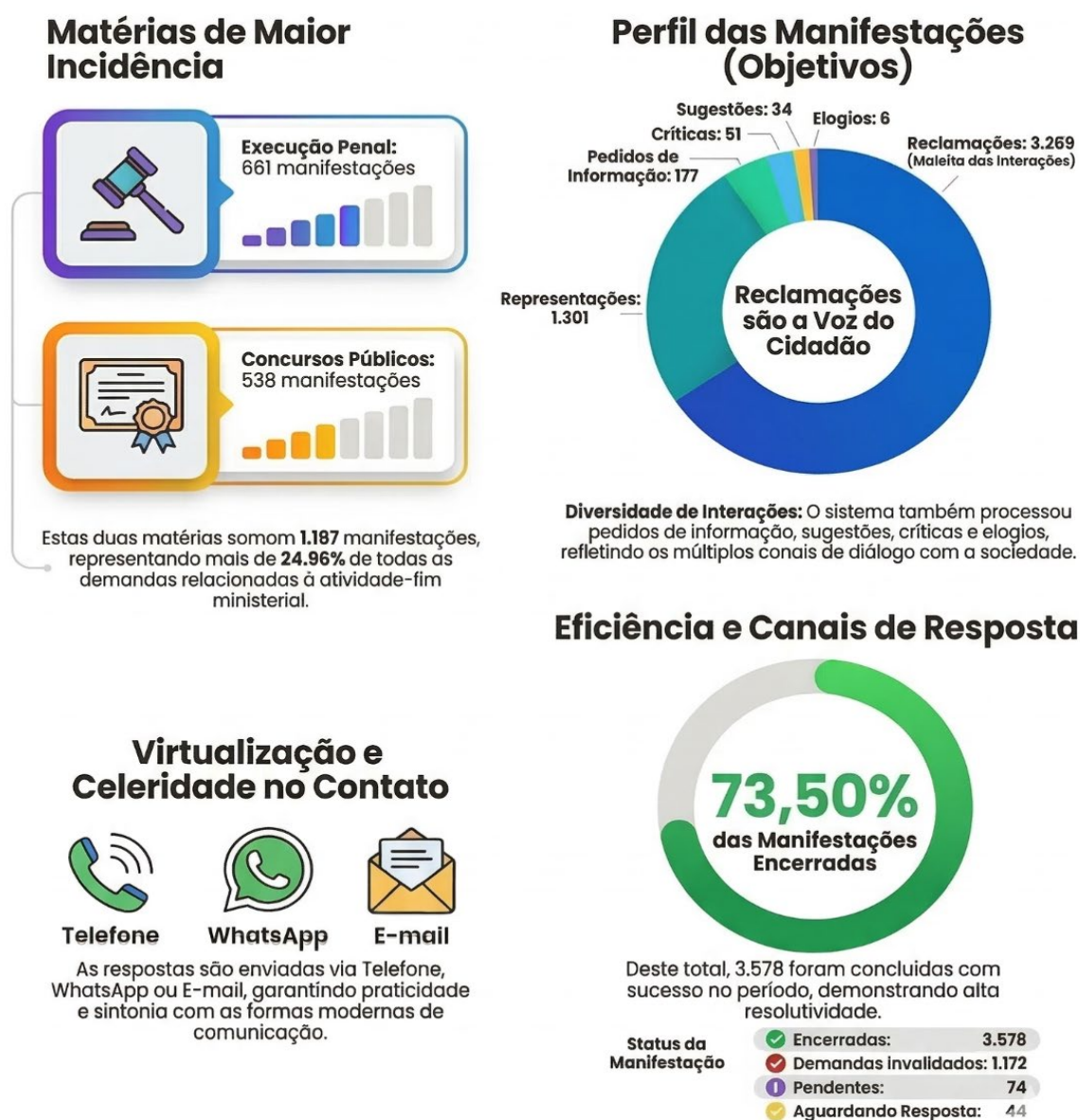
Fonte: Diretoria-Geral, 2026.

OUVIDORIA DO MPRN

► OUVIDORIA EM NÚMEROS

No ano de 2025 foram recebidas, analisadas e encaminhadas pela Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte 4.868 manifestações por meio do sistema informatizado da Instituição. O Infográfico da Figura 6 apresenta um panorama dos principais resultados alcançados e o seu detalhamento.

Figura 6 - Tratamento das manifestações encaminhadas à Ouvidoria do MPRN em 2025.



Fonte: Ouvidoria-Geral, 2026.

► PROJETOS DESENVOLVIDOS

A Ouvidoria-Geral promoveu ações em diversos projetos, conforme se vê a seguir:

Projetos e programas desenvolvidos

- Ouvidoria Mais Perto de Você - Promove ações itinerantes em diversos municípios com estrutura móvel, realiza visitas a comunidades quilombolas para tratar de violência contra a mulher e conduz encontros com policiais militares (dentro do projeto “Respeito e Paz”) para apresentar os canais do Ministério Público à população;
- Recomeçar com Respeito - Projeto focado em reservar vagas de emprego para mulheres vítimas de violência doméstica nas empresas que prestam serviços ao Governo do Estado;
- Por uma Vida de Respeito e Paz - Trabalha a melhoria da abordagem policial em casos de violência doméstica e familiar;
- Ouvidoria de Mulher - Atua como canal especializado para atender mulheres vítimas de violência;
- Visita MP - Aproxima a atuação do MPRN da sociedade recebendo estudantes de escolas e universidades, como a edição ocorrida em 27 de março de 2025 com alunos do Senai e rede estadual.

Reuniões estratégicas e institucionais

- Projetos de Fiscalização: participação em reunião com o MPRN e a Procuradoria Especial da Mulher (ProMulher) para criar projeto de fiscalização do Banco de Empregos voltado para vítimas de violência;
- Alinhamento de Medidas Protetivas: reunião estratégica na Assembleia Legislativa do RN (ProMulher), com presença de Defensoria, MPRN e Polícia Civil, focando em melhorar o fluxo e a agilidade nas solicitações de medidas protetivas às vítimas de violência;



- Conselho Nacional dos Ouvidores-Gerais (CNOMP): representação do órgão em várias reuniões ordinárias ao longo de 2025, incluindo encontros em Vitória/ES debatendo perspectiva racial e Inteligência Artificial; em Belém/PA, debatendo meio ambiente e grupos vulneráveis; no Mato Grosso do Sul, tratando de melhorias da escuta cidadã; e em Macapá/AP para deliberações sobre a Rede Nacional de Ouvidorias e criação de pesquisa de satisfação padrão.

Capacitações, formações e palestras

- Para Forças de Segurança: condução de oficinas e palestras para capacitar policiais civis e militares sobre direitos de mulheres vítimas de violência. Houve também capacitação acerca de medidas protetivas sob a perspectiva de gênero específica para bombeiros militares, integrando a campanha do Agosto Lilás;
- Formação Interna e Eventos Institucionais: curso de "perspectiva de gênero e combate ao feminicídio" para membros do MPRN e treinamento em Comunicação Não Violenta (CNV) e atendimento ao público para a equipe da Ouvidoria;
- Atuação em Projetos Parceiros: palestra ministrada sobre a construção dos direitos da mulher, durante o projeto Defensoras Populares da Defensoria Pública (DPERN), e palestra de abertura no XI MPRN Perto de Você abordando o papel das políticas públicas e medidas protetivas.



Eventos e ações de campo

- Eventos Culturais e de Conscientização: acompanhamento do lançamento do documentário “Corações que Acolhem” (TJRN), que narra as experiências de mulheres que atendem vítimas de violência. A Ouvidoria participou também da XIX Jornada Lei Maria da Penha (CNJ/TJPE) em Recife, focada na conscientização do público jovem no combate à violência doméstica;
- MPRN Perto de Você: atuação da unidade nas edições itinerantes do Ministério Público em Santa Cruz e Currais Novos. Destaca-se, na última, uma roda de conversa sobre violência doméstica dentro da comunidade quilombola Negros do Riacho;
- Integração de Ouvidorias: sediou o I Encontro das Ouvidorias Públicas do RN, dentro do projeto "Sexta de Contas" do TCE/RN, debatendo a escuta ativa das gestões públicas e da sociedade;
- Visitas *in Loco*: Realização de visitas institucionais a Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher (DEAMs) e a uma casa de abrigo em Natal.



► PARCERIAS ESTABELECIDAS

- a) Firmou e consolidou parcerias com a Rede de Ouvidorias, o Namvid e a Assembleia Legislativa, estruturas essenciais para a concretização e manutenção contínua dos projetos “Respeito e Paz” e “Recomeçar com Respeito”.

PROCURADORIAS E PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

A atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça, em 2025, foi marcada por elevada demanda processual e diversidade de matérias, com destaque para o crescimento de *habeas corpus* e a manutenção de elevados índices de atuação em recursos cíveis e criminais.

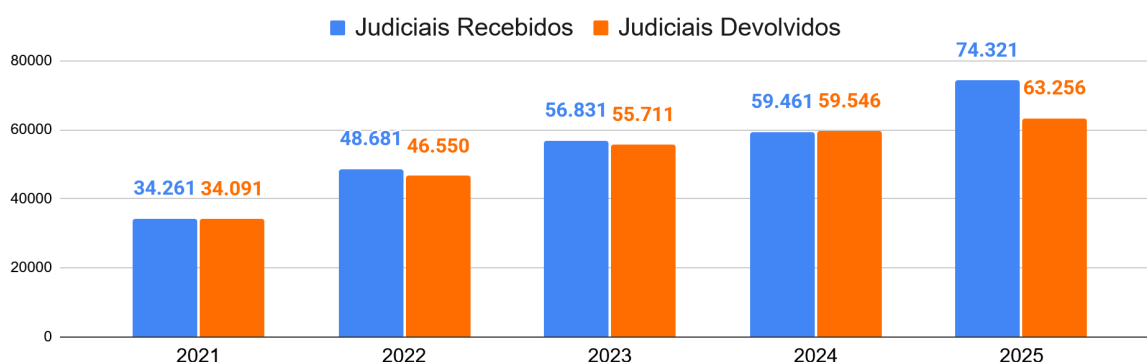
Observa-se, ainda, a consolidação da atuação ministerial em temas estruturais, como infância e juventude, saúde e segurança pública.

► PROCURADORIAS DE JUSTIÇA

As Procuradorias de Justiça (PcJs) são órgãos da Administração do Ministério Público, com cargos de Procuradores de Justiça e de serviços auxiliares ao desempenho de suas funções.

Incumbe aos Procuradores de Justiça, entre outras atribuições: atuar nos autos judiciais, em 2º grau de jurisdição, que lhes forem distribuídos ou objeto de delegação do Procurador-Geral de Justiça, emitindo, conclusivamente, e firmando na oportunidade própria, os respectivos pareceres escritos. Conforme Gráficos 4 e 5 e Tabela 8.

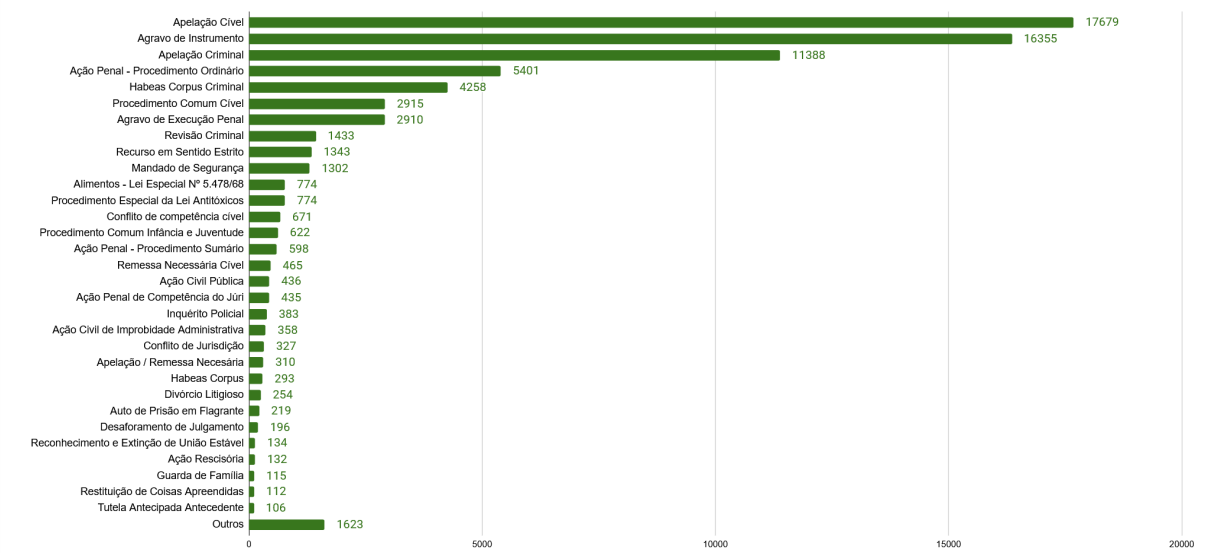
Gráfico 4 - Estatísticas dos processos originários das Procuradorias de Justiça



Fonte: Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica, 2026.



Gráfico 5 – Estatísticas das atividades dos processos originários das Procuradorias de Justiça



Fonte: Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica, 2026.

Tabela 8 – Análise comparativa das atividades dos processos originários das Procuradorias de Justiça nos anos de 2024 e 2025

	2024	2025
Parecer pela falta de interesse	15.359	11.042
Agravos de instrumentos	13.437	16.355
Apelações cíveis recebidas	22.653	17.679
Cotas/Diligências	321	403
Cartas testemunháveis	2	6
Habeas corpus	3.133	4.551
Apelações criminais	11.202	11.388

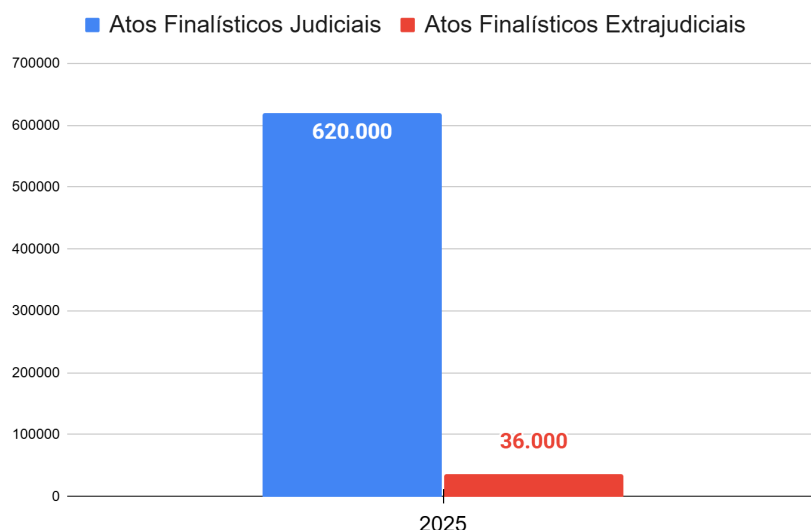
Fonte: Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica, 2026.

► PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

As Promotorias de Justiça (PmJs) são compostas por Promotores de Justiça e por serviços auxiliares necessários ao desempenho de suas funções. Os principais indicadores de atuação das Promotorias de Justiça em 2025 estão apresentados nos Gráficos 6 a 11.

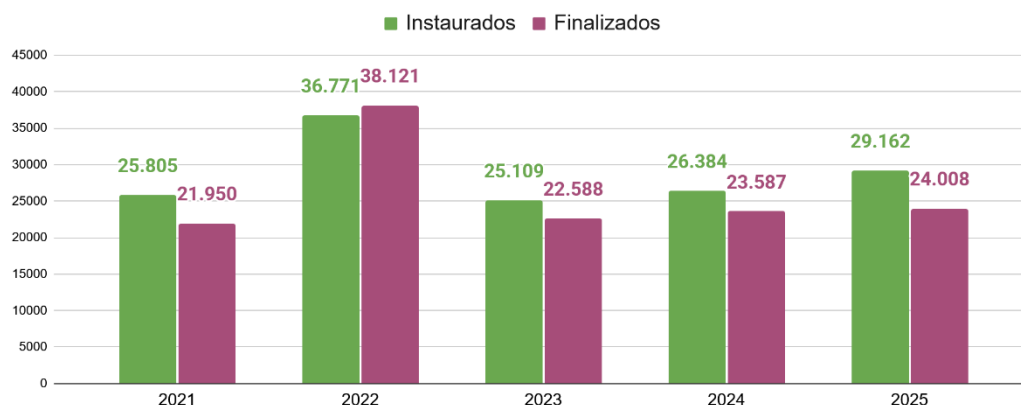
Panorama Geral

Gráfico 6 – Atividades judiciais e extrajudiciais no ano de 2025

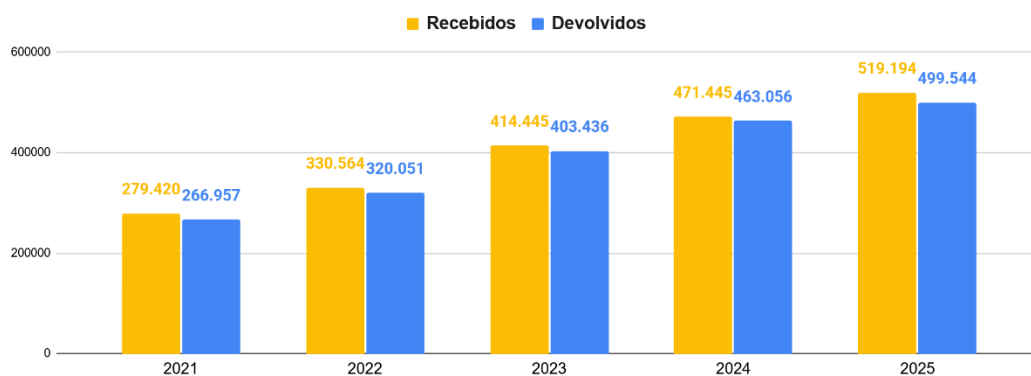


Fonte: Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica, 2026.

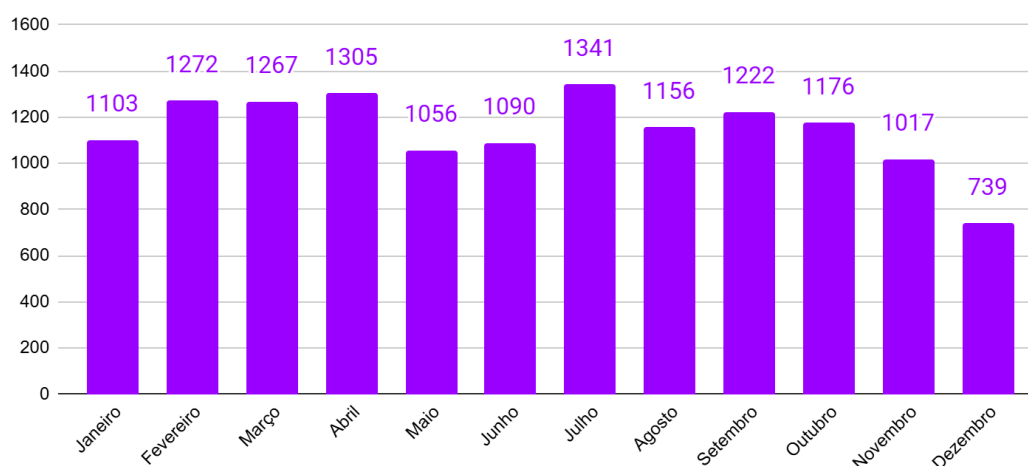
Gráfico 7 – Movimentação dos procedimentos extrajudiciais (instaurados e finalizados)



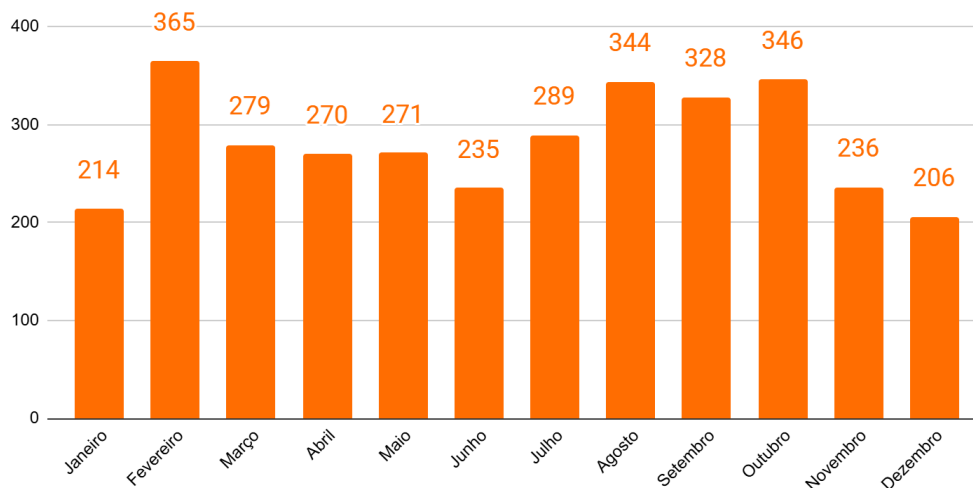
Fonte: Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica, 2026.

Gráfico 8 – Movimentação dos processos judiciais (recebidos e devolvidos)

Fonte: Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica, 2026.

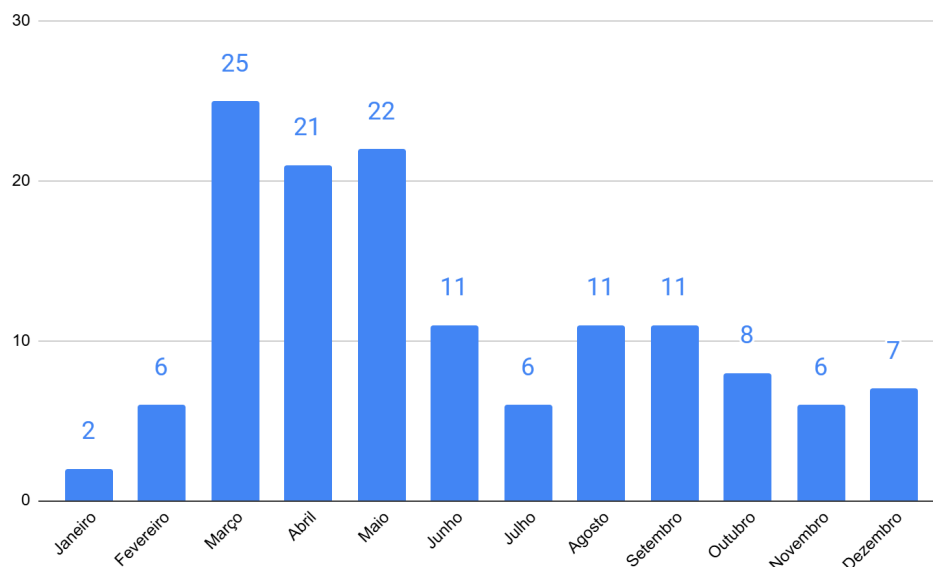
Gráfico 9 – Medidas protetivas

Fonte: Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica, 2026.

Gráfico 10 – Acordos de Não Persecução Penal (ANPPs)

Fonte: Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica, 2026.

Gráfico 11 – Acordos de Não Persecução Cível (ANPCs)



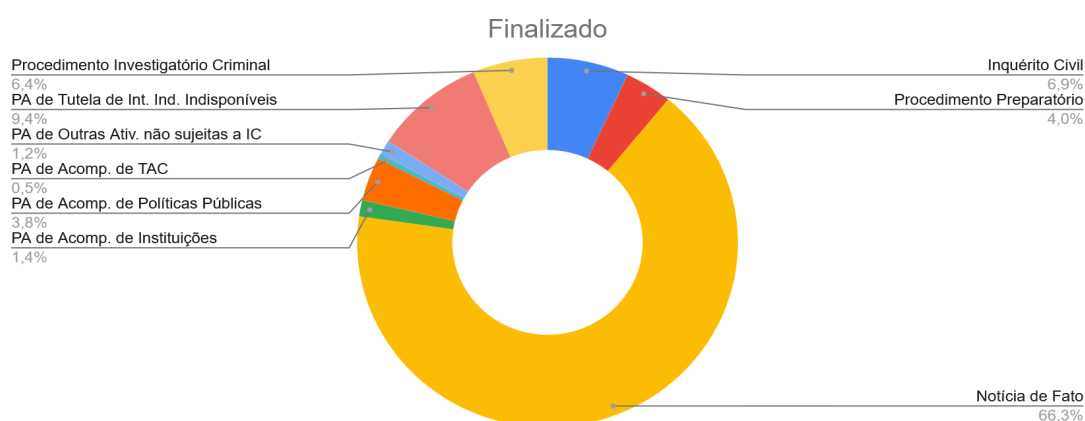
Fonte: Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica, 2026.

A seguir, apresentam-se os resultados detalhados da atuação ministerial por área temática e natureza de atuação.

Atuação extrajudicial

Em relação à atuação extrajudicial do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN), os Gráficos 12 a 14 e a Tabela 9 apresentam os quantitativos de procedimentos instaurados, finalizados e em andamento no exercício de 2025.

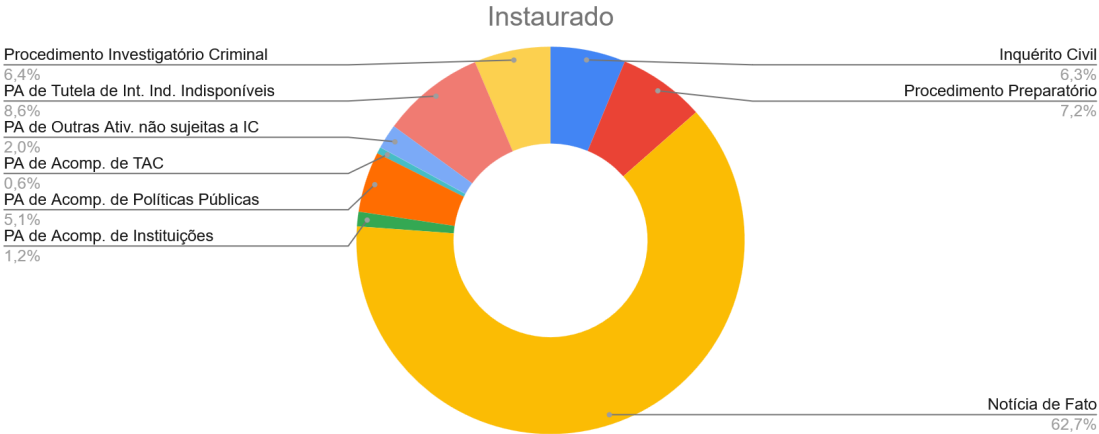
Gráfico 12 - Movimentação dos procedimentos extrajudiciais em 2025 (finalizados)



Fonte: Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica, 2026.

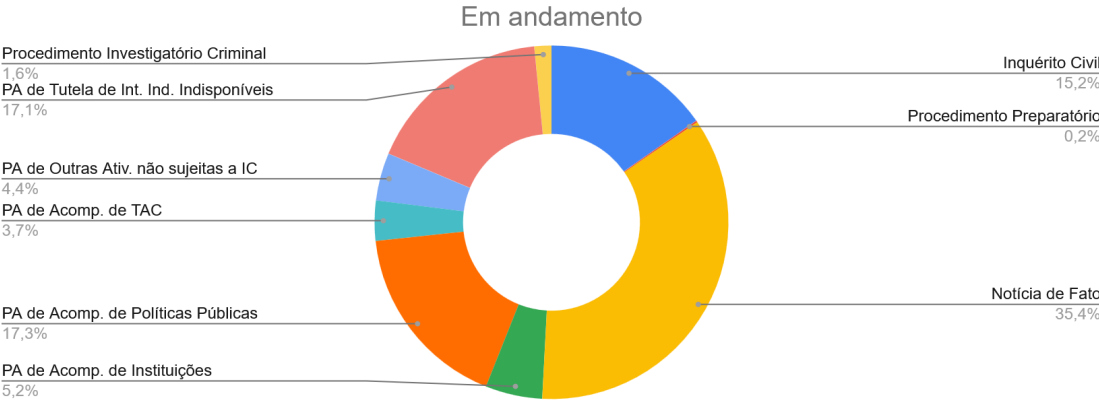


Gráfico 13 - Movimentação dos procedimentos extrajudiciais em 2025 (instaurados)



Fonte: Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica, 2026.

Gráfico 14 - Movimentação dos procedimentos extrajudiciais em 2025 (em andamento)



Fonte: Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica, 2026.

Tabela 9 - Movimentação dos procedimentos extrajudiciais em 2025 por classe e assunto

Inquérito Civil e Procedimento Preparatório			
Assunto	Instaurados	Finalizados	Em andamento
Direito da Criança e do Adolescente	142	97	86
Direito do Consumidor	158	94	118
Educação	124	66	109
Improbidade Administrativa	484	358	408
Meio Ambiente	244	238	299
Ordem Urbanística	54	57	155
Pessoa Idosa	27	22	37
Pessoas com Deficiência	51	38	88
Saúde	226	155	212
Notícia de Fato			
Assunto	Instaurados	Finalizados	Em andamento
Direito da Criança e do Adolescente	2.896	2552	681
Direito do Consumidor	354	289	95

Educação	1.135	1.028	212
Improbidade Administrativa	925	698	213
Meio Ambiente	944	744	281
Ordem Urbanística	124	95	32
Pessoa Idosa	882	864	167
Pessoas com Deficiência	237	224	32
Saúde	1.098	1.063	321
Procedimentos Administrativos			
Assunto	Instaurados	Finalizados	Em andamento
Direito da Criança e do Adolescente	11.074	876	1.068
Direito do Consumidor	29	38	35
Educação	590	328	724
Improbidade Administrativa	20	53	36
Meio Ambiente	131	110	262
Ordem Urbanística	38	14	53
Pessoa Idosa	501	508	454
Pessoas com Deficiência	111	87	165
Saúde	388	357	577

Fonte: Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica, 2026.

A análise da atuação extrajudicial revela elevada concentração de demandas nas áreas de infância e juventude, saúde, meio ambiente e improbidade administrativa, evidenciando o papel do MPRN na tutela de direitos fundamentais e na fiscalização da gestão pública.

Destaca-se o expressivo volume de Notícias de Fato relacionadas à criança e ao adolescente, bem como a forte atuação em improbidade administrativa, refletindo a centralidade dessas áreas na agenda institucional.

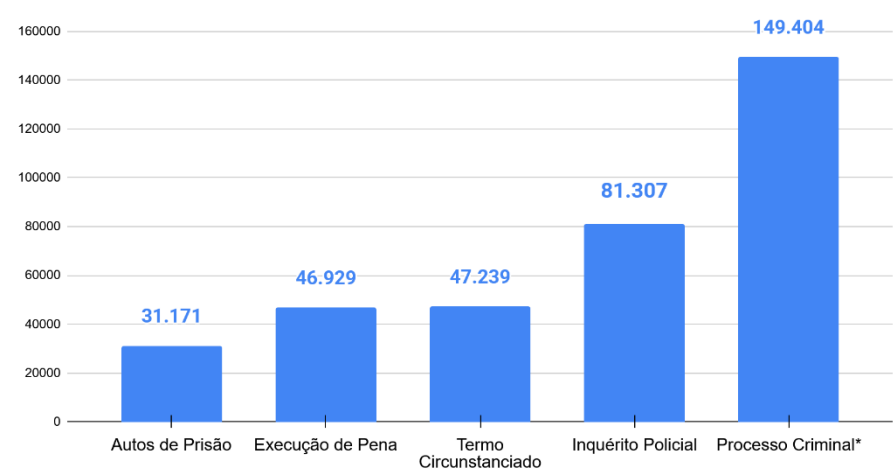
Os dados também indicam a relevância da atuação preventiva e resolutiva do Ministério Público, especialmente por meio de procedimentos administrativos e investigatórios.

Atuação criminal

Em relação à atuação criminal do MPRN, os Gráficos 15 a 17 apresentam os quantitativos de processos recebidos e sua distribuição por classe e assunto no exercício de 2025.

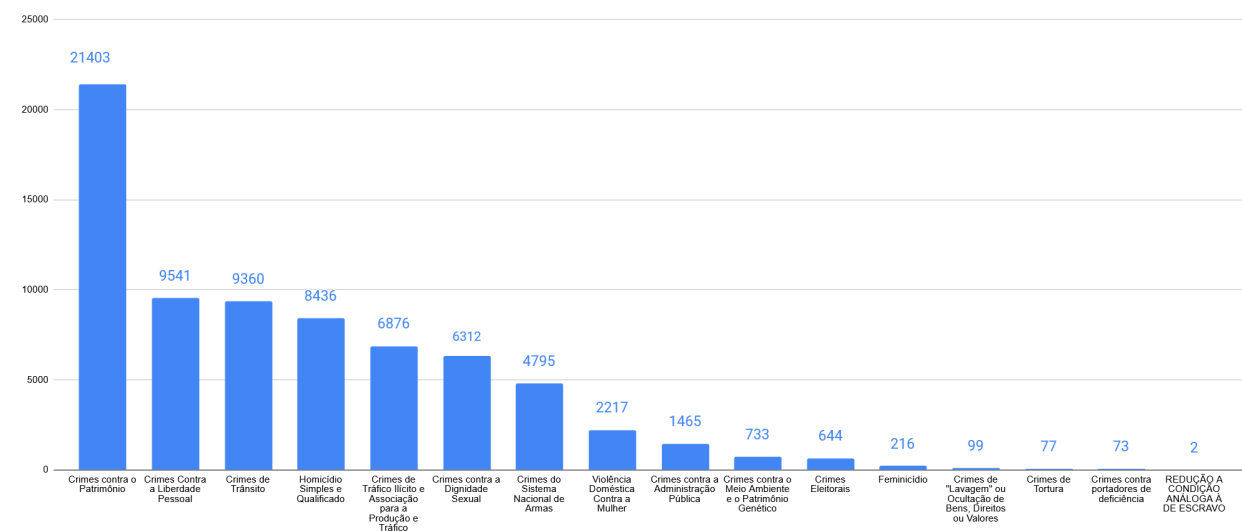


Gráfico 15 - Processos recebidos em 2025, por classe²



Fonte: Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica, 2026.

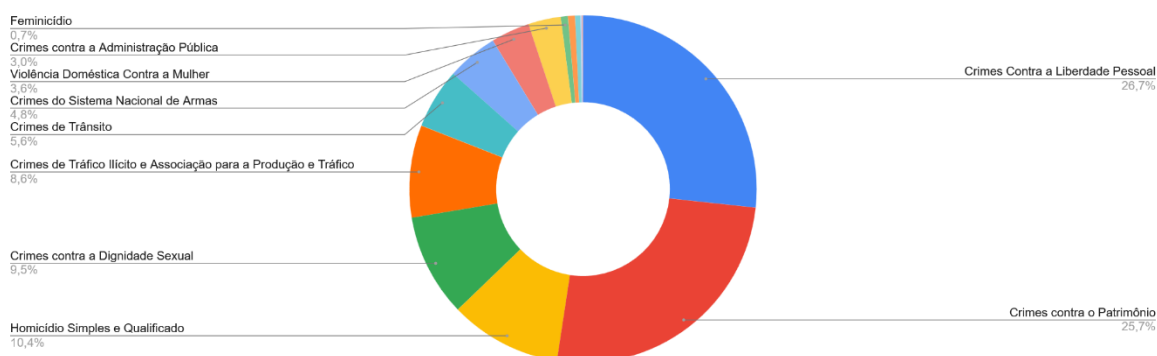
Gráfico 16 - Processos recebidos em 2025, por assunto em inquéritos policiais e autos de prisão em flagrante



Fonte: Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica, 2026.

² Exceto Execução Criminal e Procedimentos Investigatórios.

Gráfico 17 - Processos recebidos em 2025 por assunto em processos criminais

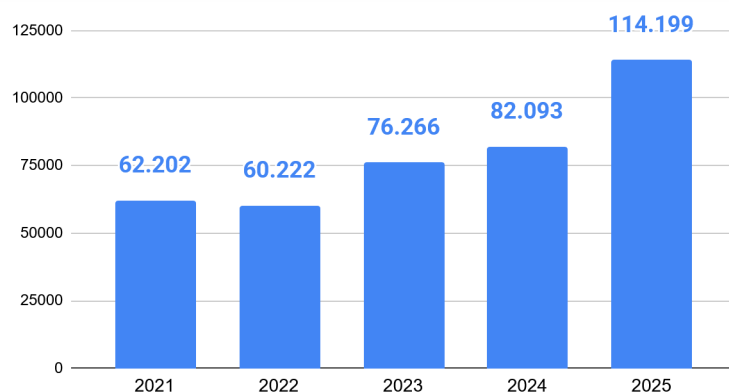


Fonte: Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica, 2026.

Atuação cível

No âmbito da atuação cível, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN) recebeu 114.199 processos judiciais em 2025, conforme demonstrado no Gráfico 18. No mesmo período, foram registradas 51.190 manifestações em 1º grau.

Gráfico 18 - Processos cíveis recebidos



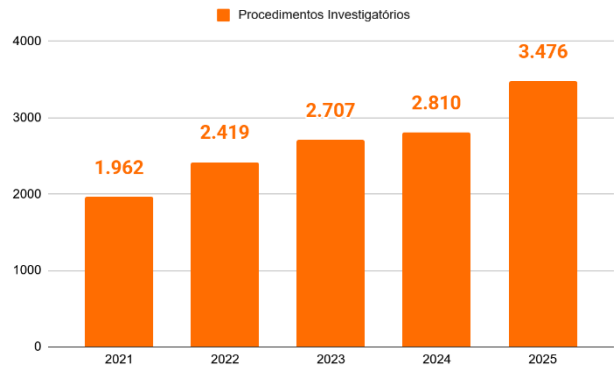
Fonte: Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica, 2026.

Atuação especializada – Infância e Juventude

No âmbito da atuação em Infância e Juventude, os resultados alcançados pelo MPRN em 2025 estão apresentados nos Gráficos 19 a 24 e na Tabela 10.

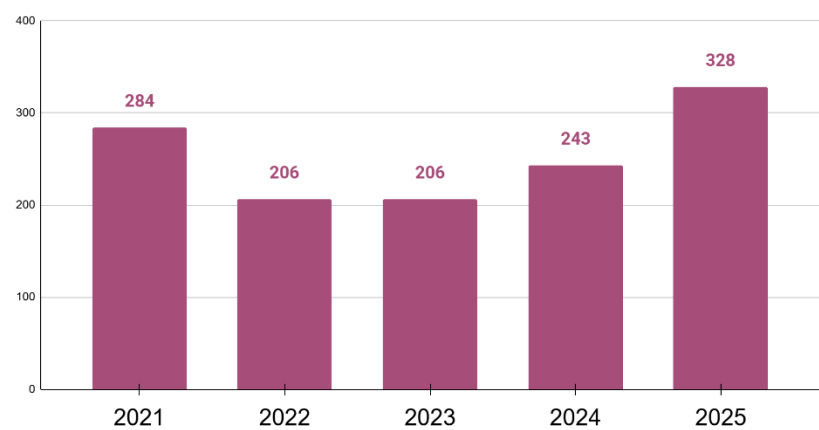


Gráficos 19 - Ato Infracional - Procedimentos Investigatórios



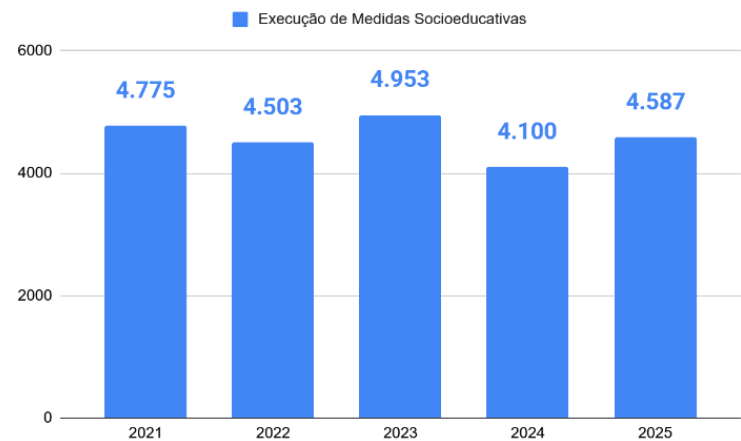
Fonte: Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica, 2026.

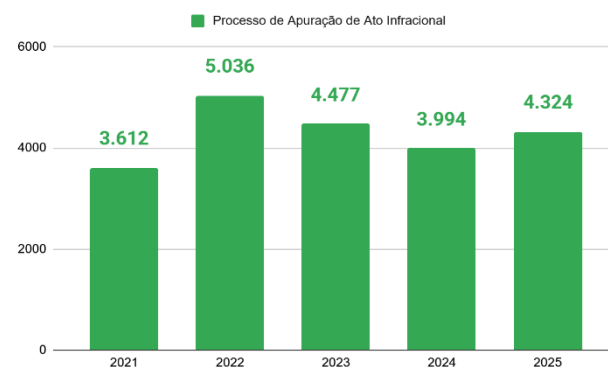
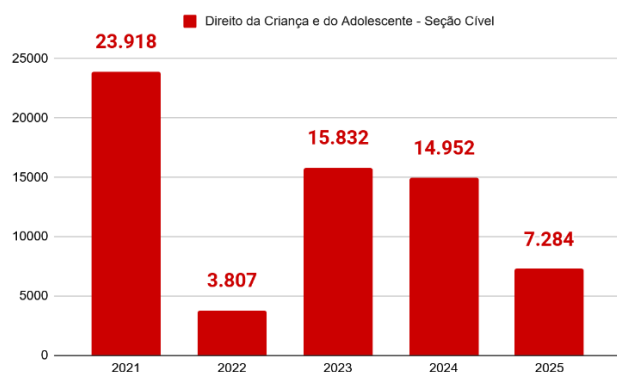
Gráficos 20 - Representação por Ato Infracional



Fonte: Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica, 2026.

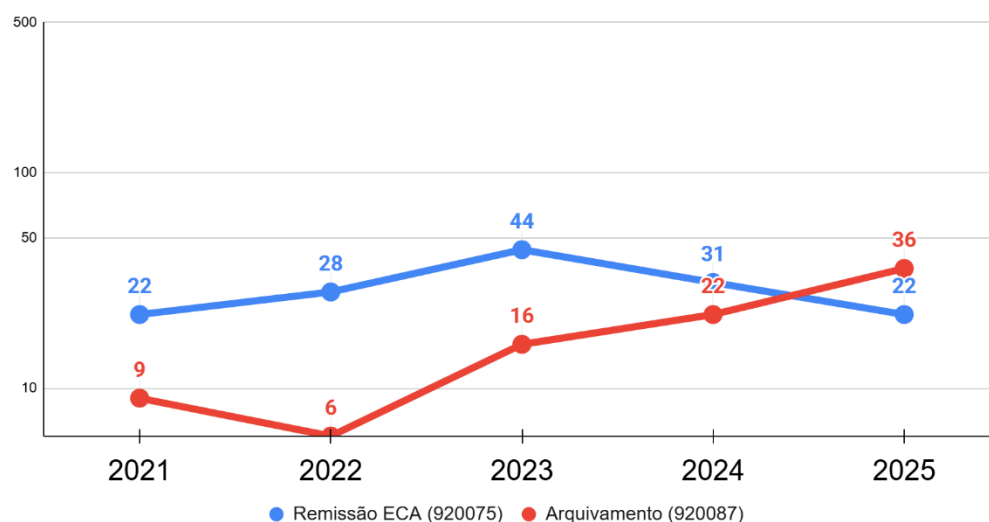
Gráficos 21 a 23 - Atuação do MPRN na matéria da Infância e Juventude





Fonte: Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica, 2026.

Gráfico 24 - Procedimentos investigatórios



Fonte: Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica, 2026.

Tabela 10 - Quantitativo de procedimentos e processos recebidos por assunto e classe

ASSUNTO	Procedimentos Investigatórios	Execução de Medidas Socioeducativas e Processo de Apuração de Ato Infracional
Contra a Dignidade Sexual	46	435
Contra a Liberdade Pessoal	250	355
Contra o Patrimônio	642	1188
Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	901	755
Trânsito	514	198



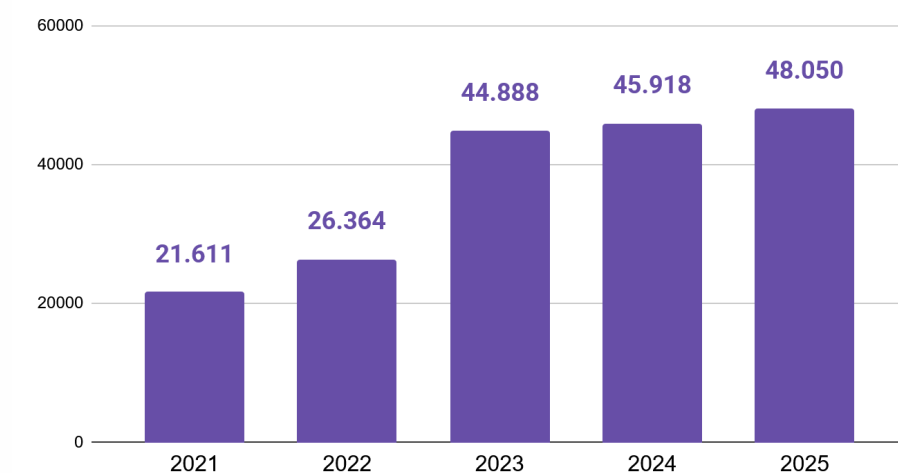
Sistema Nacional de Armas	133	184
Homicídio Simples e Qualificado	21	118
Violência Doméstica contra a Mulher	24	29

Fonte: Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica, 2026.

ATENDIMENTO AO CIDADÃO

Os cidadãos que procuram o MPRN buscam a garantia dos seus direitos nas mais diversas áreas. O Gráfico 25 apresenta um comparativo de atendimento ao público.

Gráfico 25 – Comparativo de atendimento ao público



Fonte: Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica, 2026.



COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

O Colégio de Procuradores de Justiça (CPJ) é o órgão da Administração Superior do Ministério Público com competência para, entre outras, opinar sobre matéria relativa à autonomia do Ministério Público, bem como deliberar sobre proposição de criação de cargos e serviços auxiliares. Nas Tabelas 11 a 15, observa-se as atividades desse CPJ.

Tabela 11 - Descrição quantitativa da atuação do CPJ

Atividades	2021	2022	2023	2024	2025
Sessões Ordinárias realizadas	12	12	12	12	12
Sessões Extraordinárias realizadas	08	10	14	7	11
Resoluções	29	11	13	8	17

Fonte: Secretaria Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, 2026.

Tabela 12 - Processos Judiciais distribuídos

Eletrônicos (BI)					
Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.
5.884	7.496	6.657	6.454	8.491	7.109
Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
8.992	9.195	9.814	9.670	9.031	7.708
Total		96.501			

Fonte: Secretaria Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, 2026.

Tabela 13 - Processos Administrativos distribuídos

	Relatório Individual	CP(I)*	CP(II)**	CP (III)***	CT**** e outros
Total	6	2	10	16	1

* Comissão Permanente de Regimento, Normas e Assuntos Administrativos

** Comissão Permanente de Assuntos Referentes às Procuradorias e Promotorias de Justiça.

*** Comissões Temporárias

**** Processos Administrativos Disciplinares.

Fonte: Secretaria Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, 2026.

Tabela 14 – Precatórios distribuídos

Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.
0	10	9	14	14	18
Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
50	20	37	8	19	12
Total			211		

Fonte: Secretaria Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, 2026.

Tabela 15 - Comparativo de processos judiciais

Ano	Quantidade de processos judiciais	(2024 x 2025)
2021	41.351	6,67% 
2022	60.768	
2023	83.786	
2024	90.465	
2025	96.501	
Média	74.574	

Fonte: Secretaria Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, 2026.

► ATUAÇÕES DE DESTAQUE

- Posse Corregedora-Geral – Complementação de mandato - No dia 3 de fevereiro de 2025, tomou posse a 10ª Procuradora de Justiça Dra. Myrian Coeli Gondim D'Oliveira Solino, no cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, para complementação de mandato relativo



- ao biênio 2023-2025, no período de 3 de fevereiro a 21 de abril de 2025, em decorrência do pedido de renúncia de mandato da então Corregedora-Geral Dra. Iadya Gama Maio;
- Posse Corregedora-Geral – Biênio 2025-2027 - No dia 22 de abril de 2025 tomou posse a 14ª Procuradora de Justiça, Dra. Sayonara Café de Melo, no cargo de Corregedor-Geral



do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, para mandato relativo ao biênio 2025-2027;

- Posse Procurador-Geral de Justiça - No dia 18 de junho de 2025, o Bel. Glaucio Pinto Garcia, 2º Promotor de Justiça da comarca de João Câmara, tomou posse no cargo de Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, para o qual foi indicado em primeiro lugar pela classe, para um mandato de 2 anos;
- Aprovação da proposta orçamentária para o ano de 2026 - O Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, em sua 4ª Sessão Extraordinária Especial, deliberou e aprovou à unanimidade a proposta orçamentária para o ano de 2026;
- Entrega de medalhas - O Colégio de Procuradores de Justiça fez a outorga das medalhas do mérito “Otalício Pessoa da Cunha Lima” aos membros do Ministério Público que atingiram 30 anos de serviço prestados na Instituição;
- Criação do Núcleo para Assessoramento das Procuradorias de Justiça - por meio da Resolução nº 013/2025-CPJ, o Núcleo de Assessoramento Jurídico das Procuradorias de Justiça (NAJ-PcJ), é um órgão permanente criado para fortalecer o suporte técnico aos Procuradores de Justiça. O núcleo foi estruturado para suprir ausências e sobrecarga de trabalho, assegurando continuidade na análise processual, nas pesquisas jurídicas e no apoio administrativo aos gabinetes.



CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), órgão de deliberação específica da Administração Superior do Ministério Público, com atribuições previstas no art. 31 da Lei Complementar Estadual 141/96, realizou 12 (doze) sessões ordinárias e não realizou sessões extraordinárias em 2025. Na Tabela 16, observa-se o quantitativo de atividades em 2025.

Tabela 16 - Atividades de recebimento, distribuição e julgamento de processos encaminhados ao CSMP em 2025

Mês	Recebidos	Distribuídos	Devolvidos	Julgados	Julg. Anos Anteriores	Pendentes
Janeiro	221	226	196	47	125	0
Fevereiro	192	221	189	203	45	0
Março	162	132	165	180	9	0
Abril	145	225	213	160	6	0
Maio	204	213	212	200	0	0
Junho	194	204	149	217	0	0
Julho	197	207	257	146	0	0
Agosto	189	201	198	281	0	7
Setembro	240	253	223	188	0	29
Outubro	223	230	229	230	0	47
Novembro	164	172	181	143	0	53
Dezembro	163	168	145	236	0	95
Total	2294	2452	2357	2231	185	95

Fonte: Secretaria Especial do Conselho Superior do Ministério Público, 2026.



CORREGEDORIA-GERAL

A Corregedoria-Geral (CGMP) é um órgão de orientação dos membros do Ministério Público, expedindo recomendações de caráter funcional e jurídico, sempre respeitando a independência funcional dos agentes ministeriais e zelando pela dignidade da Instituição. Funciona, também, como órgão de fiscalização da conduta e das atividades funcionais dos membros do Ministério Público. A seguir, destacam-se informações sobre os principais projetos, e as iniciativas e ações do órgão correicional em 2025.

► PROJETOS DESENVOLVIDOS

Diálogo que Previne

Em linha com o compromisso de orientação e fortalecimento institucional, a Corregedoria-Geral concebeu um projeto voltado à prevenção de processos disciplinares. Por meio do diálogo e da escuta ativa, o Projeto Diálogo que Previne fomenta a resolução consensual de conflitos que apresentem indícios mínimos de infração, mas que, em análise preliminar, não demandem a instauração imediata de um procedimento formal.

Sua Saúde Importa

O Órgão Corregedor também se destacou pela atenção à saúde mental dos membros por meio do projeto “Sua Saúde Importa”. A iniciativa promove atuação transversal com os demais Órgãos da Administração Superior, agindo prontamente ao identificar riscos psicossociais durante correições ou no curso de procedimentos administrativos disciplinares.

Evidencia-se, assim, a essência de uma Corregedoria humanizada e pautada pela empatia com os membros do MPRN. Tal postura não transgride em sua missão fiscalizatória e disciplinar, garantindo que a atuação institucional preserve a confiança depositada pela sociedade.

► ATUAÇÃO ORIENTADORA

A expedição de atos normativos de caráter orientativo favorece a racionalização e o aprimoramento da atividade ministerial (RICGMP, art. 41, inciso I). Os atos normativos publicados pela CGMP em 2025 foram os seguintes, conforme destacado na Tabela 17.

Tabela 17 - Atos normativos publicados pela Corregedoria-Geral em 2025

Atos normativos	Total
Avisos	9
Comunicado	1
Editais	20
Nota Orientativa	1
Portaria	1
Recomendação	1
Resoluções	2
Resolução Conjunta	1

Fonte: Diretoria da Corregedoria-Geral, 2025.

► ATUAÇÃO FISCALIZATÓRIA E DISCIPLINAR

- a) Visitas de correição ordinária - Em 2025, foram realizadas 69 correições ordinárias, sendo 51 de membros, 5 em órgãos auxiliares e 13 em unidade;
- b) Atuação disciplinar - foram instaurados 4 procedimentos/processos disciplinares;
- c) Audiências Públicas - realizados 2 encontros com a população contato com 229 participações.

As audiências públicas têm como objetivo ouvir notícias, sugestões ou reclamações de representantes da comunidade acerca do funcionamento das unidades do Ministério Público, visando ao aperfeiçoamento dos serviços prestados.

As manifestações dos participantes possuem caráter consultivo e não vinculante, destinando-se a subsidiar a atuação ministerial, zelando pelo princípio da eficiência e



assegurando a participação popular na condução dos interesses públicos, nos moldes do art. 56 da Resolução n. 12/2018-CPJ/RN.

Nesses eventos, pretende-se identificar demandas sociais que exijam a instauração de procedimento, elaboração e execução de Planos de Ação e Projetos Estratégicos Institucionais ou mesmo para prestação de contas de atividades desenvolvidas; bem como para apresentação de canais de acesso da população ao MPRN.

Em 2025, a Corregedoria-Geral do Ministério Público realizou 2 audiências públicas, abrangendo 17 municípios, atendidos por 8 Promotorias de Justiça, cujos locais de realização (polos) encontram-se descritos no Quadro 1 abaixo.

Quadro 1 - Municípios alcançados com as audiências públicas.

LOCAL	Municípios Atendidos	Participantes
Assu	Assu, Carnaubais, São Rafael, Angicos, Afonso Bezerra, Fernando Pedroza, Ipanguaçu, Itajá, Lajes, Caiçara do Rio do Vento, Pedra Preta, Pedro Avelino e Santana do Matos.	127
São Paulo do Potengi	São Paulo do Potengi, Riachuelo, Santa Maria e São Pedro	102

Fonte: Corregedoria-Geral, 2026.

► INICIATIVAS REALIZADAS

Ações voltadas para a orientação e fiscalização, com ênfase na resolutividade e no fomento à aproximação do membro para com a sociedade, conforme os seguintes eixos a seguir.

- a) Garantia de razoável duração da atividade ministerial - O monitoramento da tempestividade da atuação dos membros do Ministério Público, por intermédio da Sala de Acompanhamento Virtual (SAV), permaneceu sendo utilizado como importante mecanismo de acompanhamento da atividade ministerial, difundindo a cultura de que uma entrega muito tardia de resultados é, por si só, danosa aos direitos do cidadão. Durante o ano de 2025, realizaram-se nos meses de março, julho e novembro, 3 ciclos da SAV. Em cada ciclo, 175 Promotorias de Justiça tiveram seus acervos analisados virtualmente por meio dos painéis de BI e do Sistema e-MP.

Somando-se os três ciclos mencionados, a CGMP encaminhou às Promotorias de Justiça 525 expedientes, sendo 338 “elogios e reconhecimentos” quanto à pontualidade dos

acervos; 184 alertas quanto à necessidade de aprimoramento da gestão do acervo e 3 notificações referentes a excesso substancial de prazo, para a adoção de providências saneadoras;

- b) Fomento à aproximação dos membros com a comunidade - O modelo de correição ordinária voltado primordialmente para a identificação dos resultados obtidos pelo membro, quer seja no campo judicial, quer seja no campo extrajudicial, restou aprimorado, com o estabelecimento de critérios e questionamentos que aferem a existência ou não de uma atuação ministerial próxima à comunidade e a equipamentos sociais;

Adotaram-se, também, medidas para modernizar e agilizar os fluxos das correições ordinárias, de modo que as entrevistas com os membros passaram a ser gravadas, com a simultânea transcrição pelo sistema de inteligência artificial *Gemini*.

- c) Fortalecimento das relações intrainstitucionais - A Corregedoria-Geral instituiu o projeto “Diálogo que Previne” que fomenta a autocomposição em ocorrências com indícios mínimos de infração. A iniciativa prioriza soluções dialógicas e pedagógicas, evitando o agravamento de conflitos e garantindo uma resolução célere para faltas funcionais reportadas ao órgão.

A atividade soma esforços com os projetos “Sua Saúde Importa” e, complementarmente, o projeto “Presença Garantida” que estimula o cumprimento do dever funcional de comparecimento presencial às unidades de lotação. O objetivo é fortalecer a representatividade institucional e estreitar os laços entre o MPRN e a comunidade;

- d) Atualização do regimento interno da CGMP - O Regimento Interno da Corregedoria-Geral foi atualizado em 2 de junho de 2025, por meio da Resolução n. 2/2025 – CGMP, passa a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 98-B. Constatando-se, no exame preliminar da Notícia de Fato, indícios mínimos de infração disciplinar que, em juízo inicial, não revelem gravidade suficiente para a instauração imediata de procedimento disciplinar formal, a Corregedoria atuará preventivamente, podendo o Corregedor-Geral, em data e horário previamente ajustados, promover diálogo com o noticiado, facultando-lhe a apresentação de esclarecimentos e demais informações que entender pertinentes. § 1º A escuta ativa do membro poderá ser realizada virtualmente, aplicando se, no que couber, o disposto no § 2º do art. 71 deste Regimento. § 2º Havendo a regularização da situação noticiada e reconhecida a perda superveniente do objeto, o Corregedor-Geral poderá determinar o arquivamento da Notícia de Fato. § 3º Não sendo exaurido o objeto da Notícia de Fato, o Corregedor-Geral determinará o prosseguimento do feito. § 4º O conteúdo da audiência será gravado e registrado em termo circunstanciado, que integrará os autos da Notícia de Fato.



Com isso, buscou-se regulamentar o projeto “Diálogo que Previne” no âmbito do órgão correicional.

Em 2025, a CGMP reafirmou seu compromisso com o equilíbrio e o diálogo constante junto aos membros da instituição. Somando esforços e unindo propósitos, o órgão avançou na missão de bem servir à população potiguar e defender seus direitos fundamentais.

O Órgão Correicional priorizou a aproximação entre o Ministério Público e a sociedade, enfatizando a relevância do comparecimento regular dos membros às suas unidades e comarcas, com foco na participação presencial em audiências e sessões judiciais. Tais ações observam estritamente a Lei Complementar Estadual nº 141, de 9 de fevereiro de 1996 e as diretrizes da Corregedoria Nacional, oriundas da correição temática em direitos fundamentais realizada em 2024.

Desse modo, a CGMP/RN mantém o desafio de consolidar essas iniciativas, buscando constantemente novas formas de fortalecer a imagem institucional como pilar essencial à promoção da cidadania.



3



GAECO



3 ÁREAS DE ATUAÇÃO

■ INFÂNCIA, JUVENTUDE E FAMÍLIA

A atuação estratégica do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN) na área da Infância e Juventude em 2025 foi pautada pela consolidação de políticas públicas de acolhimento e pelo fortalecimento do Sistema de Garantias de Direitos (SGD). Sob a coordenação do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Infância, Juventude e Família (CAOPIJ), as iniciativas buscaram assegurar a prioridade absoluta prevista no art. 227 da Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

► PROJETOS DESENVOLVIDOS

Abrace Vidas: Expansão do Acolhimento Familiar

O projeto Abrace Vidas consolidou-se em 2025 como a principal ferramenta de fomento à implementação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora. Diferentemente do acolhimento institucional, essa modalidade proporciona ambiente familiar e comunitário mais individualizado para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por medida protetiva judicial (art. 101, VIII, do ECA).



Em 2025, foram realizados estudos técnicos de demanda reprimida nas comarcas de Santa Cruz, Canguaretama, Nísia Floresta e Nova Cruz. O projeto também prestou suporte direto às Promotorias de Justiça em audiências concentradas e reuniões com gestores municipais, contribuindo para a sensibilização quanto à criação de consórcios intermunicipais de acolhimento. Como resultado, observou-se o fortalecimento do direito à convivência familiar e comunitária e a redução da institucionalização prolongada.

ComFIA

O Projeto ComFIA visa à regularização e ao aporte de recursos nos Fundos da Infância e Adolescência (FIA) em todo o Estado. Em 2025, o MPRN intensificou o monitoramento por meio do Laboratório de Orçamento e Políticas Públicas (LOPP).



- **Diagnóstico de 2025:** conforme apresentado na Tabela 18, o Estado apresenta um cenário de disparidade que exige intervenção direta das Promotorias de Justiça locais para regularização cadastral junto à Receita Federal do Brasil (RFB).

Tabela 18 - Situação dos Fundos da Infância e Adolescência (FIA) no RN em 2025

Situação cadastral - RFB	Número de municípios
Fundos regularizados	91
Sem cadastro ativo	66
Com inconsistências técnicas	10
Total	167

Fonte: Laboratório de Orçamento e Políticas Públicas, 2026.

Como forma de subsidiar a atuação ministerial, foi disponibilizado aos Promotores de Justiça um *kit* de peças técnicas, contendo modelos de Portaria, Recomendação, Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e Ação Civil Pública (ACP), voltados à implantação, regulamentação e ao funcionamento efetivo dos Fundos da Infância e Adolescência nos municípios potiguares.



Proteção Integrada

O projeto Proteção Integrada objetiva o aprimoramento dos fluxos de atendimento do SGD, promovendo a integração entre saúde, assistência social e educação. No período, a iniciativa alcançou sua fase de maturidade com o lançamento em polos estratégicos como Pau dos Ferros e Mossoró, além da conclusão dos ciclos de implementação em Caicó e Baraúna. Ao final do exercício, 22 Promotorias de Justiça registraram adesão formal à iniciativa, com suporte técnico do Centro de Apoio Técnico Especializado (CATE).



Calibrando o Olhar: qualificação das inspeções

Focado na melhoria da fiscalização das entidades de acolhimento, o projeto Calibrando o Olhar capacitou membros e servidores para a realização de inspeções que transcendem o aspecto burocrático. Em 2025, priorizou-se a oitiva reservada e qualificada de crianças e adolescentes, assegurando que suas percepções sobre o serviço de acolhimento influenciem as recomendações ministeriais enviadas aos gestores.



Vale destacar que esse projeto institucional conta com a parceria do Centro de Apoio Técnico Especializado (CATE), órgão responsável pela designação de Analistas Ministeriais das áreas de Psicologia, Serviço Social, Pedagogia, Engenharia e Arquitetura para prestar apoio técnico aos membros nas inspeções dos serviços de acolhimento.

► INICIATIVAS REALIZADAS

Criação do Núcleo de Apoio da Infância e Juventude

Criado pela Resolução nº 055/2025-PGJ/RN, o Núcleo de Apoio da Infância e Juventude (NUAIJ) iniciou suas atividades com o objetivo de prestar suporte especializado às Promotorias de Justiça com atribuição cumulativa. O núcleo atua na análise de processos complexos de destituição do poder familiar e no desenvolvimento de teses jurídicas de vanguarda.

Entre as principais ações desenvolvidas pelo Nuaij no período, destacam-se:

- análise de 15 feitos, em sua maioria processos judiciais, todos sobre a temática de acolhimento institucional e destituição do poder familiar em que foram confeccionadas certidões circunstanciadas de análise processual ou peças jurídicas (manifestações e petição inicial) a fim de auxiliar os membros na adoção de providências jurídicas e psicossociais;
- criação e publicação da Nota Orientativa nº 01/2025-NUAIJ, a qual versa sobre orientações no tocante à fiscalização e promoção do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em acolhimento, com especial enfoque na garantia do direito de visitas por parte de seus pais, responsáveis e familiares;
- 9 atendimentos ao público interno e externo;
- participação no comitê estadual de gestão colegiada da rede de cuidado e de proteção social das crianças e dos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência;
- criação e condução do grupo de trabalho para a construção do protocolo de atuação integrada do MPRN na defesa das crianças e dos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, no qual já foram realizadas três reuniões para construção desse protocolo, bem como o plano de ação desse GT para o biênio 2025/2026;
- participação no “Projeto Laços de Proteção”;
- elaboração do Plano de Ação do NUAIJ para o biênio 2025/2026;
- criação dos seguintes modelos de atuação funcional:
 - **Ação indenizatória voltada** à responsabilização do Poder Público pela manutenção de crianças e adolescentes acolhidos por período superior a 18 meses sem decisão judicial fundamentada no superior interesse da criança e do adolescente;



- **Ação Civil Pública (ACP)** destinada à responsabilização dos municípios pela oferta de apoio a jovens egressos de serviços de acolhimento que estejam na iminência de completar 18 anos;
- **Recomendação ministerial** para criação dos comitês municipais de gestão colegiada da rede de cuidado e proteção social de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência;
- **Manifestação jurídica** acerca da responsabilidade primária dos municípios quanto ao acolhimento de crianças e adolescentes;
- **Modelo de portaria de procedimento administrativo** destinado ao acompanhamento e à fiscalização do cumprimento, pelos municípios, das metas do Selo Unicef.

Programa Portas Abertas: aprendizagem

O programa Portas Abertas promove a inserção de adolescentes e jovens aprendizes no mundo do trabalho, assegurando formação técnico-profissional compatível com o desenvolvimento de competências e experiências potencialmente enriquecedoras.

Entre os critérios para escolha dos aprendizes estão ser oriundo de família com renda *per capita* inferior a um salário mínimo; egresso do sistema de cumprimento de medidas socioeducativas ou estar em cumprimento de medida socioeducativa. Também são considerados ser egresso de serviço, ou programa de acolhimento, estar inserido em serviço ou programa de acolhimento; ser egresso do trabalho infantil; ser imigrante ou refugiado; ser indígena, ou oriundo de comunidades tradicionais e extrativistas; e ser transgênero ou transexual.

Em março, o MPRN recebeu os primeiros jovens aprendizes do programa Portas Abertas, cada aprendiz passou a contar com acompanhamento funcional realizado por servidor previamente designado como orientador.

O programa ainda conta com uma comissão de acompanhamento multidisciplinar e teve início no ano de 2025 e contou com quatro jovens aprendizes em seu quadro, conforme Figura 7 a seguir.

Figura 7 – Registro de apresentação dos novos jovens aprendizes do MPRN à Procuradora-Geral de Justiça



Fonte: Diretoria de Comunicação, 2026.

Painel 227: monitoramento em tempo real

Foi lançado, em maio de 2025, o Painel 227, uma plataforma de Business Intelligence (BI) que centraliza dados sobre o acolhimento no Estado. A ferramenta disponibiliza indicadores consolidados e individualizados por município e por instituição, permitindo uma visão clara e dinâmica da realidade dos serviços de acolhimento no Estado. Entre os principais dados monitorados estão a capacidade total e o número de acolhidos; a distribuição por gênero (masculino e feminino); o número de acolhidos sem visitas de familiares, em consonância com a Resolução CNMP nº 293/2011; os desligamentos por maioria, evidenciando a transição para a vida adulta; o tipo de acolhimento (ex: Casa Lar) e estrutura da equipe técnica; a faixa etária e configuração de grupo familiar; a quantidade de famílias acolhedoras cadastradas no RN e por Comarca; e a participação dos cuidadores em folgas e atividades externas.

A Figura 8 apresenta o painel disponibilizado para consulta pública.



Figura 8 - Painel 227



Fonte: Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Infância, Juventude e Família, 2026.

Rede de Cuidados RN

O CAOPIJF, dando continuidade às ações iniciadas em 2024 para implementação da Rede de Cuidados do Rio Grande do Norte, acompanhou, em 2025, o processo de implementação do Comitê Estadual, incluindo a estruturação de sua agenda de trabalho e de seu regimento interno. As reuniões tiveram início no segundo semestre com uma série de apresentações das políticas públicas específicas relativas ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, com apresentação de fluxos, dados, estruturas e leituras críticas de que se dispõe.

Além disso, foi disponibilizado pelo Caopij aos Promotores de Justiça modelo de portaria e recomendação para acompanhar a implementação dos comitês nos municípios do RN.

O Caop ainda atuou na capacitação inicial da Rede de Cuidados do município de Macau, realizando a formação “Revelação espontânea e escuta especializada: aspectos introdutórios à luz da Lei nº 13.431/2017”, em três momentos distintos para os profissionais da rede socioassistencial, da saúde, educação e segurança pública.

Disponibilização de Kits para exame de DNA

Após a experiência piloto da oferta de exames de DNA para as Promotorias de Justiça da Família da Comarca de Natal, o Caopij passou a disponibilizar *kits* de testes para as unidades ministeriais do interior.

Os testes têm a finalidade de auxiliar os procedimentos extrajudiciais em trâmite nas Promotorias de Justiça, preferencialmente, as que atuam nas áreas de família e infância e juventude.

A proposta piloto surgiu a partir de uma demanda que o Caopij recebeu das Promotorias de Justiça com atribuição na área da família de Natal. As unidades solicitaram a realização de exames de DNA para dar suporte aos procedimentos extrajudiciais do projeto Pai Legal.³ A partir disso, foi instaurado um Procedimento de Gestão Administrativa que culminou com a assinatura de um termo de referência o qual possibilitou a licitação e a contratação de uma empresa pelo MPRN para a feitura dos testes de DNA.

Escola de Conselhos do Rio Grande do Norte

O MPRN, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), manteve o apoio à Escola de Conselhos. Em 2025, o foco foi o segundo ciclo formativo para Conselheiros Tutelares e de Direitos, com ênfase na elaboração do Plano Decenal Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Entre as entregas, destacam-se:

- a) a realização, em março, da cerimônia de finalização do curso e a entrega de certificados da formação de 2024;
- b) a publicação da Resolução nº 151/2025/CONSEC que aprovou a implantação do Núcleo de Formação Continuada para Conselhos de Direitos, Conselhos Tutelares e demais atores do Sistema de Garantia de Direitos no Estado do Rio

³ Tem como objetivo contribuir para a regularização dos registros de nascimento de crianças e adolescentes em todos os municípios do RN. Distribuição de *kit* com material necessário para identificação dos casos de sub-registro paterno e regularização dos registros.



Grande do Norte, doravante denominado de Escola de Conselhos do RN, sob a Coordenação- Geral da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), por meio do Observatório da População Infanto-Juvenil em Contextos de Violência (OBJUV);

- c) o início do 2º Ciclo Formativo da Escola de Conselhos do RN, no dia 11 de dezembro, às 8h, no Auditório da Reitoria da UFRN. Tema: Controle social na garantia de direitos de crianças, adolescentes e da pessoa idosa;
- d) a elaboração, por meio do Caopij, a partir dos achados da Escola de Conselhos, de um *kit* de atuação funcional aos Promotores de Justiça, visando a auxiliar e orientar a ação do MPRN em prol do fortalecimento dos Conselhos Tutelares do Estado.

► ATUAÇÕES DE DESTAQUE

Adequação do Conselho Tutelar

- a) **Felipe Guerra** - O MPRN, por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Apodi, firmou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a Prefeitura de Felipe Guerra para adequar o Conselho Tutelar do município. O acordo prevê uma série de medidas para garantir o bom funcionamento do órgão, como melhorias na estrutura física, aquisição de equipamentos e disponibilização de recursos humanos. O acordo é resultado de uma vistoria realizada na sede do Conselho Tutelar de Felipe Guerra. Na ocasião, foram constatadas a inexistência e/ou a inadequação de equipamentos e mobiliários indispensáveis para o desempenho das atividades;
- b) **Santa Cruz** - A 1ª Promotoria de Justiça de Santa Cruz, firmou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a Prefeitura de Santa Cruz para adequar a estrutura física do Conselho Tutelar do Município. O acordo prevê a mudança da sede para um novo imóvel que atenda às normas técnicas de acessibilidade e privacidade.

Promoção da adoção legal

a) Macaíba - O MPRN realizou uma capacitação sobre adoção legal na cidade Macaíba, a atividade envolveu equipes multidisciplinares dos municípios de Bom Jesus, Ielmo Marinho e Macaíba;



b) Ceará Mirim - A 1ª Promotoria de Justiça de Ceará-Mirim, promoveu uma capacitação sobre a entrega voluntária de crianças para adoção para conselheiros tutelares e profissionais das áreas da Saúde e da Assistência Social dos municípios de Ceará-Mirim, Pureza e Taipu. A capacitação objetivou refletir e debater sobre o atendimento e acolhimento a gestantes e puérperas



que desejam exercer o direito de entrega voluntária, a iniciativa apresentou às equipes multiprofissionais, compostas por conselheiros tutelares, profissionais da saúde e da assistência social, o fluxograma de atendimento às gestantes ou puérperas que desejem realizar o procedimento.

c) Parnamirim - A Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Parnamirim lançou o projeto Pontes de Esperança, uma iniciativa fruto de um Termo de Cooperação assinado com a Prefeitura, pela Vara da Infância e Juventude e pelo Grupo de Apoio à Adoção Abrace. O objetivo da iniciativa é dar visibilidade e garantir o direito à convivência familiar e comunitária de adolescentes, grupos de irmãos e crianças com deficiência ou necessidades específicas de saúde aptos à adoção.



Promoção do grupo reflexivo “Restaurando Laços”

A 21ª Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e Juventude de Natal promoveu a capacitação de uma turma do grupo reflexivo do projeto “Restaurando Laços”. O grupo reflexivo busca desenvolver uma autorreflexão dos pais e/ou responsáveis acerca das questões de violência, mais especificamente, de maus-tratos, numa perspectiva de mudanças de atitudes e práticas violentas contra crianças e adolescentes. Vale ressaltar que a participação no grupo reflexivo é prevista em decisão judicial.

Ao todo, foram realizados cinco encontros, nos quais foram abordados temas como emoções e regulação emocional, exercício de parentalidade e a questão de gênero; violência como forma de educar – educação sem violência; legislações sobre o Sistema de Garantias e Direitos da criança e do adolescente; além de temas propostos pelos participantes.

Interdição de unidade socioeducativa na cidade de Caicó

O Ministério Público potiguar e a Defensoria Pública Estadual obtiveram a interdição parcial do Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) de Caicó. A decisão judicial determinou a suspensão do recebimento de novos adolescentes na unidade até que irregularidades estruturais, sanitárias e de segurança sejam corrigidas. Na decisão, a Justiça frisou que a medida foi excepcional, mas necessária e proporcional, visando à proteção da integridade física e psíquica dos adolescentes e impedindo o agravamento da vulnerabilidade institucional.

A decisão foi uma resposta à ação civil pública (ACP) ajuizada pelo MPRN e pela Defensoria em razão de falhas graves que comprometem a segurança e a dignidade dos internos e servidores. A Justiça reconheceu a probabilidade de os direitos dos adolescentes estarem sendo desrespeitados.

► PARCERIAS ESTABELECIDAS

Direcionamento para defesa da criança e adolescente em serviço de acolhimento

Em maio de 2025, foi assinado (Figura 9a e 9b) o Termo de Cooperação nº 15/2025-TJRN/CGJRN/PGJMPRN/CGMPRN com o objetivo de direcionar a atuação de Juízes de Direito, Promotores de Justiça da Infância e Juventude e equipes técnicas responsáveis pelo assessoramento à Justiça da Infância e Juventude no que se refere à garantia do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes e ao encaminhamento de crianças e adolescentes para serviços regionalizados de acolhimento, mantidos e geridos pelo Estado do Rio Grande do Norte.

Figura 9a e 9b - Assinatura do Termo de Cooperação MPRN e TJRN



Fonte: Diretoria de Comunicação, 2026.

Termo de Integração Operacional – Depoimento Especial

Um marco significativo de 2025 foi a rearticulação com o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN) para a celebração do Termo de Integração Operacional visando à aplicação da Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. O objetivo é viabilizar a produção antecipada de provas por meio do Depoimento Especial, evitando a revitimização e garantindo a celeridade em processos de violência sexual. O termo contou com a participação da Polícia Civil do Rio Grande do Norte (PCRN), Defensoria Pública (DPERN) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RN).



As ações desenvolvidas, ao longo de 2025, evidenciam o compromisso institucional do MPRN com a proteção integral de crianças e adolescentes, por meio de iniciativas articuladas, preventivas e resolutivas voltadas ao fortalecimento das políticas públicas, à qualificação da rede de proteção e à efetivação dos direitos fundamentais.

CRIMINAL

A atuação da área criminal do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN), no exercício de 2025, consolidou a transição para um modelo de justiça penal mais célere e orientado por evidências. As atividades concentraram-se na implementação de institutos de consensualidade, no suporte tecnológico à investigação e no fortalecimento da rede de proteção às vítimas.

► PROJETOS DESENVOLVIDOS

Instituição do Núcleo de Acordo de Não Persecução Penal

Com o advento da Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019 e a necessidade de uniformizar a aplicação do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), o MPRN realizou um diagnóstico com os Promotores de Justiça da área criminal. A consulta visou avaliar a viabilidade de uma estrutura centralizada para racionalizar procedimentos e conferir maior eficiência institucional. Com base nesse estudo e nas diretrizes do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), foi editada a Resolução nº 127/2025-PGJ/RN, publicada em 7 de novembro de 2025, instituindo o Núcleo de Acordo de Não Persecução Penal (NANPP). O núcleo, vinculado ao Caop Criminal e sob condução de membro indicado pelo Procurador-Geral de Justiça, tem a finalidade de centralizar e especializar a celebração dos acordos inicialmente nas comarcas de Natal e Parnamirim, otimizando o fluxo de trabalho e garantindo segurança jurídica.

Beagle – Inteligência em Capturas

Considerando o elevado número de mandados de prisão pendentes de cumprimento, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) desenvolveu o Projeto Beagle. A iniciativa utiliza ferramentas de inteligência para o cruzamento de dados entre o Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP) e os sistemas internos do MPRN. Em 2025, o projeto permitiu a localização e





recaptação de mais de 1.000 foragidos, focando em indivíduos condenados por crimes de alta periculosidade. Em razão de seus resultados no enfrentamento à impunidade, a ferramenta foi selecionada como finalista do Prêmio CNMP 2025, na categoria Investigação e Inteligência.

► INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

Regulamentação dos Juízos das Garantias e Audiências de Custódia

A implementação da figura do Juiz das Garantias exigiu uma adequação normativa célere. Por meio da Portaria nº 3/2025, da Procuradoria Regional Eleitoral no Rio Grande do Norte (PRE/RN), foram estabelecidas as diretrizes para a atuação dos Promotores de Justiça junto aos Juízos Eleitorais das Garantias. A ação assegurou que a transição procedimental acontecesse sem prejuízo à validade das provas colhidas e reafirmou a presença qualificada do Ministério Público nas audiências de custódia, reforçando o controle da legalidade das prisões.

Fortalecimento do atendimento às vítimas (Programa Recomeçar)

Em maio de 2025, o MPRN formalizou a adesão ao Programa Recomeçar, uma iniciativa da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN) (Figura 10). A parceria resultou no aporte de R\$ 623.646,68 (seiscentos e vinte e três mil, seiscentos e quarenta e seis reais e sessenta e oito centavos) destinados ao fortalecimento e reordenamento estrutural do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência (NUAVV). O recurso viabilizou a expansão do atendimento psicológico e jurídico, assegurando a proteção integral e a dignidade de quem sofreu os impactos diretos da criminalidade.

Figura 10 - Assinatura de adesão ao Programa Recomeçar

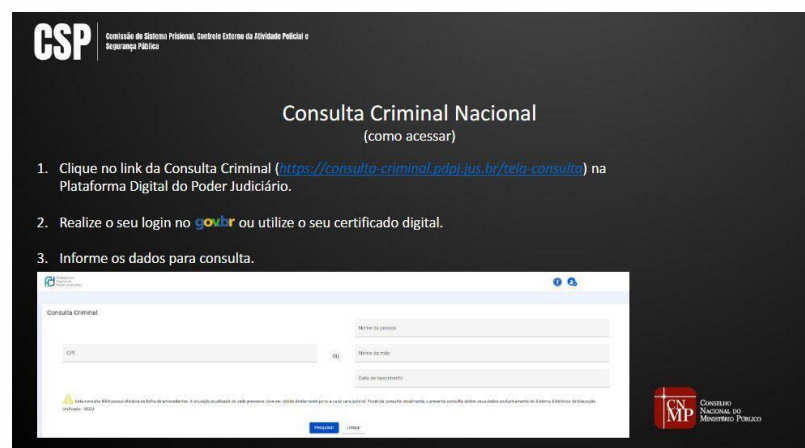


Fonte: Diretoria de Comunicação, 2026.

Disponibilização de acesso à Consulta Criminal Nacional e SERP JUD

Em virtude do Acordo de Cooperação Técnica nº 94/2024 (CNMP/CNJ), os membros do MPRN obtiveram acesso ampliado à plataforma "Consulta Criminal Nacional", que permite a consulta direta a dados criminais e agiliza a elaboração de peças ministeriais.

Adicionalmente, foram habilitados a utilizar o SERP-JUD, um módulo do Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (SERP), que viabiliza consultas integradas a serviços registrais em todo o país. O acesso ao SERP-JUD é feito via autenticação Gov.br, com identificação baseada no Sistema de Cadastro de Membros do Ministério Público (SCMMP).





Capacitações

O MPRN promoveu diversas capacitações voltadas ao aperfeiçoamento técnico de integrantes do sistema de justiça e agentes de segurança pública na área de combate à criminalidade. Destacando-se:

- capacitação com autoridades integrantes do sistema de justiça e segurança pública de Monte Alegre e Touros com foco nos critérios legais e jurisprudenciais aplicáveis às buscas pessoal e domiciliar;
- capacitação de Policiais Civis em Técnicas de investigação cibernética;
- capacitação virtual abordando técnicas de confecção de denúncias criminais destinada a estagiários e residentes, com foco na elaboração de denúncias criminais;
- capacitação voltada a policiais militares, civis e integrantes da guarda municipal, com foco no aperfeiçoamento das abordagens policiais dirigidas à população LGBTQIAPN+.

► ATUAÇÕES DE DESTAQUE E OPERAÇÕES

Condenação de Policial Penal

Um policial penal foi condenado a 43 anos e 9 meses de reclusão em regime fechado, por múltiplos crimes graves cometidos em Natal em 2022, como latrocínio de motorista de aplicativo e invasão de residência com morte de um jovem, ferimento da mãe e roubo. A condenação foi obtida pela 10ª Promotoria de Justiça de Natal do MPRN, que também prestou suporte às vítimas e seus familiares por meio do NUAVV. O réu, preso em Olinda/PE, teve a tese de inimputabilidade por transtorno mental negada pelo judiciário.

Combate à injúria contra pessoa com deficiência

A 10ª Promotoria de Justiça de Natal do MPRN obteve a condenação de uma enfermeira por injúria qualificada contra a professora Débora Seabra, pessoa com Síndrome de Down. A Justiça acolheu a tese de crime motivado pela condição da vítima, fixando a pena em 3 anos de

reclusão e multa, substituída por sanções restritivas de direitos (pagamento de R\$ 1.518,00 e prestação de serviços à comunidade).

Correção de erro de identificação no sistema penitenciário

A 77ª Promotoria de Justiça de Natal identificou um erro em 2024 no Sistema de Administração Penitenciária (SIAPEN): um homem preso em 2019 por furto estava indevidamente registrado como sendo outro indivíduo condenado a 14 anos e 4 meses por estupro de vulnerável, na Penitenciária de Alcaçuz. Após diligências da Promotoria, o verdadeiro criminoso foi detido em janeiro de 2025, e o homem indevidamente registrado foi libertado.

Condenações de destaque no Tribunal do Júri

A atuação nas Promotorias do Tribunal do Júri resultou em condenações que tiveram grande repercussão social, combatendo a impunidade em crimes dolosos contra a vida. Destacam-se:

- feminicídio em Monte das Gameleiras: condenação do réu a 19 anos e 3 meses de reclusão;
- feminicídio em Tibau do Sul: condenação do réu a uma pena de 19 anos de reclusão pelo crime de feminicídio, ocorrido no ano de 2014, no município de Tibau do Sul;
- homicídio em Natal: condenação a 20 anos e 2 meses de reclusão, além de detenção e multa, pelos crimes de homicídio duplamente qualificado (contra pessoa idosa), vilipêndio de cadáver e resistência, ocorridos em via pública em Natal;
- conflitos de Família em Campo Grande: condenação de envolvidos no caso com penas variando entre 15 e 21 anos de reclusão.

Operações

A atuação repressiva contra o crime organizado e a corrupção foi intensificada por meio de operações coordenadas pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), dedicado à investigação e ao enfrentamento do crime organizado, e pelo Grupo Especial de Combate à Corrupção (GECOC). A seguir, o Quadro 2 detalha as principais intervenções realizadas em 2025.

**Quadro 2** – Consolidação de Operações do MPRN em 2025

Operações de combate ao tráfico e às organizações criminosas	
Operação	Descrição
Ícaro	Operação deflagrada pelo MPRN, com apoio da Polícia Militar, com o objetivo de combater o tráfico de drogas e crimes correlatos em Canguaretama e municípios vizinhos.
Osíris	Operação voltada à desarticulação do tráfico de drogas em Canguaretama e cidades vizinhas.
Ganesha	Operação realizada com o objetivo de combater o tráfico de drogas no município de Pau dos Ferros/RN.
Kraken	Operação destinada a desarticular organização criminosa envolvida com tráfico de drogas, associação para o tráfico e posse/porte ilegal de arma de fogo em Baía Formosa/RN.
Leviatã	Operação voltada ao combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas nos municípios de Mossoró e Baraúna/RN.
Game Over	Operação realizada pelo MPRN, em conjunto com as Polícias Civil e Militar, com o objetivo de combater o tráfico de drogas em Upanema/RN.
Rede 2	Operação deflagrada para combater o tráfico de drogas na região Seridó potiguar, envolvendo integrantes de organização criminosa atuante na região.
Miragem	Operação realizada com o objetivo de combater o tráfico de drogas nos municípios de Caraúbas/RN e Caucaia/CE.
Território Seguro	Operação realizada em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), com foco no enfrentamento às organizações criminosas na Zona Oeste de Natal.
Farol da Justiça	Ação integrada de enfrentamento à atuação de organizações criminosas na Zona Leste de Natal, com foco no bairro de Mãe Luíza.
Operações de combate à corrupção, fraudes, lavagem de dinheiro e crimes financeiros	
Operação	Descrição
Lápis de Ouro	Operação conduzida pelo GECOC e pela 1ª Promotoria de Justiça de Morada Nova para apurar suposto desvio de recursos públicos na reforma de escola de educação básica no município de Morada Nova/CE.
Curari Domi	Operação destinada a apurar esquema criminoso relacionado a ações judiciais voltadas à prestação de serviços de internação domiciliar (home care) em face do Estado do Rio Grande do Norte, com cumprimento de mandados de busca e apreensão em Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, São Paulo do Potengi e Mossoró.

Resposta Certa	Operação realizada para apurar suposto esquema de fraude em concurso público da Câmara Municipal de João Câmara/RN.
Parceria	Operação destinada a investigar suposto esquema de desvio de recursos públicos e crimes contra a administração pública por meio de contratos de fachada firmados pela Prefeitura de Santana dos Matos/RN.
Ventania	Operação voltada à desarticulação de suposto esquema criminoso na Prefeitura de Caiçara do Rio do Vento/RN, com indícios de contratação direta ilegal, peculato, lavagem de dinheiro e associação criminosa.
Lixeira de Ouro	Operação deflagrada pelo MPRN e pela Polícia Civil com o objetivo de desarticular esquema criminoso relacionado à fraude em procedimento licitatório no município de Monte Alegre/RN.
Uncle	Operação destinada à apuração de indícios de fraude à licitação, corrupção ativa e passiva e lavagem de dinheiro no município de Doutor Severiano/RN.
Amicis	Operação deflagrada pelo MPRN, Polícia Civil e Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ/RN) para desarticular associação criminosa envolvida em fraudes e lavagem de dinheiro.
Vereda Grande	Operação realizada com o objetivo de desarticular esquema de lavagem de dinheiro vinculado a organização criminosa com atuação no Estado.
Slot	Operação voltada ao combate a esquema de exploração ilegal de bingos online e máquinas caça-níqueis.

Operações de combate a crimes cibernéticos e estelionato

Operação	Descrição
Mística	Operação que cumpriu mandados de busca e apreensão em São Paulo/SP para desarticular grupo criminoso responsável pela aplicação de golpes por meio de WhatsApp e Instagram.
Lúmen	Operação destinada a desarticular associação criminosa suspeita de estelionato mediante fraude eletrônica e invasão de dispositivo informático.
Estorno	Operação voltada ao combate de esquema de golpes com cartões clonados em Natal/RN, envolvendo utilização fraudulenta de dados bancários para realização de compras simuladas.

Operações integradas e apoio interestadual

Operação	Descrição
Echo Chamber	Ação conjunta em que o MPRN, por meio do GAECO, prestou apoio ao Ministério Público do Ceará (MPCE) na segunda fase da operação, com cumprimento de mandado de busca e apreensão em Natal/RN relacionado à investigação de campanha de ódio nas



	redes sociais contra a ativista Maria da Penha.
Scelerum IV	Operação em que o MPRN prestou apoio ao Ministério Público do Paraná (MPPR) em investigação sobre a atuação de organização criminosa armada no Paraná e em outros estados da Federação.
Falso Aluguel	Operação realizada com apoio do MPRN em investigação conduzida pela Polícia Civil de Santos/SP sobre esquema conhecido como “golpe do falso aluguel”.
Operações de enfrentamento à violência sexual infantojuvenil	
Operação	Descrição
Arcanjos	Foram deflagradas as operações Arcanjos XIV, XV, XVI, XVII e XVIII, voltadas ao enfrentamento da violência sexual infantojuvenil.
Operações de enfrentamento à infiltração do crime organizado em instituições públicas	
Operação	Descrição
Entre dois mundos	Operação destinada a apurar a infiltração de organização criminosa no Poder Judiciário potiguar, com cumprimento de mandados de busca e afastamento cautelar de servidora suspeita de favorecimento à facção criminosa.

Fonte: GAECO/GECOC, 2026.

► PARCERIAS ESTABELECIDAS

Acordos de Cooperação Técnica

Renovação de cooperação técnica com o Consulado-Geral dos EUA

O Ministério Público potiguar e o Consulado-Geral dos Estados Unidos no Recife renovaram o Memorando de Entendimento para cooperação técnica em investigações criminais. O acordo reafirma o compromisso das instituições no combate ao crime e na troca de informações. A renovação, assinada pela cônsul-geral May Baptista e pela então PGJ Elaine Cardoso, dá continuidade à colaboração iniciada em 2018. Conforme registro mostrado na Figura 11.

Figura 11 - Assinatura do termo de renovação de colaboração entre o MPRN e o Consulado-Geral



Fonte: Diretoria de Comunicação, 2026.

Foram construídas e formalizadas novas parcerias com órgãos públicos para o aperfeiçoamento da atividade-fim. Entre elas, tiveram destaque:

- a) o Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto de Protesto, com a finalidade de estabelecer parcerias para o protesto extrajudicial da pena de multa pelos órgãos de execução do MPRN; e
- b) Formalização de Acordo de Cooperação Técnica entre o Instituto Técnico-Científico de Perícia (ITEP/RN), a Polícia Civil, o Poder Judiciário do Rio Grande do Norte e o Ministério Público do Rio Grande do Norte. A iniciativa tem por finalidade estabelecer procedimentos uniformes para as etapas de destruição das contraprovas de vestígios químicos atualmente armazenadas na Central de Custódia do Itep/RN, garantindo segurança, padronização e eficiência na gestão desse material sensível.

As iniciativas desenvolvidas ao longo de 2025 evidenciam o fortalecimento da atuação no combate ao crime do MPRN, marcado pela integração interinstitucional, pela incorporação de ferramentas tecnológicas de inteligência e pela ampliação de mecanismos de consensualidade e proteção às vítimas. As ações implementadas contribuíram para o fortalecimento da persecução penal, para o enfrentamento qualificado ao crime organizado e para a consolidação de uma atuação ministerial mais eficiente, resolutiva e alinhada às demandas contemporâneas da política criminal e da defesa social.



PATRIMÔNIO PÚBLICO

A área de atuação do Patrimônio Público concentrou esforços no auxílio técnico-jurídico aos Promotores de Justiça, especialmente diante das atualizações legislativas sobre probidade administrativa. Foram produzidos materiais de apoio consistentes em informações técnicas, trilhas de investigação, roteiros de atuação e modelos de peças, além da difusão de conteúdos elaborados por outros ramos do Ministério Público brasileiro.

► PROJETOS DESENVOLVIDOS

Arrecada Mais

Em 2025, o projeto Arrecada Mais buscou o aperfeiçoamento da política tributária municipal e a modernização das administrações fazendárias. Foram renovadas parcerias estratégicas para suporte técnico à implantação do projeto. Além disso, debateu-se o impacto da Reforma Tributária e a gestão compartilhada do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

a) **Parcerias Estratégicas do Projeto**

- i) SINFAM/RN - O Caop Patrimônio Público e Combate à Sonegação Fiscal (CAOP-PP) mantém parceria com o Sindicato dos Fazendários Municipais do Rio Grande do Norte, com a



- finalidade de discutir estratégias voltadas ao aperfeiçoamento da política tributária dos municípios, especialmente com vistas à realização de capacitações e elaboração de *kit* de minutas de atos legislativos atualizados sobre a temática.
- ii) FECAM/RN - renovação de acordo com a Federação das Câmaras Municipais do RN, com a finalidade de aperfeiçoar a política tributária dos municípios, especialmente com vistas à realização de cursos, seminários e eventos para agentes fiscais, com qualificação técnica e planos de ação sobre a temática. A

parceria foi renovada em 2025 por meio de Acordo de Cooperação Técnica firmado com o MPRN para oferecer suporte técnico para a implantação do projeto Arrecada Mais e iniciativas institucionais a ele relacionadas.

- iii) FEMURN - permanência da parceria com a Federação dos Municípios do RN, com a finalidade de aperfeiçoar a política tributária dos municípios, especialmente com vistas à realização de cursos, seminários e eventos para agentes fiscais, com qualificação técnica e planos de ação sobre a temática. A parceria foi renovada em 2025 por meio de Acordo de Cooperação Técnica firmado com o MPRN para oferecer suporte técnico para a implantação do projeto Arrecada Mais e iniciativas institucionais a ele relacionadas.

Obra Fácil

O projeto Obra Fácil conquistou o 2º lugar no Prêmio Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) 2025, na categoria “Governança e Fiscalização Pública pelo Ministério Público”. A resolutividade da iniciativa é evidenciada pelo dado de que 85% das 20 obras inspecionadas resultaram em melhorias sem custos adicionais.

Iniciado em julho de 2022 no âmbito do Caop-PP, o Obra Fácil adotou modelo inovador de acompanhamento e fiscalização técnica de obras públicas em andamento. A iniciativa atua de forma preventiva, em tempo real, para detectar e corrigir inconformidades, buscando mitigar fraudes, desperdícios e danos ao erário.





► INICIATIVAS REALIZADAS

Mutirão de Combate à Improbidade Administrativa e Prescrição Intercorrente

Visando mitigar os impactos da Lei nº 14.230/2021, o Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Patrimônio Público e Combate à Sonegação Fiscal (CAOP-PP) realizou, entre fevereiro e julho de 2025, um mutirão para análise de processos judiciais próximos ao marco prescricional de 26 de outubro de 2025. A iniciativa prestou auxílio direto a 5 Promotorias de Justiça com maior volume de demandas judiciais. O detalhamento da produção jurídica resultante do mutirão está mostrado na Tabela 19 a seguir.

Tabela 19 – Produção Jurídica: mutirão de combate à Improbidade 2025

Tipo de Peça	Quantidade
Pareceres jurídicos com análise de autos	7
Petições de conversão em ações de ressarcimento ao erário	6
Notificações para Acordo de Não Persecução Civil (ANPC)	5
Manifestações ministeriais	4
Acordos de Não Persecução Civil (ANPC) firmados	2
Petições para julgamento antecipado	2
Petições de homologação de ANPC	2
Termos de confidencialidade	2
Petição para cumprimento de sentença	1
Total de peças elaboradas	31

Fonte: Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público, 2026.

► ENTREGAS TÉCNICAS E MATERIAIS DE APOIO

- **Manual de Quantificação de Dano ao Erário:** produto de colaboração com os Ministérios Públicos da Bahia (MPBA), Pernambuco (MPPE), Rio de Janeiro (MPRJ) e Federal (MPF), voltado à padronização do cálculo de prejuízos em licitações e contratos de engenharia;
- **Kit de Atuação Ministerial - ANPC:** disponibilização de cartilhas de passo a passo, perguntas frequentes e modelos de minutas para uniformizar a celebração de Acordos de Não Persecução Civil;
- **Diretrizes de Publicidade Digital:** orientações para coibir irregularidades na contratação de sites e blogs por gestores municipais, exigindo critérios como CNPJ ativo e audiência mínima auditável;
- **Fiscalização de Emendas Parlamentares:** disponibilização de roteiro prático e kit de atuação baseados no julgamento da ADPF 854, focando na rastreabilidade e transparência das verbas;
- **Acompanhamento de Recursos do Fundef:** publicação de despacho para fiscalização da correta aplicação de R\$ 638,4 milhões em precatórios destinados ao Estado e municípios como Lagoa D'Anta e Jaçanã;
- **Fiscalização de "Bets" e Loterias Municipais:** após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 1212, o Caop-PP disponibilizou kit de atuação para as Promotorias de Justiça visando a suspensão de sistemas de apostas de cota fixa criados por mais de 27 cidades potiguaras, prática considerada inconstitucional por invadir competência privativa da União para legislar sobre o tema.



► ATUAÇÕES DE DESTAQUE

Condenação de funcionários fantasmas

O MPRN obteve na Justiça a condenação de servidores fantasmas da Câmara Municipal de Parnamirim. A 1ª Vara da Fazenda Pública de Parnamirim julgou procedente uma Ação Civil Pública que pedia o ressarcimento de dano ao erário, condenando réus por improbidade administrativa.

O processo teve origem em um inquérito civil que investigou possíveis contratações de assessores legislativos fantasmas na Câmara Municipal de Parnamirim. Foi constatada a prática no gabinete de um vereador, à época dos fatos, que realizou nomeações sem definir as funções dos funcionários e sem controle de expediente.

Foram condenados o vereador e funcionários fantasmas. A Justiça determinou o ressarcimento ao erário dos valores recebidos pelos funcionários fantasmas.

Enriquecimento ilícito na cidade de Parnamirim

A Ação Civil Pública, promovida pelo MPRN, baseada no Inquérito Civil nº 004/2006, apurou a nomeação de assessores na Câmara de Parnamirim sem exercer as funções, sendo declarados "funcionários fantasmas". Um ex-vereador foi condenado por facilitar o enriquecimento ilícito de terceiros, incluindo seu filho, ao nomeá-los sem contrapartida laboral. Os ex-assessores também foram condenados a ressarcir os cofres públicos em R\$ 31.310,00 e R\$ 33.020,00, respectivamente. A sentença ainda impôs ao ex-vereador uma multa civil de R\$ 64.330,00.

Sentença por improbidade administrativa

O MPRN obteve sentença judicial que confirmou a condenação de dois ex-servidores e de uma empresa por improbidade administrativa. Pagamentos por serviços não executados no âmbito da Câmara Municipal de Parnamirim resultaram na condenação de dois ex-servidores e da empresa RMS da Silva pela 2ª Vara da Fazenda Pública.

As sanções incluem ressarcimento, multa e suspensão de direitos políticos. A Justiça rejeitou a tese de falta de dolo específico apresentada pela defesa, concluindo que houve ação

coordenada e má-fé no pagamento por instalações aparelhos de ar-condicionado não realizadas.

Desvios da Câmara Municipal de Natal

O MPRN obteve a condenação de um ex-vereador de Natal a 18 anos de reclusão em regime fechado, com outros cinco envolvidos, por peculato e uso de documentos falsos. O esquema de desvio de recursos da Câmara Municipal, ocorrido entre 2010 e 2011, simulava a contratação de empresas inexistentes ou inativas, usando notas fiscais fraudulentas e adulterando cheques para sacar a verba de gabinete. Além da perda do cargo e suspensão dos direitos políticos para o ex-vereador e assessores, a Justiça determinou que os condenados devolvam R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) aos cofres públicos. As penas de reclusão dos demais réus variaram entre 12 anos e 11 meses e 18 anos.

Irregularidades em nomeação do Conselho Tutelar em Ceará-Mirim

O MPRN obteve em 21 de julho de 2025 a condenação de Conselheiros Tutelares em Ceará-Mirim, por enriquecimento ilícito. O caso envolveu a nomeação irregular de conselheiro tutelar, sem ter sido eleito (contrário ao ECA). O Juízo considerou que os réus agiram de forma dolosa, pois receberam remuneração do cargo sem exercer as funções, configurando ato de improbidade administrativa.

Combate ao desvio de recursos públicos em Santana do Matos

O Ministério Público obteve a condenação da ex-prefeita de Santana do Matos, Lardjane Ciríaco de Araújo Macedo, e de outros oito réus por atos de improbidade administrativa, decorrentes do desvio de R\$ 186.227,16 dos cofres municipais. O esquema envolvia contratos fraudulentos para a manutenção da frota de veículos, com simulação de consertos, superfaturamento de até 40% e devolução de parte do dinheiro da empresa contratada à prefeita e a servidores (oito réus, incluindo a ex-secretária de finanças e o coordenador de transportes). A ex-prefeita foi condenada à suspensão dos direitos políticos por seis anos, devolução do valor recebido indevidamente e multa civil. Os empresários envolvidos foram sentenciados ao ressarcimento integral e solidário do dano e multa civil de igual valor.



► PARCERIAS ESTABELECIDAS

A integração entre instituições parceiras foi intensificada com o objetivo de conferir maior agilidade ao fluxo de informações e viabilizar a execução de instrumentos de cooperação interinstitucional. O Quadro 3 sintetiza as parcerias que foram renovadas ou formalizadas durante o referido exercício.

Quadro 3 – Parcerias estratégicas do Patrimônio Público em 2025

Entidade parceira	Objetivo da parceria
CGE/RN e PGE/RN	Formalização de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) para operacionalização interinstitucional de acordos de leniência.
FECAM/RN e FEMURN	Suporte técnico para a implantação do Projeto Arrecada Mais e qualificação de agentes fiscais municipais.
TCE/RN	Definição de novo fluxo de troca de informações via e-mail e estímulo ao uso passivo de painéis de consulta para celeridade processual.
MARCCO-RN	Manutenção da atuação integrada no Movimento Articulado de Combate à Corrupção para intercâmbio de dados e diálogo social.
MPPB	Intercâmbio técnico para compartilhamento de ferramentas de inteligência de dados e boas práticas de combate à corrupção.

Fonte: Centro de Apoio do Patrimônio Público, 2026.

As iniciativas desenvolvidas ao longo de 2025 evidenciam o fortalecimento da atuação do MPRN na defesa do patrimônio público, com ênfase na prevenção e repressão aos atos de improbidade administrativa, no aperfeiçoamento da governança pública e na promoção da transparência e da responsabilidade fiscal. A atuação integrada, aliada à produção de ferramentas técnicas, ao estímulo à atuação resolutiva e ao fortalecimento das parcerias institucionais, contribuiu para ampliar a efetividade das ações ministeriais, fortalecer os mecanismos de controle, ampliar a efetividade institucional e assegurar maior proteção ao interesse público.

MEIO AMBIENTE

A atuação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN) na defesa do meio ambiente em 2025 foi marcada pela busca de soluções consensuais, pelo fortalecimento da fiscalização ambiental e pela proteção de biomas estratégicos, com foco na resolutividade e na promoção do desenvolvimento sustentável.

► PROJETOS DESENVOLVIDOS

Lixo Negociado

O projeto "Lixo Negociado", iniciado em 2018, tem como objetivo central a erradicação de lixões e a remediação de áreas degradadas no Rio Grande do Norte por meio de métodos autocompositivos. Em 2025, a iniciativa priorizou a utilização do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) em municípios situados em raio de até 100 km de aterros sanitários devidamente licenciados. A medida resultou na notificação de gestores públicos das regiões Oeste e Seridó acerca da ocorrência de infrações penais ambientais, bem como na apresentação de minutas de acordo para regularização das condutas praticadas. O apoio técnico do Caop Meio Ambiente foi fundamental para embasar as negociações.

O Infográfico da Figura 12 apresenta as principais atividades técnicas e resultados alcançados no ano de 2025 com o projeto.



Figura 12 - Principais atividades técnicas e resultados alcançados 2025.

O projeto “Lixo Negociado” articula MPRN e Governo para adequação à Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Em 2025, focou na notificação de gestores do Oeste e Seridó, priorizando a resolução consensual de crimes ambientais.



ATUAÇÃO TÉCNICA E FISCALIZAÇÃO



MUNICÍPIOS COM PICS ARQUIVADOS (EXEMPLO)



Municípios	
✓	Água Nova e Almino Afonso: Problema Resolvido
✓	Coronel João Pessoa e Frutuoso Gomes: Problema Resolvido
✓	Guamaré, Itaú e Olho D'Água do [Oeste]: Problema Resolvido

Fonte: Caop Meio Ambiente, 2026.

Selo Cidade Limpa

Como desdobramento do projeto Lixo Negociado, o MPRN realizou a segunda edição do Selo Cidade Limpa em 6 de junho de 2025, premiando municípios que efetuaram a destinação correta de resíduos sólidos. A iniciativa, realizada em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA), a Procuradoria-Geral do Estado (PGE)



e a Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte (FEMURN), registrou crescimento expressivo no número de municípios certificados em comparação à edição de 2022.

O Infográfico da Figura 13 apresenta a evolução de municípios do RN que obtiveram o selo na edição de 2022 e na segunda edição no ano de 2025.

Figura 13 - Infográfico: evolução da certificação Selo Cidade Limpa



Fonte: Caop Meio Ambiente, 2026.



Foram premiados os seguintes municípios: Alexandria, Arez, Baía Formosa, Barcelona, Bento Fernandes, Bom Jesus, Caiçara do Norte, Caiçara do Rio dos Ventos, Ceará-Mirim, Coronel Ezequiel, Espírito Santo, Equador, Extremoz, Felipe Guerra, Francisco Dantas, Goianinha, Ilmo Marinho, Itaú, Jandaíra, José da Penha, Jundiá, Lagoa de Pedras, Lagoa de Velhos, Lagoa Salgada, Lajes, Lajes Pintadas, Luís Gomes, Macaíba, Major Sales, Marcelino Vieira, Martins, Maxaranguape, Messias Targino, Montanhas, Monte Alegre, Monte das Gameleiras, Mossoró, Natal, Nísia Floresta, Parazinho, Parnamirim, Passa e Fica, Passagem, Pau dos Ferros, Portalegre, Pureza, Riachuelo, Rio do Fogo, Rafael Fernandes, Rafael Godeiro, Riacho da Cruz, Riacho de Santana, Rodolfo Fernandes, Ruy Barbosa, Santa Maria, Santo Antônio, São Bento do Norte, São Gonçalo do Amarante, São Francisco do Oeste, São Miguel, Serrinha dos Pintos, Severiano Melo, São José de Mipibu, São José de Campestre, São Miguel do Gostoso, São Paulo do Potengi, São Tomé, Senador Eloi de Souza, Senador Georgino Avelino, Serra Caiada, Serrinha, Sítio Novo, Taipú, Taboleiro Grande, Tenente Ananias, Touros, Várzea, Vera Cruz e Viçosa.

► INICIATIVAS REALIZADAS

Gerenciamento costeiro e Comitê Interinstitucional

O MPRN deu continuidade à coordenação do Comitê Interinstitucional da Zona Costeira do Rio Grande do Norte, estabelecido em 2024 para implementar os planos nacional e estadual de gerenciamento costeiro. Em reunião realizada em 7 de outubro de 2025, foram discutidas a definição do órgão responsável pela coordenação do Comitê Estadual de Gerenciamento

Costeiro do Rio Grande do Norte (CEGERCO/RN) e a adoção de medidas urgentes voltadas à mitigação da erosão costeira e do avanço do mar.

Fiscalização de Licenciamento Ambiental Municipal

O Caop Meio Ambiente manteve a estratégia de fiscalizar a conformidade dos órgãos ambientais municipais, realizando visitas técnicas presenciais nas secretarias de Natal (SEMURB), Macaíba e Goianinha em 2025. O diagnóstico concentrou-se na verificação da existência de equipe técnica qualificada, fundo municipal e conselho municipal de meio ambiente em funcionamento, visando assegurar a regularidade e a efetividade dos serviços prestados à sociedade.

Patrimônio Cultural



O MPRN promoveu o webinar "Patrimônio Cultural MPRN: instrumentos de proteção e gestão", reunindo quase 350 (trezentos e cinquenta) interessados para a troca de experiências interinstitucionais. Além disso, a atuação da 2ª Promotoria de Ceará-Mirim resultou no tombamento judicial da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, garantindo a preservação de seus elementos arquitetônicos originais.

► ATUAÇÕES DE DESTAQUE

Operação Mata Atlântica em Pé 2025

Integrando a ação nacional coordenada, o MPRN participou da oitava edição da operação entre 15 e 26 de setembro de 2025. No Rio Grande do Norte, foram vistoriados 110,83 hectares nos municípios de Touros, Ceará-Mirim, Extremoz e São José de Mipibu, resultando no embargo de 51,41 hectares desmatados ilegalmente.



Impactos de parques eólicos em Serra do Mel

O Caop Meio Ambiente participou de mutirão e visitas técnicas em Serra do Mel para coletar dados sobre impactos socioambientais da energia eólica. A ação revelou problemas graves como ruídos excessivos, rachaduras em residências e irregularidades em contratos de arrendamento, fornecendo subsídios estratégicos para a Ação Civil Pública (ACP) em curso.



Cartografia Social do RN

O MPRN apresentou ao Governo do Estado o potencial de utilização das cartografias sociais do RN produzidas pelo Serviço de Assistência Rural e Urbano (SAR) – Arquidiocese de Natal – e Coletivo Cirandas como ferramenta de apoio à defesa do meio ambiente e dos direitos das comunidades no processo de implantação das energias renováveis.



A apresentação aconteceu em reunião na Governadoria e contou com a presença da Procuradora-Geral de Justiça, da Governadora do Estado, da Coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Meio Ambiente, (CAOP Meio Ambiente), do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA), da Procuradoria-Geral do Estado, da Controladoria-Geral do Estado e da Secretaria Estadual das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e representantes do SAR.

A iniciativa representa importante avanço na integração entre órgãos públicos e sociedade civil para o fortalecimento de políticas voltadas à sustentabilidade e à expansão das energias renováveis de forma socialmente responsável no Rio Grande do Norte. Durante o encontro, a Procuradora-Geral de Justiça Elaine Cardoso destacou a importância das cartografias sociais, ressaltando seu papel na promoção da justiça social e no fortalecimento das comunidades tradicionais.

Saneamento ambiental e regularização da suinocultura no Polo Trairi

O MPRN, por intermédio da 2ª Promotoria de Justiça de Santa Cruz, celebrou Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) com os municípios de Campo Redondo e São Bento do Trairi para a desativação de pocilgas comunitárias operadas de forma irregular. A intervenção fundamentou-se em Inquéritos Civis Públicos (ICPs) que identificaram riscos sanitários e ambientais críticos, notadamente a poluição das margens do Rio Trairi e a ausência de licenciamento ambiental para a atividade de suinocultura. Conforme estabelecido nos acordos publicados em fevereiro de 2025, os entes municipais comprometeram-se a desativar as estruturas em até 180 dias, realizar a destinação adequada de resíduos e apresentar o Plano



de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) junto ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA).

A medida buscou assegurar a interrupção do processo de degradação hídrica na região, bem como a adequação dos municípios às normas de saúde pública e proteção ambiental, sob pena de aplicação de sanções pecuniárias destinadas aos Fundos Municipais de Meio Ambiente ou de Saúde. Os principais compromissos pactuados estão sintetizados no Quadro 4.

Quadro 4 – Obrigações Pactuadas nos TACs de Saneamento (2025)

Obrigação Estabelecida	Prazo de Execução	Órgão Fiscalizador
Desativação total das pocilgas irregulares	180 dias	MPRN
Limpeza e destinação correta de resíduos sólidos	180 dias	IDEMA / MPRN
Protocolo do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)	180 dias	IDEMA
Pagamento de multa diária em caso de descumprimento	Imediato (após prazo)	Poder Judiciário

Fonte: 2ª Promotoria de Justiça de Santa Cruz, 2025.

Atuação para recuperação dos rios Potengi, Pitimbu e Doce

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN) intensificou as ações judiciais voltadas à recuperação dos rios Potengi, Pitimbu e Doce, essenciais para o abastecimento e equilíbrio ecológico da Região Metropolitana. Destaca-se o avanço no Mapeamento das Áreas de Preservação Permanente (APP) do rio Pitimbu, permitindo a delimitação de remanescentes da Mata Atlântica e o ordenamento do uso do solo. No rio Potengi, a atuação ministerial concentra-se na adequação operacional das Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) mantidas pela Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN), com o objetivo de impedir o lançamento de efluentes sem tratamento no estuário.

Regularização de repasses à cultura

O MPRN, por meio da 49ª Promotoria de Justiça, obteve uma sentença judicial que determina ao Município de Natal e à Fundação Cultural Capitania das Artes (FUNCARTE) a regularização dos repasses orçamentários destinados à política pública de cultura. A decisão foi proferida pela 3ª Vara da Fazenda Pública da capital potiguar.

A sentença julgou procedente o pedido formulado em ação civil pública ajuizada pelo MPRN, determinando ao Município de Natal a regularização dos repasses orçamentários destinados à Funcarte e à Secretaria Municipal de Cultura (SECULT), referentes ao exercício financeiro de 2024, em conformidade com os valores previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 7.649/2024.

A atuação do MPRN foi motivada pela omissão do Município em transferir integralmente os valores previstos na legislação, o que compromete gravemente a execução das ações culturais.

As ações desenvolvidas ao longo de 2025 evidenciam o fortalecimento da atuação ambiental do MPRN, marcado pela articulação interinstitucional, pela busca de soluções consensuais, pela intensificação das ações de fiscalização e pelo fortalecimento da tutela coletiva. As iniciativas implementadas contribuíram para a proteção dos recursos naturais, o aperfeiçoamento da gestão ambiental municipal, a promoção do desenvolvimento sustentável e a defesa qualificada dos direitos difusos e coletivos no Estado do Rio Grande do Norte.



CIDADANIA

A atuação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN) na área da cidadania em 2025 foi marcada pelo fortalecimento de ações voltadas à garantia do direito à educação, à proteção das relações de consumo e à promoção de políticas públicas essenciais. As iniciativas desenvolvidas priorizaram a atuação resolutiva, a articulação interinstitucional e o suporte técnico especializado, contribuindo para o aprimoramento dos serviços públicos ofertados à população potiguar.

► PROJETOS DESENVOLVIDOS

Racionalizando a Tutela da Educação

Gerenciado pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Cidadania (CAOP Cidadania), o projeto “Racionalizando a Tutela da Educação” foi concluído em 2025. O objetivo principal foi promover a melhoria na qualidade da educação nos municípios potiguares, com foco prioritário àqueles identificados com baixos índices de rendimento.

A iniciativa possibilitou a realização de diagnósticos precisos das deficiências organizacionais e estruturantes da rede de educação municipal, fundamentando o planejamento para a atuação ministerial. Durante a execução, foram produzidos relatórios técnicos por servidores do MPRN, englobando aspectos como a composição do quadro de profissionais, legalidade de vínculos, infraestrutura e acessibilidade.

O Quadro 5 apresenta um resumo dos resultados obtidos nos municípios que aderiram ao projeto.

Quadro 5 – Resultados do projeto Racionalizando a Tutela da Educação

Promotoria de Justiça (Município)	Atuação técnica	Procedimentos e resultados
Pmj São José do Campestre	Serviço Social	Arquivamento de Inquéritos Cíveis após atingir objetivos quanto à habilitação de professores e criação de Conselhos Escolares.

Pmj Canguaretama (Vila Flor)	Arquitetura	Regularização das condições estruturais das escolas, fornecimento de merenda e transporte escolar, atingindo os objetivos propostos.
2ª Pmj de Macau	Arquitetura e Serviço Social	Criação de conselhos escolares, adequação estrutural de unidades, regularização de transporte e fornecimento de recursos pedagógicos, com objetivos atingidos.
Pmj de Goianinha (Espírito Santo)	Arquitetura e Serviço Social	Fiscalização da adequação da frota de transporte escolar com objetivo atingido.
Pmj Touros (Rio do Fogo)	Arquitetura e Serviço Social	Acompanhamento da recuperação estrutural de diversas escolas municipais e adequação às normas de acessibilidade, com objetivos atingidos.

Fonte: CAOP Cidadania, 2026.

Fortalecendo a Educação Infantil

O projeto "Fortalecendo a Educação Infantil" visou promover a ampliação da oferta de vagas e a qualidade do ensino nos municípios do RN, à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil. A atuação concentrou-se na garantia do direito à educação infantil, especialmente diante do déficit de vagas em creches (0 a 3 anos) e na pré-escola (4 e 5 anos).

Para a execução, foram utilizados dados do Laboratório de Orçamento e Políticas Públicas (LOPP)/MPRN, diagnosticando a oferta de vagas e o investimento por aluno. Com base nesses dados, as Promotorias de Justiça (PmJs) adotaram medidas fiscalizatórias e indutoras, incluindo a celebração de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) e expedição de recomendações.

O Quadro 6 mostra os resultados alcançados.

Quadro 6 – Situação dos municípios no Projeto Fortalecendo a Educação Infantil

PmJs aderentes	Municípios	Status do projeto	Resultado
Pendências	Alto do Rodrigues	Finalizado	Cumprimento das metas de universalização e expansão de creches.
Arez	Arez e Sen. Georgino Avelino	Finalizado	Inexistência de lista de espera após recomendação.



1ª de Santa Cruz	Santa Cruz, Campo Redondo, Jaçanã	Finalizado	Cumprimento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE).
1ª de Nova Cruz	Nova Cruz e Lagoa D'Anta	Finalizado	TACs firmados e cumprimento da Meta 1 do PNE.
Outras PmJs	Diversos Municípios	Finalizado	Cumprimento da Meta 1 do PNE em municípios como Lajes, Marcelino Vieira, São José de Mipibu, entre outros.

Fonte: Caop Cidadania, 2026.

Os dados consolidados revelam que, dos 34 municípios que aderiram ao projeto e apresentavam déficit, 29 cumpriram o estabelecido na Meta 1 do Plano Nacional de Educação, representando 85,29% de êxito da iniciativa.

Educação gerindo educação - "Gerir Educa"

Iniciado em 2021, o projeto Gerir Educa tem como finalidade garantir que as Secretarias Municipais de Educação figurem como ordenadoras de suas despesas, conforme preconiza o artigo 212 da Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A iniciativa buscou assegurar maior efetividade na aplicação dos recursos públicos destinados à educação, fortalecendo a gestão educacional municipal.

Com base em dados do Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) e do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE), foram identificados municípios com gestão financeira centralizada no Executivo e baixos resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

A Tabela 20 apresenta o status dos municípios monitorados até o final de 2025.

Tabela 20 – Resultados do Projeto Gerir Educa

Município	Resultado	Situação
Alexandria	Secretário passou a ser ordenador (TAC firmado).	Atingiu o objetivo
Frutuoso Gomes	Secretário passou a ser ordenador (Recomendação).	
Assu	Secretário passou a ser ordenador.	

Caraúbas	Secretário passou a ser ordenador.	
Gov. Dix-Sept Rosado	Secretário passou a ser ordenador (TAC firmado).	

Fonte: Caop Cidadania, 2026.

Trânsito Cidadão

O projeto Trânsito Cidadão buscou induzir a implementação de políticas públicas para a redução de mortes e lesões no trânsito. A atuação ministerial focou na realização de campanhas educativas, melhoria da sinalização e fiscalização, e qualificação dos dados de sinistros, com ênfase na proteção de motociclistas.



Entre as ações realizadas em 2025, destacam-se as que se encontram a seguir.

- **Campanha "Juntos pela Vida":** Lançada após reunião com órgãos de trânsito, a campanha realizou 7 *blitzes* educativas em Natal e Região Metropolitana, abordando 991 veículos e resultando em 246 autuações, com foco na educação para o trânsito e na conscientização de motociclistas acerca da prevenção de acidentes e da condução segura;
- **Articulação Interinstitucional:** reuniões com a Secretaria de Mobilidade Urbana de Natal (STTU) e empresas da construção civil para promover cursos e pilotagem segura para trabalhadores;
- **Capacitação:** realização de Curso de Pilotagem Segura, capacitando 19 motociclistas na primeira turma;
- **Monitoramento de Dados:** divulgação de balanço semestral indicando que, embora tenha havido aumento dos registros de acidentes com motocicletas em Natal, houve redução de 17% nos acidentes em rodovias estaduais.





Sede de Aprender

Em 2025, o MPRN aderiu à iniciativa nacional baseada em dados do Censo Escolar 2024 para identificar escolas sem acesso à água potável e saneamento básico. As Figuras 14a a 14d apresentam registros das visitas técnicas realizadas em unidades de ensino no âmbito do projeto Sede de Aprender.



Figuras 14a a 14d – Registros das visitas técnicas realizadas em escolas



Fonte: Caop Cidadania, 2026.

A atuação conjunta envolveu as Promotorias de Justiça e o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN). Foram vistoriadas 53 unidades de ensino pelo MPRN. Como resultado, foram instaurados 26 procedimentos para apurar irregularidades, sendo que em oito casos as falhas foram sanadas, garantindo melhores condições de acesso à água potável e ao saneamento adequado.

► INICIATIVAS REALIZADAS

a) Área da Educação

- **Busca Ativa Escolar (BAE):** realização de reunião com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) para tratar da repactuação dos municípios com a estratégia BAE, visando identificar e acompanhar crianças fora da escola;
- **Fórum da UNDIME-RN:** participação no 20º Fórum Estadual Ordinário da União dos

Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME-RN), debatendo temas como financiamento do Valor Aluno Ano Resultado (VAAR) / Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e novos planos de educação;

- **Obras Inacabadas:** levantamento e monitoramento, via Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC), de obras inacabadas de escolas de educação infantil em diversos municípios, articulando a atuação das Promotorias de Justiça para a retomada das construções;
- **Capacitação de Conselheiros:** realização de curso para Conselheiros de Alimentação Escolar em Taipu/RN, em parceria com o Cecane.



b) Área do Consumidor

- **Fiscalização de Chafarizes:** articulação com o Sindicato das Indústrias de Águas Minerais (SINCRAMIRN) e Vigilância Sanitária para combater irregularidades em chafarizes eletrônicos que ofertavam água sem padrões sanitários adequados;
- **Saneamento Básico:** Capacitação, em parceria com o Caop Meio Ambiente e com a Agência Reguladora de Serviços Públicos do RN (ARSEP), dirigida a equipes de Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAEs) e agências reguladoras de 14 municípios para aprimorar os serviços de saneamento.



c) Área da Cidadania

- **Restituição de Multas:** Acompanhamento, junto à 49ª PmJ e ao Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN)/RN, do cumprimento de acordo para restituição de multas de trânsito anuladas judicialmente. Até julho de 2025, foram atendidas 1.644 (um mil, seiscentos e quarenta e quatro) pessoas, totalizando mais de R\$ 1.000.000,00 (um milhão) em devoluções.



► ATUAÇÕES DE DESTAQUE

a) Educação

- **Projeto "Palavra de Conselho":** a 4ª Pmj de Mossoró realizou o 2º círculo restaurativo com Conselhos Escolares, fortalecendo a gestão democrática e a integração com a comunidade escolar;
- **Transparência em Vagas:** ajuizamento de Ação Civil Pública (ACP) pela 4ª Pmj de Mossoró para instigar o município a divulgar e atualizar as listas de espera por vagas na educação básica e realizar o levantamento da demanda manifesta e oculta.

Acordo para regularização de merenda escolar

O MPRN celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Município de Pedro Velho visando assegurar uma alimentação escolar segura, conforme normas de saúde pública e a proteção dos direitos dos estudantes.

No âmbito de inquérito civil instaurado pela 1ª Promotoria de Justiça de Canguaretama, foram identificadas irregularidades na merenda escolar de Pedro Velho. As vistorias foram feitas em maio de 2023.

Nos relatórios de inspeções a Vigilância Sanitária apontou que apenas três das 19 unidades inspecionadas atendiam aos padrões da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). As unidades em desconformidade necessitam promover adequações estruturais, aprimorar as condições de armazenamento e assegurar a qualidade dos alimentos ofertados, visando garantir a segurança alimentar e nutricional dos estudantes.

b) Consumidor

- **Combate a Preços Abusivos:** ajuizamento de ACP pela 59ª Pmj de Natal contra clube de futebol por prática de cobrança diferenciada de ingressos destinados ao mesmo setor, em afronta aos princípios da transparência e da isonomia nas relações de consumo;
- **Atendimento a Pessoas com TEA:** realização de inspeções em clínicas de atendimento a pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) pelas PmJs do Consumidor e Inclusão de Natal, em resposta a denúncias de falhas na oferta de terapias

multidisciplinares. Adicionalmente, foi ajuizada ACP contra operadora de saúde por credenciamento unilateral de clínicas especializadas;

- **Serviços de Urgência:** celebração de TAC pela 2ª PmJ de Caicó com a Unimed Natal para garantir o funcionamento ininterrupto (24h) da Unidade de Pronto Atendimento no município.

c) Defesa da Cidadania

- **Estruturação de Trânsito:** ajuizamento de ACP pela 2ª PmJ de Macau para compelir o município a estruturar seu órgão de trânsito e realizar concurso público;
- **Segurança em Eventos:** Celebração de TAC pela PmJ de São Tomé para garantir a segurança e organização do carnaval, estabelecendo regras para horários e emissão sonora.

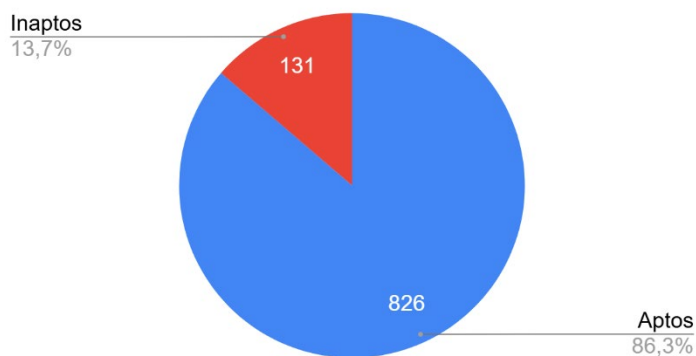
► PARCERIAS ESTABELECIDAS

Transporte Escolar Adequado

Visando adequar a qualidade do transporte escolar oferecido às crianças e aos adolescentes, o MPRN manteve a parceria estratégica com o Detran/RN, renovada por meio do 2º aditivo ao Termo de Compromisso de Integração Operacional (TCIO), vigente até agosto de 2026.



Em 2025, o Detran/RN emitiu 957 laudos de vistoria de veículos escolares. Desse total, 826 veículos (86,31%) foram considerados aptos, demonstrando crescimento no índice de regularidade da frota em comparação ao exercício anterior, quando o percentual de aptidão registrado foi de 77,04%. Conforme destacado no Gráfico 26.

**Gráfico 26** – Percentual de veículos escolares aptos e inaptos em 2025

Fonte: Caop Cidadania, 2026.

A partir desses laudos, as Promotorias de Justiça instauram procedimentos para garantir, via recomendação, TAC ou ACP, que os municípios regularizem a frota, garantindo a segurança dos estudantes potiguar.

As ações desenvolvidas ao longo de 2025 evidenciam o fortalecimento da atuação do MPRN na defesa da cidadania, com ênfase na garantia do direito à educação, na proteção das relações de consumo e no aprimoramento das políticas públicas essenciais. A atuação articulada entre Promotorias de Justiça, órgãos públicos e instituições parceiras, aliada ao suporte técnico especializado, ao estímulo à atuação resolutiva e ao fortalecimento das parcerias institucionais, contribuiu para ampliar a efetividade das ações ministeriais e assegurar maior proteção aos direitos da população potiguar.

INCLUSÃO

A atuação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN) na área da Inclusão, em 2025, consolidou o fortalecimento de uma atuação resolutiva e extrajudicial, voltada à garantia dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência, das pessoas idosas e de comunidades tradicionais.

► PROJETOS DESENVOLVIDOS

Licenciamento Municipal Acessível

O Projeto Licenciamento Municipal Acessível (LMA) teve como objetivo promover a articulação junto ao Poder Executivo municipal para a efetivação do poder de polícia administrativo, exigindo o cumprimento da legislação de acessibilidade nos processos de aprovação de projetos arquitetônicos e concessão de alvarás. A iniciativa alinha-se à Recomendação nº 54/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e à Carta de Brasília, priorizando a resolutividade extrajudicial.



Em 2025, o projeto alcançou os resultados operacionais descritos a seguir.

- **Acompanhamento Procedimental:** manutenção e atualização de seis Procedimentos de Gestão Administrativa (PGEAs) no sistema e-MP.
- **Capilaridade Estadual:** monitoramento direto de ações em 5 Promotorias de Justiça (PmJs): 1ª PmJ de Macaíba; PmJ de Almino Afonso; 1ª PmJ de Nova Cruz; 1ª PmJ de Ceará-Mirim; e 1ª PmJ de Caicó.
- **Fiscalização Técnica:** A 1ª PmJ de Nova Cruz, sob orientação do Caop Inclusão, requisitou e analisou processos de licenciamento e alvarás para atestar a capacidade fiscalizatória municipal.

No âmbito das Oficinas de Acessibilidade, conduzidas por Analistas Ministeriais de Arquitetura, os resultados por localidade estão detalhados no Quadro 7 abaixo:



Quadro 7 – Status de Obras e Oficinas de Acessibilidade (2025)

Município	Objeto da intervenção	Status da ação / resultado
Martins	Câmara de Vereadores	Concluído: comprovação das adequações realizadas.
Ceará-Mirim	Praça Barão de Ceará-Mirim	Início das obras de acessibilidade
Macaíba	Vias do Centro Municipal	Suspensão: necessidade de nova oferta de capacitação em 2026.

Fonte: Caop Inclusão (2025).

Núcleo de Atuação Coletiva em Políticas Públicas Estratégicas

Em parceria com o Caop Saúde e a Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte (SESAP/RN), o Núcleo de Atuação Coletiva em Políticas Públicas Estratégicas (NUAPPE) atuou na fiscalização dos Centros Especializados de Reabilitação (CERs). No período, a atuação concentrou-se nas unidades de Parnamirim e São Gonçalo do Amarante, utilizadas como projeto-piloto para a adequação dos serviços de saúde à pessoa com deficiência.

Educação em Direitos e Conscientização Social

Com o objetivo de ampliar o acesso à informação e fomentar uma cultura de respeito à diversidade, o Caop Inclusão desenvolveu no exercício de 2025, materiais técnico-informativos de alta relevância social. As publicações foram lançadas em alusão ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência (21 de setembro), utilizando linguagem acessível e projeto gráfico didático para alcançar tanto o público interno quanto a sociedade civil.

- **Guia dos Direitos das Pessoas com Deficiência (3ª edição) -**

A atualização dessa obra consolidou um compilado das principais garantias fundamentais asseguradas pela legislação vigente. O guia aborda, de forma sistêmica, direitos relacionados à educação especial inclusiva, com orientações sobre Atendimento Educacional Especializado (AEE) e profissionais de apoio à saúde, incluindo acesso a tratamentos, órteses, próteses e prioridade de atendimento; e ao transporte e mobilidade, contemplando regras de gratuidade e acessibilidade nos modais urbanos e intermunicipais;

- **Cartilha "Capacitismo: Entenda e Combata"** - Iniciativa inédita com foco na eliminação de barreiras atitudinais, a cartilha conceitua o capacitismo — discriminação e preconceito social contra pessoas com deficiência — e oferece subsídios para o seu enfrentamento. O documento apresenta exemplos práticos de condutas e expressões capacitistas, promovendo a substituição por comportamentos inclusivos.



► INICIATIVAS REALIZADAS

Capacitação e Educação Inclusiva

O fortalecimento da rede de proteção foi viabilizado por meio de eventos técnicos e cursos especializados, conforme se encontra descrito a seguir.



- **Formação Continuada em Acessibilidade:** realização da 4ª turma do curso (30h/aula) para profissionais de engenharia e arquitetura do setor público, ocorrida entre 16/06/2025 e 10/07/2025;
- **Seminário de Gestão Escolar:** participação no I Seminário Estadual de Gestão Escolar para Acessibilidade e Inclusão (Edição Mossoró), focado na permanência do estudante com deficiência;
- **Encontros Regionais:** realização de capacitações em Santa Cruz (MPRN Perto de Você) e Tibau do Sul, abordando temas como Atendimento Educacional Especializado (AEE) e profissional de apoio;
- **Capacitação sobre educação inclusiva:** realização do I Fórum de Educação Especial Inclusiva do Município de Tibau do Sul, com o objetivo de promover a orientação e a conscientização acerca dos direitos e deveres dos estudantes com deficiência, direcionadas a pais e profissionais da educação da rede municipal de ensino.



Plano de Garantia de Acessibilidade e Inclusão do MPRN

O MPRN tornou-se pioneiro na publicação de um plano institucional de acessibilidade, estruturado em cinco eixos centrais: atitudinal, comunicacional, digital, mobiliário/contratos e arquitetônico. A construção do documento incluiu uma oficina diagnóstica com servidores com deficiência em 30 de abril de 2025.



► ATUAÇÕES DE DESTAQUE

As intervenções do Ministério Público resultaram em avanços jurídicos significativos, conforme os destaques apresentados a seguir.

- **Precedente do TJRN sobre Acessibilidade:** o MPRN, por meio da 9ª Promotoria de Justiça de Natal, obteve uma decisão histórica sobre os direitos fundamentais de

acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida. Isso porque a Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN) anulou uma determinação do Juízo da Fazenda Pública que exigia que o MPRN apresentasse um cronograma físico-financeiro para as obras de acessibilidade em unidades públicas no âmbito de ações civis públicas e execuções de títulos executivos extrajudiciais, por se tratar de documento técnico vinculado à gestão e execução de obras públicas.

Desse modo, a decisão do TJRN reconheceu que a responsabilidade pela elaboração e apresentação desse documento é do Estado, e não do Ministério Público. O MPRN havia contestado a exigência do cronograma, argumentando que essa solicitação invertia o ônus da prova, causava atrasos no processo e dificultava a execução de obras essenciais para garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida. O precedente reafirma o papel fiscalizador do Ministério Público, atribuindo ao Estado a responsabilidade pela gestão e execução das obras públicas;

- **Rede Hoteleira e Comercial:** celebração de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) com 13 hotéis e uma clínica médica em Mossoró para adequações arquitetônicas;
- **Garantia de Tratamento Odontológico à Pessoa com Deficiência em Mossoró:** a 2ª Vara da Fazenda Pública de Mossoró determinou que o município de Mossoró garanta tratamento odontológico para três pessoas com deficiência. A decisão atendeu ao pedido de tutela de urgência formulado em ação civil pública ajuizada pela 18ª Pmj de Mossoró, abrangendo a realização de exames preliminares, tratamento de reabilitação dentária, incluindo a colocação de próteses e a utilização de anestesia;
- **Acessibilidade Urbana em Macaíba:** o MPRN, por meio da 1ª Pmj de Macaíba, celebrou TAC com o Município visando à realocação das barracas situadas no centro da cidade para um camelódromo, com o objetivo de desobstruir calçadas e garantir a livre circulação de pedestres, especialmente pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;
- **Transporte para Tratamento de Saúde:** ACP visando assegurar gratuidade no transporte público de Natal para pessoas com doenças crônicas residentes em outros municípios que realizam tratamento continuado na capital;
- **Interdição de ILPI irregular:** Atuação em São Gonçalo do Amarante resultou no fechamento judicial de uma Instituição de Longa Permanência para Pessoas Idosas (ILPI) por irregularidades graves, com a transferência assistida dos idosos;
- **Isenção da taxa de renovação da CNH para condutores acima de 65 anos:** a 42ª Promotoria de Justiça de Natal firmou acordo judicial com o Departamento Estadual de



Trânsito (DETRAN)/RN, perante a 1ª Vara de Execução Fiscal e Tributária de Natal, com o objetivo de assegurar a gratuidade na renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) para pessoas com idade acima de 65 anos. Após o acordo, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, por meio do Detran/RN, anunciou a isenção da taxa de renovação da CNH e do exame médico de aptidão física e mental;

- **Adequação de Conselho Tutelar:** Por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Santa Cruz, o MPRN celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a Prefeitura de Santa Cruz, com o objetivo de promover a adequação da estrutura física do Conselho Tutelar do Município, tendo em vista a realização de vistoria técnica que constatou a ausência de padrões legais mínimos de acessibilidade no imóvel utilizado pelo órgão.

As ações desenvolvidas ao longo de 2025 evidenciam o fortalecimento da atuação do MPRN na promoção da inclusão, da acessibilidade e da defesa dos direitos das pessoas com deficiência, das pessoas idosas e de grupos em situação de vulnerabilidade. A atuação articulada entre Promotorias de Justiça, órgãos públicos e instituições parceiras, aliada ao suporte técnico especializado e à priorização de soluções extrajudiciais, contribuiu para ampliar a efetividade das ações ministeriais, promover cidadania e assegurar maior proteção à dignidade humana.

SAÚDE

A atuação do MPRN na área da Saúde, em 2025, foi marcada pelo fortalecimento de ações resolutivas e estruturantes voltadas à qualificação das políticas públicas de saúde, à ampliação do acesso da população aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) e ao aprimoramento da gestão sanitária estadual e municipal. Por meio de atuação articulada entre Promotorias de Justiça, órgãos públicos e instituições parceiras, o MPRN desenvolveu projetos estratégicos nas áreas de atenção primária, saúde mental, controle social e enfrentamento da mortalidade materna e infantil, além de atuar na garantia da assistência hospitalar, da transparência na gestão da saúde e da continuidade de serviços essenciais à população potiguar.

► PROJETOS DESENVOLVIDOS

Projeto CtrlSUS: Qualificando o Controle Social

Iniciado em março de 2023, o projeto CtrlSUS visou à qualificação continuada dos Conselheiros Municipais de Saúde nos 167 municípios do Estado. Em maio de 2025, foi firmado o Termo de Cooperação Técnica (TCT) nº 18/2025 para assegurar a continuidade das ações, agora com foco na modalidade de Ensino a Distância (EaD). Até o final do exercício de 2025, o projeto qualificou 196 conselheiros em 74 municípios, conforme demonstra a situação por Região de Saúde no Quadro 8.



Quadro 8 – Situação dos Cursos de Formação para Conselheiros de Saúde

Região de Saúde (Sede)	Municípios Contemplados	Situação
1ª Região (São José de Mipibu)	27 / 27	Concluído Totalmente
2ª Região (Mossoró)	14 / 14	Concluído Totalmente
3ª Região (João Câmara)	6 / 27	Concluído Parcialmente



4ª Região (Caicó)	10 / 25	Concluído Parcialmente
5ª Região (Santa Cruz)	0 / 21	Não realizado
6ª Região (Pau dos Ferros)	0 / 36	Não realizado
7ª Região (Natal)	5 / 5	Concluído Totalmente
8ª Região (Assu)	12 / 12	Concluído Totalmente

Fonte: Caop Saúde, 2026.

SUStentando a Atenção Primária

O Projeto SUStentando a Atenção Primária, executado entre março de 2018 e junho de 2025, teve como objetivo fortalecer a rede de Atenção Primária à Saúde (APS) em 33 (trinta e três) municípios potiguaros com os menores indicadores sociossanitários. Pautada em métodos extrajudiciais, a iniciativa promoveu melhorias na infraestrutura e na qualidade dos serviços ofertados. O encerramento do projeto alcançou 96% de êxito na implementação de melhorias concretas, impactando positivamente cerca de 237.000 (duzentos e trinta e sete mil) pessoas.

As ações desenvolvidas estão quantificadas no Infográfico da Figura 15.

Figura 15 – Ações desenvolvidas



Fonte: Caop Saúde 2025.

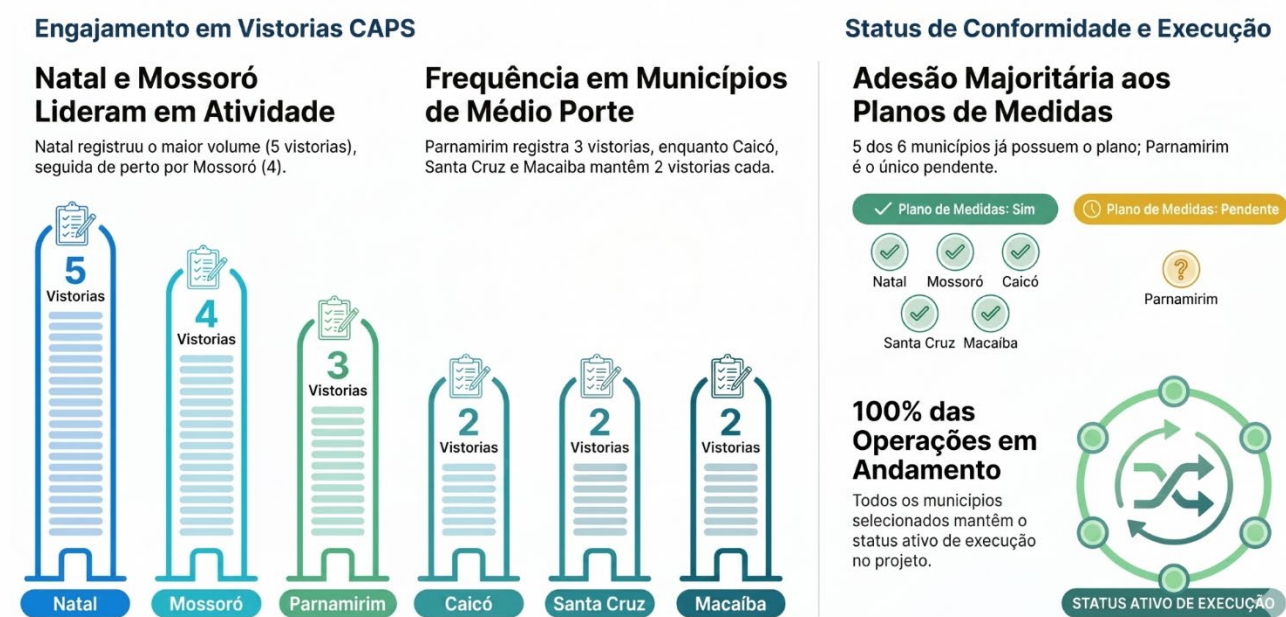
Dos 242 compromissos firmados com as gestões municipais, 92% foram atendidos 74% integralmente e 19% parcialmente. Entre os resultados, destacam-se a ampliação do acesso a exames diagnósticos em 72% dos municípios, melhoria da assistência materno-infantil em 87%, fortalecimento da assistência farmacêutica em 83% e a entrega de 20 obras em Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Psique: Fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial

Lançado em abril de 2023, o Projeto Psique atua na estruturação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e na ampliação de leitos de saúde mental. Até o final de 2025, foram realizadas vistorias em 41 dos 47 Caps existentes no Estado, abrangendo 28 municípios, com a elaboração de 25 planos de medidas. No segundo semestre de 2025, o escopo foi ampliado para abranger a elaboração de protocolos de fluxos assistenciais entre a Atenção Básica e a Atenção Especializada. A situação detalhada por município encontra-se no Infográfico da Figura 16.



Figura 16 - Panorama do Projeto em 2025 com os municípios selecionados



Fonte: Caop Saúde, 2026.



Sentinela

Diante dos elevados índices de mortalidade materna, infantil e fetal no Rio Grande do Norte e alinhado com os objetivos do Planejamento Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o Caop Saúde iniciou, no segundo semestre de 2025, a construção do novo projeto intitulado Sentinela: dignidade para gerar proteção para nascer.

O projeto Sentinela surge como uma resposta estratégica do MPRN aos desafios impostos pela mortalidade materna, infantil e fetal no estado. A iniciativa está rigorosamente alinhada à Agenda 2030 da ONU, especificamente ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (ODS 3), que estabelece a redução global da Razão de Mortalidade Materna (RMM) para patamares inferiores a 70 óbitos por 100 mil nascidos vivos.

A execução do projeto inclui:

- a criação de um Painel de Monitoramento de Óbitos em parceria com o Laboratório de Orçamento e Políticas Públicas (LOPP)/MPRN para 2026;
- formalização de Termo de Cooperação Técnica, entre o MPRN e a Secretaria de Estado da Saúde Pública do RN (SESAP), visando à obtenção de dados junto à Sesap sobre mortalidade materna, infantil e neonatal, para alimentação do referido painel;
- articulação institucional com o MPBA para adesão ao projeto “Cegonha: Efetuando a Dignidade” e acesso ao aplicativo “Cegonha”;
- atuação na reestruturação dos Comitês Estadual e Regionais de Prevenção à Mortalidade Materna e Infantil, mediante participação em reuniões, diálogo com a Secretaria Estadual de Saúde e articulação com equipes técnicas;
- realização de visita técnica ao Hospital Regional Dr. Mariano Coelho, em Currais Novos, referência obstétrica para oito municípios da 4ª Região de Saúde, com articulação junto ao Comitê Regional de Mortalidade para aprimoramento dos fluxos de notificação, investigação de óbitos e integração entre os comitês municipal, regional e estadual.
- Apresentação de dados e propostas à Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, incluindo campanhas de conscientização, fortalecimento dos comitês, desenvolvimento de aplicativo para acompanhamento do pré-natal e criação de um Observatório da Mortalidade (Figura 17);

Figura 17 - Apresentação dos dados à Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa



Fonte: Caop Saúde, 2026.

► INICIATIVAS DESENVOLVIDAS

O Ministério Público do estado do Rio Grande do Norte (MPRN) manteve atuação intensiva em temas estruturantes e urgentes, destacando-se:

- pessoas com deficiência e TEA: organização da Linha de Cuidado da Pessoa com Deficiência, com foco no Transtorno do Espectro Autista (TEA). Realizaram-se 13 reuniões com a Secretaria de Estado da Saúde Pública (SESAP) para alinhar fluxos de regulação e capacitação da Atenção Básica.
- apoio à 1ª Promotoria de Justiça de Saúde de Caicó na intermediação para implementação de UTIs neonatais no município;
- assistência hospitalar e regional: apoio à abertura de serviço ortopédico no Hospital Regional de Macaíba para destravar o fluxo de atendimento do Hospital Walfredo Gurgel (HWG);



► ATUAÇÕES DE DESTAQUE

ESTADUAL

- a) O MPRN monitorou a implantação da linha de cuidado vascular no RN, resultando em avanços como o acordo judicial para contratação de prestadores privados, a utilização do sistema Regula Vascular e a criação de ambulatórios de média complexidade em Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Parnamirim e Extremoz. A atuação também contribuiu para assegurar a continuidade das ações pelas novas gestões;
- b) a operação Curari Domi, do MPRN, apurou fraudes em internações domiciliares do SUS com prejuízo estimado em R\$ 60 milhões aos cofres públicos, resultando no cumprimento de 21 mandados em cinco cidades;
- c) o MPRN acompanhou a implantação de leitos de UTI no RN, com a Justiça Federal autorizando a contratação temporária de 200 profissionais e a prorrogação de contratos até janeiro de 2026. A 47ª Promotoria de Justiça participou das audiências para garantir a manutenção dos leitos e a assistência contínua à população;
- d) a 47ª Promotoria de Saúde de Natal obteve decisão judicial para a nomeação de 19 profissionais (concurso 2018) no Centro de Atendimento ao AVC do Hospital Walfredo Gurgel. A medida garante o funcionamento da unidade — a única especializada no estado — e o recebimento de recursos federais;
- e) o MPRN, a DPE e o Cremern obtiveram decisão judicial para o desbloqueio de sete leitos de UTI no Hospital Maria Alice Fernandes em até 48 horas. A ação conjunta respondeu à crise na rede hospitalar, garantindo a reabertura e o pleno funcionamento das unidades;
- f) a 47ª Promotoria de Natal assegurou o Convênio nº 25/2025 entre a Sesap e o Hospital Varela Santiago, destinando R\$ 3,3 milhões à saúde infantojuvenil. Fruto de ação civil pública do MPRN, o acordo objetiva o pagamento de atrasados e a oferta de serviços essenciais;
- g) a 47ª Promotoria de Natal obteve decisão judicial que obriga o Estado e o Município a priorizarem 14 crianças e adolescentes na fila de cirurgias de escoliose. A sentença fixa prazo de 120 dias para os procedimentos, com custeio integral e sanções por descumprimento, garantindo o direito à saúde;
- h) a 47ª Promotoria de Natal obteve decisão judicial que obriga o Estado a apresentar

cronograma para concluir a reforma do almoxarifado e da nutrição do Hemonorte. A ação baseou-se em vistorias do MPRN em julho de 2025, que constataram obras abandonadas desde 2011, riscos sanitários e falhas elétricas na hemorrede;

- i) a 47ª Promotoria de Natal acompanhou a criação do primeiro Consórcio Público de Saúde da Região Metropolitana (CIS/Metropolitano), cumprindo acordo judicial de 2025. Unindo o Estado e seis municípios para implementação da denominada 'barreira ortopédica', a iniciativa qualifica atendimentos de baixa e média complexidade. O MPRN monitorou o rateio financeiro (40% Estado, 60% municípios) e a estruturação jurídica do consórcio para gerir urgências e serviços especializados;
- j) as Promotorias de Justiça de Saúde de Natal formalizaram dois TACs para garantir serviços de média e alta complexidade prestados por hospitais e cooperativas conveniados ao SUS. Os acordos fixaram cronogramas para quitar débitos estaduais e municipais de 2025 e aditar contratos com instituições como a Liga Contra o Câncer e o Hospital Varela Santiago. A intervenção visou pacificar conflitos judiciais e assegurar o acesso ininterrupto a cirurgias e atendimentos especializados.

MUNICIPAL

- **Natal**

- a) As Promotorias de Justiça de Saúde de Natal asseguraram avanço na contratação de servidores para a saúde da capital após longo processo judicial. Como resultado, houve 2.959 nomeações efetivas, substituindo vínculos precários;
- b) as 47ª e 48ª Promotorias de Justiça de Natal mediarão um acordo entre a Coopmed-RN e o Governo do Estado, garantindo a continuidade de atendimentos médicos na rede pública estadual. O acordo evitou a interrupção de serviços de média e alta complexidade (cirurgias em cardiologia, neurologia e traumatologia);
- c) a 48ª Promotoria de Justiça de Natal e a UFRN apresentaram o projeto AbastecerSUS para otimizar o suprimento de medicamentos na capital. O plano de ação entregue à Secretaria Municipal de Saúde foca na melhoria da aquisição e distribuição, após diagnóstico apontar falhas em licitações e na capacitação de auxiliares. O objetivo foi regularizar o estoque, reduzir a judicialização e garantir a eficiência do orçamento público;
- d) a 62ª Promotoria de Justiça de Saúde de Natal e o Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde (LAIS/UFRN) intermediaram a adesão da Prefeitura de Natal (SMS) ao sistema



- estadual Regula RN Ambulatorial, que organiza e regula consultas e exames do SUS. A medida visou aumentar a transparência, segurança e celeridade no agendamento, permitindo que a população acompanhe as filas de espera em tempo real;
- e) A 62ª Promotoria de Saúde de Natal inspecionou o Almoxarifado municipal, constatando estoques de 68% para medicamentos e 71% para insumos. A ação integra um acompanhamento judicial para monitorar licitações e evitar o desabastecimento, garantindo o fornecimento de itens essenciais à população;
 - f) as 47ª e 48ª Promotorias de Natal mediarão o diálogo entre a Secretaria Municipal de Saúde de Natal e médicos de hospitais conveniados (como Liga e Hospital do Coração) para resolver impasses contratuais. A intervenção garantiu o compromisso municipal com o pagamento de dívidas, o que possibilitou o encerramento da paralisação da categoria e a retomada das cirurgias pelo SUS;
 - g) a 62ª Promotoria de Natal lançou a campanha “Vaccine seu futuro” para elevar a imunização de crianças e adolescentes pelo SUS. A iniciativa mobilizou saúde e sociedade civil em ações educativas, fiscalização de salas de vacina e fomento à vacinação escolar, visando prevenir o retorno de doenças como sarampo e poliomielite;
 - h) o MPRN e a DPE obtiveram decisão judicial que obriga Natal a divulgar regularmente o estoque de medicamentos e atualizar a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME). Com base na Lei nº 14.654/2023, a sentença reconheceu a omissão pública desde 2018 e fixou prazo de 30 dias para a publicação das listas na *internet*, com atualização quinzenal. A medida visa garantir maior transparência e acesso à informação na área da saúde. Também permite o fortalecimento do controle social sobre os itens constantes da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) e do ProSUS de Natal.

- **Mossoró**

- a) A 1ª Promotoria de Justiça de Mossoró firmou acordo que garantiu continuidade de assistência materno infantil no Hospital Maternidade Almeida Castro. O Acordo entre MPRN, Estado e a Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e Infância (APAMIM) assegurou a continuidade dos serviços no Hospital Maternidade Almeida Castro até junho de 2025, quando houve a transferência para o Hospital Regional da Mulher Parteira Maria Correia, com gestão estadual;
- b) a 1ª Promotoria de Justiça de Mossoró ajuizou ação de execução contra o Estado do Rio

Grande do Norte devido ao descumprimento de um TAC firmado em 2024. A medida visou garantir a implementação dos serviços materno-infantis de alta complexidade no Hospital Regional da Mulher Parteira Maria Correia, que apresentava atrasos na contratação de profissionais e na oferta de atendimento a gestantes de alto risco.

- **Luís Gomes**

- a) A Promotoria de Justiça de Luís Gomes obteve decisão judicial, obrigando o município de Luís Gomes a adotar medidas administrativas para implementar mecanismos de fiscalização do cumprimento da jornada de trabalho dos médicos no Hospital Municipal Vereador Antônio Linhares.

- **Pedro Velho**

- a) O MPRN requereu o cumprimento de acordo para adequação de hospital em Pedro Velho. A 1ª Promotoria de Canguaretama ajuizou ação de execução de fazer contra a Prefeitura de Pedro Velho para garantir a adequação da estrutura do Hospital Maria do Carmo Bezerril Costa, conforme acordo de 2023.

As ações desenvolvidas ao longo de 2025 evidenciam o fortalecimento da atuação do MPRN na defesa do direito à saúde, com foco na qualificação das políticas públicas, na ampliação do acesso aos serviços e na melhoria da gestão do Sistema Único de Saúde (SUS). A atuação articulada entre Promotorias de Justiça, órgãos públicos, instituições de saúde e entidades parceiras, aliada ao suporte técnico especializado e à priorização de soluções estruturantes e resolutivas, contribuiu para ampliar a efetividade das ações ministeriais e assegurar maior efetividade ao direito fundamental à saúde da população potiguar.



4

GAECO

MPRN



4 GESTÃO ADMINISTRATIVA E SERVIÇOS AUXILIARES

Em 2025, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte consolidou avanços significativos na gestão administrativa, com foco na eficiência operacional, modernização institucional, sustentabilidade, valorização de pessoas e fortalecimento da governança. As ações desenvolvidas contribuíram para ampliar a capacidade de suporte às atividades finalísticas, promover inovação e assegurar maior integração entre planejamento, tecnologia e prestação de serviços à sociedade.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

► EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MPRN

O orçamento constitui instrumento de planejamento que estabelece as despesas institucionais para o exercício, em equilíbrio com a estimativa de arrecadação das receitas.

Nas Tabelas 21 e 22, apresentam-se os dados das receitas, o incremento do orçamento inicial autorizado e o detalhamento da execução orçamentária por unidade e grupo de despesa.

Tabela 21 - Receitas realizadas - 2025

Natureza da receita	Valor - R\$
Transferências Corrente	R\$ 464.768.198,80
Receitas Correntes Intra-orçamentária	R\$4.275.042,96
Receita Patrimonial	R\$4.310.749,54
Outras Receitas	R\$695.114,42

Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	R\$15.020.281,89
Receita de Capital	R\$27.200,00
TOTAL	R\$489.096.587,61

Fonte: Diretoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, 2026.

Orçamento 2025

Durante a execução orçamentária foram abertos créditos adicionais, que representaram um incremento de 1,62 %.

Tabela 22 - Lei Orçamentária Anual - 2025

Lei Orçamentária Anual	
Dotação inicial	R\$ 483.381.000,00
Créditos adicionais	R\$ 7.845.919,22
DOTAÇÃO FINAL	R\$ 491.226.919,22

Fonte: Diretoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, 2026.

Execução Orçamentária e Financeira 2025

O Orçamento do MPRN é elaborado a partir das metas definidas no planejamento estratégico e no plano plurianual.

As dotações orçamentárias estão alocadas nas unidades orçamentárias 14101 – Procuradoria-Geral de Justiça e 14131 – Fundo de Reparelhamento do Ministério Público.

De acordo com a Tabela 23 abaixo, observa-se que a execução orçamentária atingiu o índice de 99,79% (noventa e nove vírgula setenta e nove por cento), no tocante ao empenhamento.

Tabela 23 - Resumo da Execução Orçamentária - 2025

Resumo da Execução Orçamentária - 2025			Total - R\$
Unidade	14101 – PGJ	14131-FRMP	-
Dotação	R\$ 473.310.496,38	R\$ 17.916.422,84	R\$ 491.226.919,22
Empenhada	R\$ 473.213.281,30	R\$ 16.969.487,82	R\$ 490.182.769,12



% execução	99,98%	94,71%	99,79%
Liquidada	R\$ 468.304.278,20	R\$ 12.437.863,11	R\$ 480.742.141,31
% execução	98,96%	69,42%	98,07%

Fonte: Diretoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, 2026.

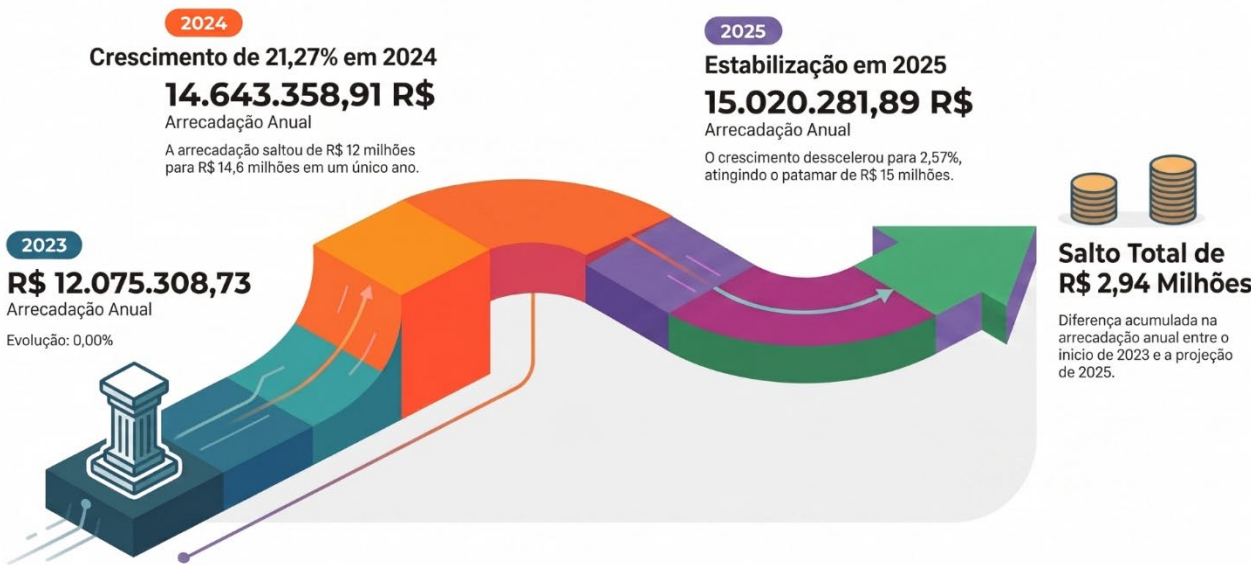
Os resultados evidenciam a adequada gestão dos recursos públicos, com elevado nível de execução orçamentária e alinhamento às prioridades institucionais.

Fundo de Reaparelhamento do MPRN

O Fundo de Reaparelhamento do MPRN (FRMP), criado em 1999, tem uma de suas principais fontes de receita a arrecadação oriunda das custas e emolumentos (taxas cartorárias) cujos recursos são aplicados em despesas correntes e de investimentos.

Por meio da Lei Estadual nº 11.108, de 24 de maio de 2022, com vigência desde 20 de março de 2023, as tabelas de serviços do Fundo de Reaparelhamento do Ministério Público foram adequadas às do Fundo de Desenvolvimento da Justiça. O Infográfico da Figura 18 apresenta o detalhamento, dos últimos três anos, da receita arrecadada com taxas do FRMP.

Figura 18 - Arrecadação relativa a taxas do FRMP (2023 a 2025)



Fonte: Diretoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, 2026.

A evolução da arrecadação reforça a sustentabilidade financeira do Fundo e sua relevância para o fortalecimento das atividades institucionais.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Em 2025, o MPRN consolidou o planejamento institucional e avançou na otimização de processos internos, com foco na governança estratégica, na padronização de atividades e na adoção de metodologias ágeis.

As iniciativas implementadas demonstram o compromisso do MPRN com a inovação, a eficiência e o aprimoramento contínuo da gestão institucional.

► PROJETOS DESENVOLVIDOS

Peregrino

O MPRN promoveu a consolidação do planejamento institucional por meio da realização da Planejaweeek 2025. Essa iniciativa centralizou a construção do Plano Geral de Atuação (PGA) para o período



2025-2027, com a participação de unidades administrativas e órgãos de assessoramento, por meio de duas oficinas colaborativas. O resultado direto desse esforço colaborativo foi a estruturação de 118 Iniciativas Estratégicas, a definição de 44 Projetos Estratégicos e a implantação da metodologia *Objectives and Key Results* (OKR) em 34 Entregas Estratégicas, demonstrando o alinhamento das ações com os objetivos do Plano Estratégico (PE).

Unidade Verificada

Iniciado em 2025, o projeto unidade Verificada visa aprimorar a gestão administrativa e a qualidade dos processos de trabalho diretamente nas secretarias





ministeriais, focando na avaliação e identificação de melhorias e boas práticas por meio de visitas, capacitações (presenciais e virtuais) e análise de conformidade dos documentos inseridos no sistema e-MP.

O projeto atendeu seis unidades, incluindo as Secretarias das Promotorias de Justiça de Patrimônio Público Natal, Criminais (Mossoró), Pessoa com Deficiência e Idosa (Natal), Ceará-Mirim, Nova Cruz e Promotorias de Defesa dos Direitos da Mulher. Encontram-se em andamento os atendimentos nas Promotorias de Saúde em Natal e Nísia Floresta. Em dezembro de 2025 foi lançado o “Edital Unidade Verificada - Ciclo 2026” em que as secretarias das promotorias de justiça inscreveram-se para participar do projeto em 2026.

► INICIATIVAS REALIZADAS

O Quadro 9 abaixo sintetiza as principais iniciativas de modernização e inovação e seus respectivos encaminhamentos realizados ao longo do exercício de 2025.

Quadro 9 - Detalhamento dos principais resultados alcançados

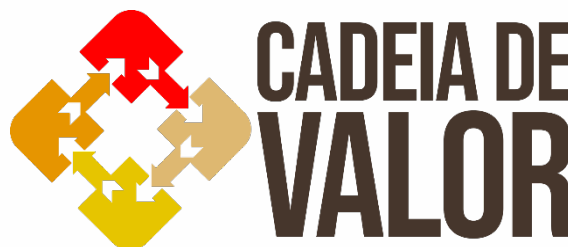
Iniciativa	Resultado / encaminhamento
Co-Lab - Promover a solução de problemas institucionais por meio da identificação participativa de desafios por servidores e membros do MPRN	Diante da definição do desafio prioritário de equalização das demandas judiciais, a demanda está sendo tratada de forma estruturada no projeto “equalização judicial”, além do projeto Alicerce, já mencionado, que consolida a atuação estrutural, atuando de forma preventiva frente às demandas judiciais, contribuindo na construção da solução da demanda identificada.
Atuação estrutural	Em 2025, o MPRN estruturou o Projeto Alicerce, iniciativa voltada à atuação colaborativa e preventiva em políticas públicas relacionadas ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), promovendo integração entre órgãos de execução e áreas de apoio institucional. A iniciativa contou com o apoio à 13ª PmJ, à 6ª PmJ e ao Caop Saúde, promovendo atuação integrada entre as unidades envolvidas e contribuindo para o desenvolvimento de soluções preventivas e estruturantes voltadas ao tema.
Oficina colaborativa	Foi realizada uma oficina presencial com a participação de representantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e da Justiça Federal (JFRN). O objetivo foi mapear e propor soluções conjuntas para desafios institucionais;

Realização de Cursos de capacitação na Padronização das atividades dos servidores de Secretaria	De junho a novembro de 2025 foram publicados ou revisados 8 POPs/ITs para a área-fim. Para garantir a disseminação e a correta implementação, a apresentação em vídeo de todos os fluxos de trabalho da área-fim, bem como o detalhamento dos documentos, foi realizada gravação e disponibilização de material dos Percursos 1, 2, 3 e 4 da Trilha de Aprendizagem 02.
Apoio ao desenvolvimento de projetos	Apoiou-se a elaboração/adequação de projetos e a criação de novas plataformas informativas ("Depois do Vazio" e "Observatório de Políticas Públicas"). Houve também apoio direto a unidades de execução, como a elaboração de formulários para inspeções em UBS (62ª Pmj de Natal) abrangendo estrutura, recursos e serviços. Por fim, realizou-se diagnóstico na 81ª Pmj de Natal para identificar temas prioritários para o Plano de Atuação, em contato com jovens em conflito com a lei.

Fonte: Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica, 2026.

Cadeia de Valor

A formalização dos fluxos de trabalho é uma rotina da gerência que visa otimizar a eficiência, reduzir a ocorrência de erros, facilitar o treinamento de novos servidores e preservar a memória organizacional. Em 2025, a iniciativa focou não



apenas na criação de novos fluxos, mas também na revisão e melhoria contínua dos procedimentos existentes e na expansão para novas frentes de trabalho. Em 2025, foram publicados ou revisados 28 POPs da área-meio e 16 POPs/ITs para a área-fim.

A padronização e a revisão contínua dos processos contribuem para maior eficiência operacional, redução de erros e fortalecimento da memória organizacional.

Proposta Orçamentária 2026

A proposta orçamentária para o exercício de 2026 foi elaborada em alinhamento ao Plano Plurianual 2024–2027 e ao planejamento estratégico institucional. O processo foi iniciado em 1º de julho de 2025, com reunião com gestores para apresentação do cronograma, diretrizes e orientações técnicas, sendo disponibilizados, na Intranet, manual e Procedimento Operacional Padrão (POP) para padronização das propostas setoriais.



Como instrumento de governança participativa, foi implementado o Orçamento Participativo 2026, ampliando a contribuição de membros e servidores na definição de prioridades e na alocação de recursos. As propostas foram consolidadas, validadas pelo Procurador-Geral de Justiça e aprovadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça. Adicionalmente, foi realizado o monitoramento do PPA (2º trimestre de 2025) e sua revisão para 2026, fortalecendo a integração entre planejamento e orçamento.

O processo reforça a integração entre planejamento e orçamento, ampliando a transparência, a participação e a efetividade na alocação dos recursos institucionais.

Reestruturação Organizacional

Em 2025, a Procuradoria-Geral de Justiça do Rio Grande do Norte promoveu significativas alterações em sua estrutura organizacional, por meio das Resoluções nº 074, 102 e 114/2025 – PGJ/RN, com foco no fortalecimento das áreas estratégicas e no aprimoramento do suporte à atividade-fim. Destacam-se a reestruturação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), com a instituição de coordenações temáticas especializadas e o reforço das estruturas de inteligência e apoio técnico; a criação da Coordenação-Geral Administrativa, com sede em Mossoró, ampliando o suporte às Promotorias do interior; e a reorganização de unidades administrativas, incluindo a implantação da Gerência de Informações e Estatísticas, a unificação de áreas logísticas e o aperfeiçoamento dos canais de atendimento ao cidadão. As medidas também contemplaram a valorização dos servidores que atuam em suporte especializado, além da racionalização de recursos, mediante readequação de funções e estruturas sem impacto orçamentário.

As alterações promovidas fortalecem a estrutura administrativa e ampliam a capacidade de suporte às atividades finalísticas da Instituição, conforme pode-se observar no infográfico da Figura 19.

Figura 19 – Reestruturação Organizacional



Fonte: Diretoria Planejamento e Gestão Estratégica, 2026.



Planos de Atuação Prioritária

Foi lançada no Portal do MPRN a página de Publicação dos Planos de Atuação Prioritária (PAP), com o objetivo de promover a transparência dos planos vigentes e divulgar as prioridades estabelecidas pelos órgãos de execução. Adicionalmente, foram concedidos 20 auxílios técnicos às Promotorias de Justiça (PmJs) para a elaboração desses planos.



Transparência e Visibilidade Digital

Nova Página no Portal do MPRN

Lançamento voltado para fomentar a transparência e dar visibilidade às prioridades de execução.



Fortalecimento das Promotorias de Justiça

20

Auxílios Técnicos Prestados

Suporte especializado para a elaboração dos Planos de Atuação em diversas unidades.



Ampla Abrangência Institucional

Apoio a Promotorias em Natal, Parnamirim, Santa Cruz, Monte Alegre e outras regiões.



Distribuição do Apoio Técnico



Natal

11ª, 48ª, 50ª, 52ª, 53ª, 59ª, 62ª, 65ª, 73ª, 74ª e 81ª PmJs



Ceará-Mirim

1ª, 2ª e 4ª PmJs



Monte Alegre

1ª e 2ª PmJs

RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL

1. **Prêmio Projetos Destacados** - Lançamento do Prêmio Projetos Destacados, edição 2025, que tem como objetivo reconhecer e valorizar iniciativas exitosas, estimulando a inovação e o compartilhamento de boas práticas. Nesse ano, 74 projetos concorreram, distribuídos em três categorias: Justiça e Cidadania - área finalística; Justiça e Cidadania - área de apoio e Melhoria e modernização das atividades de apoio.



a) Categoria Justiça e cidadania - Área finalística

1º Lugar: *Protocolo Girassol (foto esquerda)* e 2º Lugar: *Justiça Restaurativa no RN: trilhando a paz nas escolas estaduais, que fomenta a implantação da Justiça Restaurativa nas escolas estaduais do Rio Grande do Norte (foto direita);*



b) Categoria Justiça e Cidadania - área de apoio

1º Lugar: *Chaser (foto a esquerda)* e 2º Lugar: *Concurso de Vídeos Curtos: MPRN Perto de Você: quem somos e o que fazemos;*





c) Categoria Melhoria e Modernização das atividades de apoio.

1º Lugar: *Genius* (foto a esquerda) e 2º Lugar: *Laboratório de Cibernética e Sinais* (foto a direita);



2. **Prêmio CNMP 2025** - O reconhecimento externo da excelência do MPRN foi evidenciado com a premiação de três projetos na edição 2025 do Prêmio Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP): *Círculos de Inovação* (2º lugar na categoria “Ações de capacitação e treinamento”); *Obra Fácil* (2º lugar na categoria “Governança e Fiscalização Pública pelo Ministério Público”) e *Capturas Projeto Beagle* (3º lugar na categoria “Investigação e Inteligência”);



- **6ª Edição do Prêmio de Inovação Judiciário Exponencial (J.Ex)** - O Prêmio de Inovação J.Ex tem como objetivo reconhecer e incentivar as iniciativas e os projetos inovadores no âmbito tecnológico, de gestão e de novas metodologias aplicadas no Ecosistema de Justiça. O MPRN teve 2 projetos premiados: Laboratório de Inovações - LabInova (1º lugar na categoria Laboratório de Inovações) e Depois do Vazio: implantação do Núcleo de Apoio às Vítimas de Violência Letal e Intencional (3º lugar na categoria Inovação Social).



GESTÃO DE PESSOAS

► DADOS ESTATÍSTICOS DE RH

Tabela 24 - Integrantes do MPRN - 2025

Cargo	Quantidade
Membros	194
Servidores efetivos	439
Servidores comissionados	340
Servidores cedidos	118
Servidores voluntários	11
Servidores efetivos ocupantes de cargo em comissão ou função gratificada	143
Servidores cedidos ocupantes de cargo em comissão ou função gratificada	12
TOTAL	1.102⁴

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas, 2026.

Tabela 25 - Nomeação (efetivo e comissionado) em 2025

Cargo	Quantidade
Assessor jurídico ministerial	52
Assistente ministerial	06
Assessor técnico	01
Chefe de setor	05
Diretor	02
Gerente	09
Assessor técnico	03
Chefe de Secretaria	15
Chefe de Departamento	02
TOTAL	95

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas, 2026.

⁴ Este valor foi obtido a partir do somatório dos quantitativos acima, subtraindo-se 156 servidores efetivos ou cedidos ocupantes de cargo em comissão, que já são computados no quantitativo inicial de efetivos e cedidos.

Tabela 26 - Promoção de membro em 2025

Cargo	Quantidade
Promotor de 2ª Entrância para promotor de 3ª Entrância	2
Promotor de 1ª Entrância para promotor de 2ª Entrância	2
Promotor substituto para promotor de 1ª Entrância	2
TOTAL	6

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas, 2026.

Tabela 27 - Remoção de membro, 2025

Cargo		Quantidade
Promotor de Justiça	3ª Entrância (antiguidade)	1
	3ª Entrância (permuta)	2
	2ª Entrância (merecimento)	1
	1ª Entrância (antiguidade)	1
TOTAL		5

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas, 2026.

Tabela 28 - Remoção⁵ de servidor em 2025

Cargo			Quantidade
Servidores efetivos	Analista do MPE	De Ofício	3
	Técnico do MPE	De Ofício	10
		Provisoriamente	1
	Auxiliar do MPE	De Ofício	1
		Provisoriamente	1
	Servidores comissionados	Assessor Jurídico Ministerial	Por Permuta
De Ofício			19
TOTAL			45

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas, 2026.

⁵ O termo remoção foi utilizado numa acepção mais ampla, englobando também as relotações e lotações provisórias dos servidores, além das remoções.



► PROJETOS E INICIATIVAS DESENVOLVIDOS

Academia de Líderes



O Programa Academia de Líderes do MPRN visa reter talentos e desenvolver continuamente membros e servidores em posições de gestão/liderança (incluindo substitutos), aprimorando competências, aumentando a produtividade e alinhando-os à visão estratégica. Em 2025, focou no *feedback* entre gestores e servidores, incentivando Planos de Desenvolvimento Individual (PDI) para orientação específica. Eventos de confraternização celebraram conquistas e reforçaram o compromisso com os objetivos de 2026, destacando a importância de fortalecer relações, integrar equipes e reconhecer esforços para um ambiente colaborativo e de excelência na gestão.



Seja Exemplo

O projeto "Seja Exemplo" foca no desenvolvimento profissional, integrando novatos com mentores e aprimorando competências. Em 2025, 11 servidores participaram de dois encontros de aperfeiçoamento sobre



rotinas da Secretaria da Promotoria, sistema e-MP e padronização de atendimento, buscando qualidade e uniformidade. Eles também foram designados para apoio remoto, visando equalizar a força de trabalho.

Oficina das Emoções

Em 2025, o Projeto Oficina das Emoções do MPRN continuou oferecendo um espaço de reflexão e autoconhecimento sobre inteligência emocional, com 6 turmas e 71 participantes (estagiários, residentes, assessores jurídicos e teletrabalhadores). As oficinas abordaram temas como liberdade na imperfeição, emoções como aliadas, empatia no assessoramento, impactos emocionais do teletrabalho e desafios emocionais de estágio/residência. O objetivo foi fortalecer o bem-estar emocional e fornecer ferramentas práticas para o manejo emocional, contribuindo para relações de trabalho mais saudáveis e equilibradas no MPRN.



Para Sempre MPRN

Lançado em abril de 2023, o projeto visa auxiliar na transição para a aposentadoria (projeto de vida pós-carreira) e prevenir doenças, integrando membros e servidores aposentados ao MPRN. Em 2025, destacou-se o "Café com o PGJ", que homenageou e reforçou



o vínculo com os aposentados, celebrando reencontro de gerações e reconhecimento. Concluiu-se também o cadastramento de 100% (97 integrantes) dos aposentados, ação que, além de atualizar dados, reforça laços e garante a continuidade de direitos e benefícios, honrando seu legado na Instituição.

DGEP Acompanha



A Instituição criou a iniciativa DGEP Acompanha para oferecer suporte individual ou grupal a membros e equipes, focando na identificação de soluções para demandas da rotina da unidade, como trabalho em equipe e comportamento de integrantes. O apoio pode ser solicitado por gestores, servidores, ou iniciado pela própria Diretoria de Gestão de Pessoas. Em 2025, o projeto atendeu 11 unidades, virtual e/ou presencialmente, e tem ganhado maior reconhecimento institucional.

Programa Trabalho com Qualidade é Vida

O Programa Trabalho com Qualidade é Vida (TQV) do MPRN promoveu ações contínuas de saúde e bem-estar, incluindo campanhas mensais (Janeiro Branco a Novembro Azul) sobre saúde mental, prevenção e valorização da vida, além do "Minuto Saúde" com orientações sobre a gripe. Cabe ressaltar a campanha Outubro Rosa, com inscrições e exames

de mamografia via parceria com o Grupo Reviver. Complementarmente, o TQV realizou a 4ª edição dos Jogos Integrativos, incentivando atividades físicas, integração setorial e fortalecimento de vínculos, reforçando seu compromisso com a saúde integral no trabalho. Conforme destacado nas Figuras 20a, 20b e 20c.



Figuras 20a e 20b - Ações promovidas



Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas, 2026.

Sarau Vozes Femininas

A PGJ, por meio da Comissão de Fortalecimento à Mulher Integrante do MPRN, promoveu a primeira edição do Sarau Vozes Femininas do MPRN, em alusão ao Dia Internacional da Mulher, celebrado no dia 8 de março. A atividade contou com apresentações



de textos, poesias e músicas de autoria feminina e foi realizada no Plenário da sede da Procuradoria-Geral de Justiça, com transmissão pelo *Google Meet*. O evento contou com a presença das escritoras Josimey Costa e Ana de Sales.



Cuidar MP

O projeto consolidou o serviço médico do MPRN com atendimentos presenciais e remotos. A Junta Médica Oficial, composta por especialistas em Medicina do Trabalho e Psiquiatria, realiza atividades médico-periciais e avaliações de saúde e capacidade laboral. Em 2025, a Junta efetuou 291 atendimentos, incluindo avaliações para condições especiais de trabalho, consultas psiquiátricas e concessão de licenças para tratamento de saúde.



4º SIPAT do MPRN

A Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) realizou a IV Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho (SIPAT) 2025, de 28 a 30 de abril, com o tema "Saúde, Segurança e Inclusão: Construindo um Ambiente de Trabalho Sustentável". O evento visou conscientizar sobre segurança, saúde ocupacional e inclusão, estimulando o bem-estar e a ergonomia para prevenir riscos e fortalecer a cultura de segurança e inclusão. O objetivo foi sensibilizar sobre a importância da saúde e segurança, atualizar profissionais em normas e boas práticas, e promover inclusão e acessibilidade, com palestras e atividades práticas sobre atualização normativa, ergonomia e acessibilidade.



Conte Comigo

Em 2025, o Conte Comigo manteve seu formato itinerante para cuidar da saúde mental dos integrantes do MPRN, facilitando o acesso ao cuidado psicológico. A equipe, composta por profissionais e graduandos em Psicologia, realizou 98 atendimentos (quase o dobro do ano anterior), 48 contatos e 20 visitas a unidades, reforçando seu papel na atenção à saúde institucional.

As iniciativas contribuíram para o fortalecimento das competências, da integração das equipes e da qualidade do ambiente de trabalho.



ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL

Em 2025, foram fortalecidas as ações de capacitação institucional, preservação da memória organizacional e aproximação com estudantes da rede pública e privada, com destaque para a implementação das Trilhas de Aprendizagem. Também foram desenvolvidas atividades relacionadas à gestão de programas de capacitação, serviços de biblioteca, política editorial e processos de contratação de estagiários.

► PROJETOS ESTRATÉGICOS

Trilhas de Aprendizagem

As Trilhas de Aprendizagem consolidaram-se, em 2025, como a principal estratégia institucional de

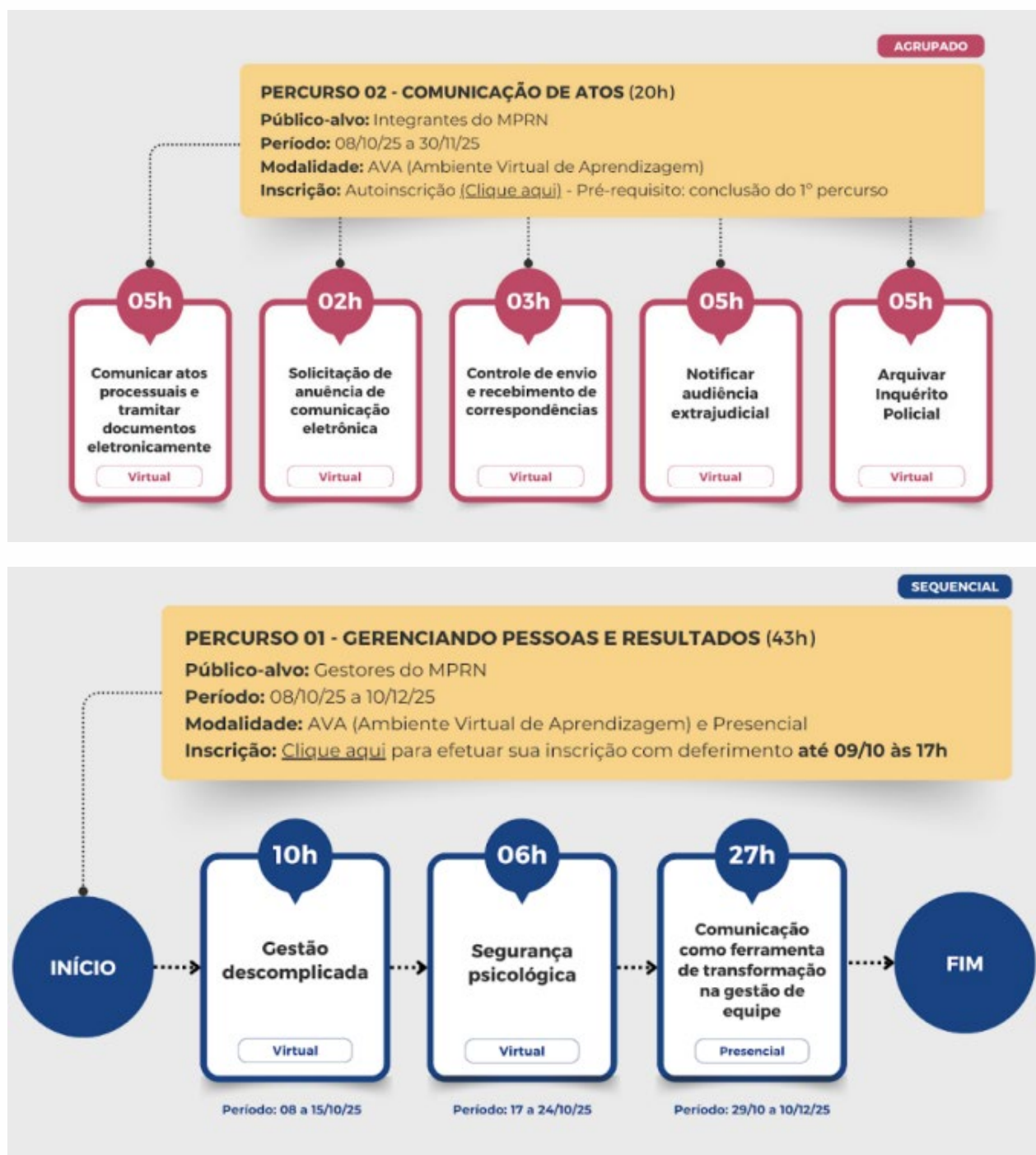


capacitação do MPRN, estruturando percursos formativos alinhados à Recomendação nº 52/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Em 2025.2, a Trilha 02 (Atuação em Órgãos de Execução) ofertou 19 cursos, totalizando 176 horas-aula e 744 cursistas aprovados. O programa também fortaleceu as trilhas de Liderança e Assessoramento Jurídico, alcançando 994 participações e crescimento de 28,30% no engajamento de membros em relação ao exercício anterior.

O fortalecimento das Trilhas também envolveu a definição da matriz curricular anual, a integração de recursos interativos ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e a elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), consolidando as diretrizes estratégicas para o desenvolvimento contínuo das ações formativas.



Figura 21 - Percursos formativos “agrupados” e percursos formativos “sequenciais”



Fonte: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, 2026.

Visita MP

O Projeto Visita MP consolidou-se como iniciativa de aproximação do MPRN com a sociedade, ampliando o alcance entre estudantes do ensino médio e graduação. Em 2025, foram realizadas 27 visitas, alcançando 1.416 alunos em diversas regiões do Estado, com destaque para Natal (31,6%) e Currais Novos (24,9%). A iniciativa integrou-se aos projetos

"MPRN Perto de Você" e "Visita MP Interiorização", garantindo padronização por meio de novos Procedimentos Operacionais Padrão (POPs). Conforme destacado nas Figuras 22a e 22b a seguir.

Figuras 22a e 22b - Registros do Visita MP na sede da Procuradoria-Geral de Justiça



Fonte: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, 2026.

Câmara de Construção de Consenso

Marco histórico de 2025, a Câmara de Construção de Consensos é uma iniciativa inédita no Ministério Público brasileiro. Vinculada ao Ceaf e ao Setor de Autocomposição, foi instituída pela Resolução nº 019/2025-PGJ/RN para atuar na solução de conflitos complexos. No primeiro semestre, promoveu a capacitação especializada de 23 integrantes em técnicas de negociação de alta complexidade. Conforme destaca a Figura 23 a seguir.

Figura 23 - Oficina de construção de consenso para membros e servidores promovida pelo Ceaf



Fonte: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, 2026.



► INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

- Galeria Viva: Rememorar no Século XXI:** utilizando Inteligência Artificial (IA), o projeto deu "voz" aos 42 Ex-Procuradores-Gerais de Justiça, registrando mais de 4.500 acessos aos conteúdos interativos. A Galeria Viva contribuiu para aproximar estudantes e visitantes à trajetória centenária do MPRN, unindo inovação tecnológica, memória e valorização do patrimônio histórico;
- Pílulas de Língua Portuguesa:** A iniciativa Pílulas de Língua Portuguesa tem como propósito esclarecer dúvidas frequentes relacionadas ao uso da norma culta da língua portuguesa e à sua escrita, oferecendo orientações rápidas e acessíveis ao público interno do MPRN. Retomado no segundo semestre de 2025, o projeto produziu dez novas pílulas educativas em formato de carrossel para redes sociais, gerando 150 interações sobre o uso da norma culta;
- Dashboard Ceaf:** em 2025, o Ceaf avançou na modernização de sua gestão interna por meio de uma iniciativa voltada à solução dos desafios relacionados ao acompanhamento de atividades, análise de dados e otimização de processos institucionais. O *dashboard* modernizou o monitoramento de atividades, ao reunir indicadores estratégicos em painéis interativos integrados às ferramentas do *Google Workspace*;
- Portal de Informação do Ceaf:** desenvolvido na *intranet* para centralizar conteúdos, e-books, dashboards e serviços de todos os setores do Centro de Estudos;
- Memória MP:** desenvolvido pelo Memorial/Ceaf em parceria com a Diretoria de Comunicação, com apoio da Procuradoria-Geral de Justiça, o projeto registra depoimentos em vídeo que resgatam não apenas momentos marcantes das carreiras dos participantes, mas também suas percepções sobre as transformações jurídicas, sociais e institucionais vivenciadas ao longo do tempo. A iniciativa foi lançada



para resgatar depoimentos em vídeo de membros e servidores, preservando a história oral e as transformações institucionais;

- **Preservação da história do**

MPRN: o Ceaf desenvolveu um conjunto de ações voltadas à preservação e à difusão da memória institucional, incluindo a atualização da Exposição Permanente do Memorial, que ganhou nova narrativa, suportes cenográficos e a restauração de



móveis históricos, tornando a experiência mais imersiva para os visitantes.

Aperfeiçoamento dos processos de seleção

Em 2025, foram aprimorados os processos de seleção, avaliação e contratação de estagiários de graduação e pós-graduação, fortalecendo a formação acadêmica e ampliando o suporte às atividades institucionais. Houve expansão das vagas ofertadas, com a disponibilização de 250 vagas de Residência Jurídica, 60 de Residência Administrativa e 112 vagas de estágio de graduação nas áreas jurídica e administrativa. Também foram promovidas iniciativas voltadas ao reconhecimento e à valorização da produção acadêmica, incluindo a premiação de artigos científicos na Revista Estagiart 2025, a realização do Dia do Estagiário, a abertura do ano letivo, a edição do programa “Literatura e Direito: diálogos possíveis” e a seleção e divulgação de artigos na Revista Eletrônica Jurídico-Institucional do MPRN.

Promoção da Autocomposição

No período de janeiro a dezembro de 2025, foram consolidadas ações voltadas à promoção de práticas restaurativas, cultura de paz, não violência e métodos autocompositivos. Entre os resultados alcançados, destaca-se a formalização de





acordo entre a 49ª Promotoria de Justiça e o Detran/RN, com apoio do Nupa, viabilizando a realização de concurso público para o provimento de 80 cargos efetivos vagos, além da formação de cadastro de reserva.

O MPRN ainda formou 695 agentes de segurança pública em Justiça Restaurativa e Comunicação Não Violenta (CNV) em 2025. Em resumo, os Núcleos de Práticas Autocompositivas (NPAs) apresentaram os seguintes resultados destacados na Tabela 29.

Tabela 29 - Resultados dos Núcleos de Práticas Autocompositivas (2025)

Unidade	Procedimentos/Atendimentos	Destaque
NPA Mossoró	57 mediações familiares	54 Termos de Acordo firmados
NPA Parnamirim	50 procedimentos registrados	Atuação de facilitadores voluntários
NPA Natal (Família)	420 atendimentos	92 reconhecimentos de paternidade (Pai Legal)

Fonte: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, 2026.

Autocompor Brasil: Congresso Nacional de Autocomposição do Ministério Público

Em maio de 2025, o Autocompor Brasil consolidou-se como importante iniciativa nacional voltada ao fortalecimento da autocomposição no país. Coordenado pelo Setor de Autocomposição (SEA), em parceria entre o MPRN e o CNMP, o congresso reuniu representantes de todas as regiões do Brasil, com participação de membros do Ministério Público, servidores, estudantes e especialistas da área.

O evento contou com 159 participantes, colaboração de 47 instituições e presença de 10 palestrantes (ver figura 24). O SEA atuou na coordenação técnica e operacional do congresso, incluindo a organização da programação, articulação com palestrantes e suporte às atividades formativas, contribuindo para o fortalecimento da autocomposição no âmbito ministerial.

Figura 24 - Registro do Congresso Nacional de Autocomposição do Ministério Público



Fonte: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, 2026.

► RESULTADOS EM NÚMEROS

O Infográfico da Figura 25 a seguir apresenta um compilado de indicadores de desempenho do Ceaf em 2025, abrangendo formação, produção editorial, suporte à pesquisa e impacto social de práticas de mediação.



Figura 25 - Resultados em números do Ceaf no ano de 2025.



ENSINO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

18.346 Inscritos em **218** Cursos

O setor pedagógico alcançou a marca de **12.523** alunos aprovados em suas capacitações.



110 Materiais Revisados e **45** E-books

A editoração diagramou diversas cartilhas e processou mais de 5.400 páginas de conteúdo técnico.



Fortalecimento da Carreira Institucional

Foram processados 360 avanços na carreira e concedidos 115 auxílios para eventos externos.



PESQUISA, INFORMAÇÃO E JUSTIÇA SOCIAL

12.000 Acessos Mensais ao JusBrasil

O acervo da biblioteca forneceu suporte essencial com centenas de pesquisas jurídicas e no DOE.



PRÁTICAS AUTOCOMPOSITIVAS

137 Mediações e **98** Reconhecimentos de Paternidade

As práticas autocompositivas demonstram alto índice de resolutividade e impacto direto na cidadania.



Detalhamento das Práticas Autocompositivas

Atendimentos ao Público 495	495
Visitas de Divulgação 203	203
Procedimentos Gerenciados 101	101

Fonte: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, 2026.

GESTÃO ADMINISTRATIVA

Em 2025, a gestão administrativa do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN) atuou no fortalecimento da infraestrutura institucional e no suporte às atividades finalísticas, com foco na modernização de processos, otimização de recursos e ampliação da eficiência operacional.

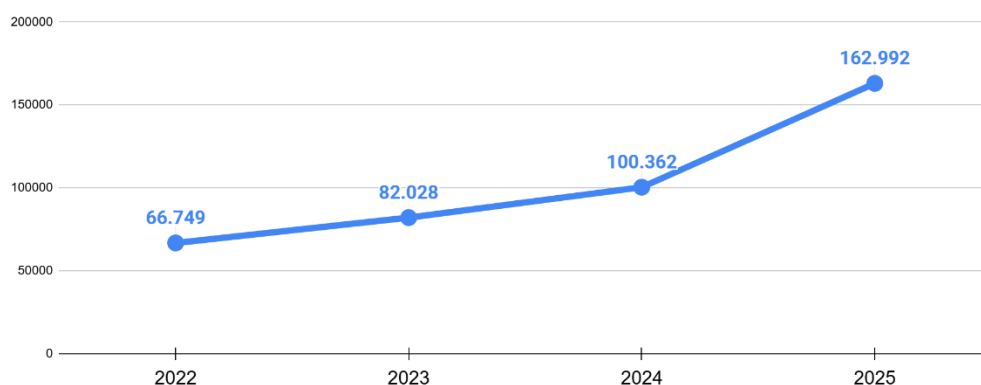
As ações foram direcionadas à modernização da infraestrutura, ao aperfeiçoamento da logística documental e ao fortalecimento do suporte administrativo às unidades ministeriais. Este subcapítulo detalha as entregas das unidades subordinadas, evidenciando o alinhamento institucional com a eficiência pública, a transparência e a melhoria contínua dos serviços prestados.

► LOGÍSTICA E FLUXO PROCESSUAL

Central de Distribuição de Processos

Em 2025, a Central de Distribuição de Processos consolidou sua maturidade operacional, ampliando o suporte prestado aos órgãos de distribuição em todo o Estado. Ao longo do exercício, foram geridos 162.992 processos judiciais eletrônicos, atendendo 66 órgãos de distribuição. O volume representa crescimento aproximado de 62% em relação ao exercício anterior, evidenciando o fortalecimento da capacidade operacional e do suporte às atividades das Promotorias de Justiça, conforme demonstrado no Gráfico 27.

Gráfico 27 – Crescimento do volume de processos distribuídos (2022-2025)



Fonte: Diretoria Administrativa, 2026.



Protocolo e Gestão de Arquivos

Em junho de 2025, foi promovida a unificação da cadeia logística documental, com a incorporação das competências do Arquivo-Geral ao Setor de Protocolo, que passou a atuar de forma integrada na gestão documental institucional. Ao longo do exercício, foram realizados 7.561 envios de documentos por malote e mensageiros, além do processamento de 848 documentos externos via sistema SIGA-MP. Também foram mantidas sob custódia 5.312 caixas de documentos e realizado o descarte sustentável de 3.911 caixas documentais que atingiram o prazo de temporalidade, sob supervisão da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD).

► CONTRATOS, CONVÊNIOS E AQUISIÇÕES

O MPRN fortaleceu a gestão contratual e a formalização de parcerias institucionais essenciais ao funcionamento administrativo, com a celebração de 76 novos contratos e 60 convênios e acordos iniciais. Também se destacou o aprimoramento do controle das contratações por Notas de Empenho (NE), que totalizaram 269 procedimentos, contribuindo para maior celeridade nas aquisições de bens e serviços de pronta demanda institucional, incluindo o reforço técnico às atividades especializadas de atendimento.

► ENGENHARIA E INFRAESTRUTURA SUSTENTÁVEL

Em 2025, o MPRN direcionou esforços ao fortalecimento da infraestrutura institucional, com foco na entrega de espaços acessíveis, sustentáveis e energeticamente eficientes. Entre as principais entregas do exercício, destaca-se a conclusão da nova sede da Promotoria de Justiça de Florânia, projetada em conformidade com os padrões de acessibilidade da NBR 9050 e equipada com sistemas de climatização de alto desempenho.

MP Solar

O projeto MP Solar consolidou-se como referência nacional em sustentabilidade no Ministério Público. O sistema de geração de energia fotovoltaica atingiu 6.654.551 kWh de geração acumulada, gerando uma economia real de R\$ 4.172.358,00 aos cofres da Instituição. Observa-se que 82% das unidades fotovoltaicas já superaram o período de retorno do investimento (*payback*), passando a operar com significativa redução dos custos de geração de energia para a administração.



Manutenção predial e apoio operacional

Ao longo de 2025, o MPRN manteve ações contínuas de manutenção predial e suporte operacional, assegurando a integridade física das unidades ministeriais e a adequada estrutura para realização de eventos institucionais. Com média de 17 atendimentos por dia útil, foram solucionados 4.478 chamados técnicos. As atividades incluíram manutenção preventiva e corretiva, pintura geral de 14 sedes ministeriais e apoio logístico direto a 328 eventos institucionais, contribuindo para a qualidade da infraestrutura e do atendimento prestado à sociedade.

Obras e reformas

- a) Reforma da Pmj de Baraúna:** a reforma da sede da Promotoria de Justiça de Baraúna foi iniciada com o objetivo de adequar a unidade às normas de acessibilidade (NBR 9050), promover a recuperação estrutural da edificação e modernizar sua infraestrutura física. As intervenções abrangem melhorias nas condições de segurança, acessibilidade e funcionalidade dos ambientes institucionais. Com a conclusão da obra, a unidade contará com estrutura mais segura, acessível e adequada ao atendimento da população, além de melhores condições de trabalho para membros e servidores (Figuras 26a e 26b).



Figuras 26a e 26b - Reforma da Sede da Promotoria de Justiça de Baraúna



Fonte: Departamento de Engenharia, 2026.

- b) Construção da nova sede da Pmj de Florânia:** durante o exercício de 2025, o Departamento de Engenharia acompanhou e fiscalizou a construção da nova sede da Promotoria de Justiça de Florânia, concluída e recebida em dezembro do mesmo ano. A unidade foi entregue com infraestrutura completa, incluindo climatização, sistema de geração de energia fotovoltaica e acessibilidade integral, ampliando a eficiência operacional e a qualidade do atendimento institucional, conforme Figuras 27a e 27b a seguir.

Figuras 27a e 27b - Construção da nova sede da Pmj de Florânia



Fonte: Departamento de Engenharia, 2026.

Outras entregas

O MPRN, por meio de sua gestão administrativa, buscou garantir o pleno funcionamento de todas as unidades ministeriais em 2025, realizando ações contínuas de manutenção, modernização e suporte operacional. Esse esforço na infraestrutura e na logística visa assegurar que membros e servidores tenham as condições ideais de trabalho, possibilitando a

entrega de um serviço de excelência, eficiente e com melhor qualidade para o cidadão.
Entregas destacadas no Infográfico da Figura 28.

Figura 28 - Detalhamento de entregas



Fonte: Diretoria Administrativa, 2026.



GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Em 2025, o MPRN fortaleceu a modernização tecnológica institucional, com foco na ampliação da infraestrutura digital, na segurança da informação e no desenvolvimento de soluções inovadoras voltadas à otimização das atividades finalísticas e administrativas. As iniciativas implementadas ampliaram a eficiência operacional, a confiabilidade dos serviços e a transformação digital institucional.

► PROJETOS DESENVOLVIDOS

MP Seguro

O projeto MP Seguro visou à realização de ações e a tomada de medidas nos três principais componentes da Segurança da Informação em Tecnologia da Informação (TI): pessoas, processos e tecnologias. O objetivo principal é a consolidação de uma cultura institucional voltada à segurança de dados e informações. Como resultados alcançados em 2025, destacam-se os que se encontram a seguir.



ZERO INCIDENTES DE SEGURANÇA

Redução a 0 (zero) dos incidentes de segurança envolvendo vazamento de dados ou informações institucionais

+625 USUÁRIOS CAPACITADOS

Capacitação de aproximadamente 625 (seiscentos e vinte e cinco) usuários de Tecnologia da Informação (TI) em Segurança da Informação e boas práticas de uso dos serviços tecnológicos



Genius



O projeto Genius consiste na implementação de soluções de Inteligência Artificial (IA) generativa voltadas à otimização de processos de trabalho, ao apoio à tomada de decisão e à redução de erros operacionais no âmbito do MPRN. A iniciativa envolveu a estruturação da área de IA, a criação de banco institucional de *prompts* e a capacitação de usuários.

Em 2025, foram realizadas 26 (vinte e seis) oficinas, com a capacitação de 705 usuários, ampliando a cultura de inovação e as competências tecnológicas institucionais. Os resultados incluíram aumento da eficiência operacional, aprimoramento da análise de informações estratégicas e fortalecimento da transformação digital institucional.

As Figuras 29a e 29b apresentam registros das oficinas realizadas no âmbito do projeto Genius com integrantes do MPRN.

Figuras 29a e 29b - Oficinas de implementação do uso da IA no âmbito do MPRN



Fonte: Diretoria de Tecnologia da Informação, 2026.

Rumos

O projeto Rumos é uma iniciativa estratégica voltada ao fortalecimento da governança de Tecnologia da Informação (TI), em conformidade com as resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e *frameworks* internacionais como COBIT e ITIL. Os resultados qualitativos incluem a melhoria da eficácia da Tecnologia da Informação (TI), redução de riscos e aumento da transparência e *accountability*. Em termos quantitativos, o projeto promoveu a redução dos custos de Tecnologia da Informação (TI) sem comprometer a disponibilidade dos serviços.



► INICIATIVAS REALIZADAS

Evolução e Melhoria de Sistemas

O MPRN manteve o foco na evolução constante de suas ferramentas de trabalho, conforme detalhado a seguir.

- **Sistema de Virtualização de Processos (e-MP):** foram lançadas oito novas versões ao longo do ano, com foco em uma plataforma mais responsiva e adaptável. Destacam-se a integração bem-sucedida com o Processo Judicial Eletrônico (PJe), incluindo o particionamento automático para petições grandes; melhoria no fluxo de atualização de intimações do PJe no e-MP; compatibilidade garantida com mudanças no PJe e inclusão de suporte a demandas eleitorais; integração com o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU); e melhoria no armazenamento e descarte dos arquivos assinados; aceitação de certificados em nuvem; melhoria no armazenamento da senha do PIN durante a sessão; ,modificação do método de assinatura; e melhoria na forma de armazenamento dos arquivos assinados;
- **Intranet:** foram entregues nove novas versões com foco em funcionalidades de Recursos Humanos (RH) e robustez da aplicação;
- **Portal Institucional:** realização de melhorias na disposição de informações para o cidadão e na organização dos serviços disponibilizados, facilitando a comunicação com a sociedade;
- **Fundo de Reparelhamento do MPRN:** foi realizado o desenvolvimento de uma nova ferramenta para o Fundo de Reparelhamento do MPRN. Uma das funcionalidades já em funcionamento é a geração de boletos e atualização de serviços e valores.

Desenvolvimento de Painéis de Business Intelligence (BI)

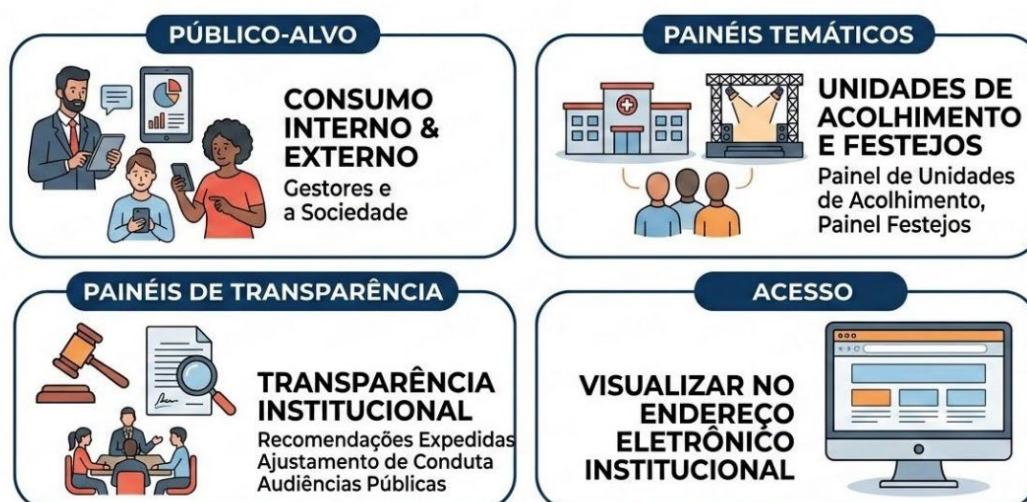
Foram construídos painéis de *Business Intelligence* (BI) para consumo interno e externo, visando assegurar que gestores e a sociedade tomem decisões fundamentadas. Os

painéis entregues podem ser visualizados no endereço eletrônico institucional e incluem o Painel de Unidades de Acolhimento, Painel Festejos e painéis de transparência sobre



MPRN
em Dados

Recomendações Expedidas; Ajustamento de Conduta e Audiências Públicas.



Pesquisa de Satisfação de TI 2025

Com o objetivo de avaliar a qualidade dos serviços prestados pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), foi realizada pesquisa de satisfação junto aos usuários internos, abrangendo servidores e estagiários. O levantamento registrou Índice Geral de Satisfação de 99% , com nota média de 9,4 em escala de 0 a 10, evidenciando elevado nível de aprovação dos serviços tecnológicos ofertados pela instituição.

O Infográfico da Figura 30 apresenta o detalhamento dos principais resultados obtidos na pesquisa.



Figura 30 - apresenta o detalhamento da satisfação por serviço de infraestrutura e ferramenta



Fonte: Diretoria de Tecnologia da Informação, 2026 .

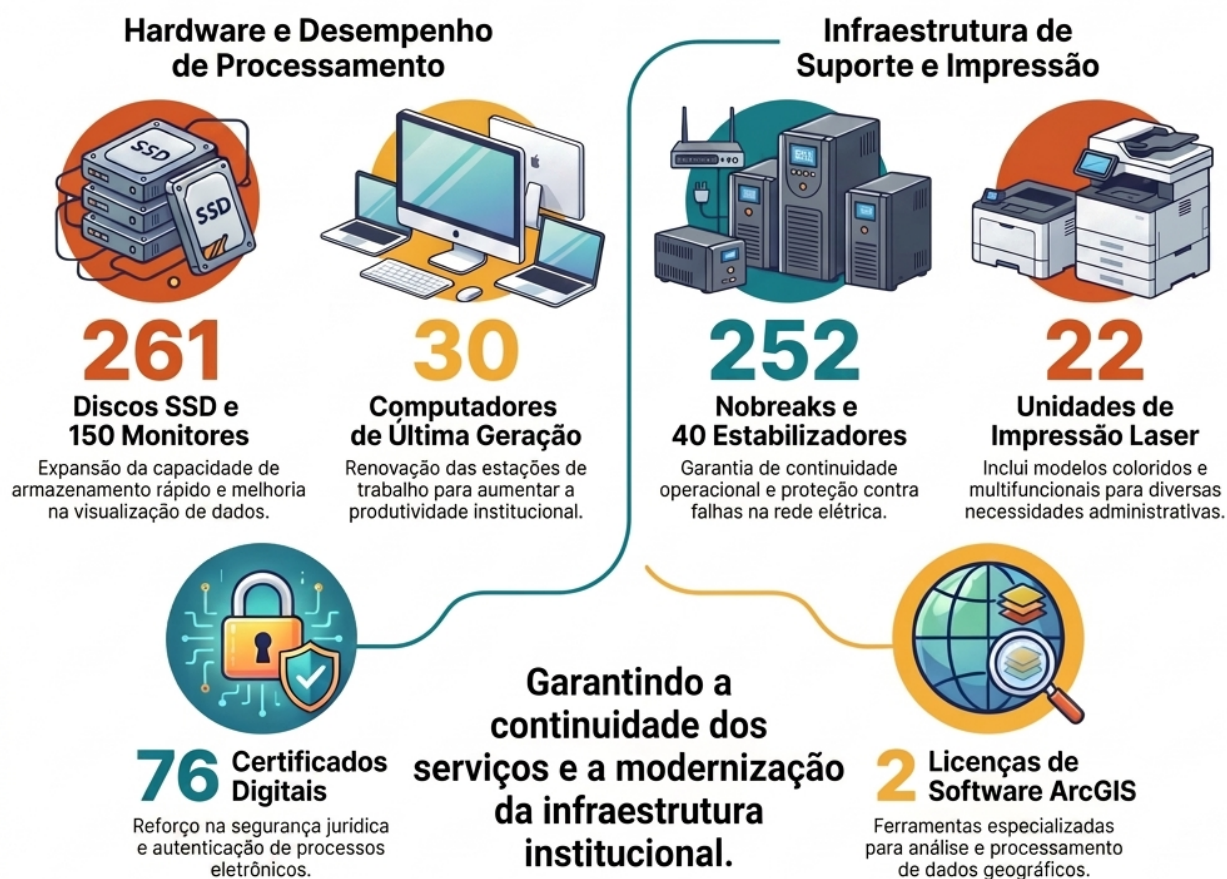
Elaboração do PETI e PDTI - 2026-2027

- **PETI:** o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) foi elaborado para alinhar as iniciativas de TI aos objetivos estratégicos do Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN) para o biênio 2026-2027.
- **PDTI:** o PDTI é um instrumento de planejamento estratégico que abarcou 21 projetos destinados a atender às necessidades de tecnologia e informação da instituição. Esse plano é revisado anualmente para acompanhar sua execução e garantir alinhamento contínuo ao Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI).

Modernização do Parque Tecnológico

Para garantir a continuidade e eficiência operacional, foram realizadas diversas aquisições de equipamentos e softwares. O Infográfico da Figura 31 detalha os itens incorporados ao patrimônio tecnológico durante o exercício:

Figura 31 - Aquisições realizadas em 2025



Fonte: Gerência de Atendimento ao Usuário, 2026.



SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Em 2025, o MPRN fortaleceu as ações de segurança institucional, com foco na proteção de membros, servidores, colaboradores e patrimônio institucional, bem como na prevenção de riscos e no aprimoramento das atividades de inteligência. Ao longo do exercício, foram consolidadas medidas de segurança orgânica e institucional, ampliando a capacidade de prevenção, monitoramento e resposta a situações de risco, em alinhamento com a continuidade segura das atividades ministeriais.

► AÇÕES DESENVOLVIDAS

As ações desenvolvidas em 2025 fortaleceram a segurança das sedes ministeriais, a proteção dos integrantes da Instituição e a continuidade segura das atividades institucionais. Nesse contexto, destacam-se, a seguir, as iniciativas estratégicas realizadas pelo GSI em 2025:

- a) **Eventos Institucionais** - segurança em eventos institucionais importantes, como o MPRN Perto de Você nas cidades de Santa Cruz e Currais Novos, Autocompor Brasil - Congresso de Autocomposição do MP, Posse do Procurador-Geral de Justiça entre outros;
- b) **Segurança Especial:** no decorrer do ano de 2025 foram realizadas 141 missões de segurança pessoal, em razão de atividades a serem realizadas de membros e servidores do MPRN, bem como condução de colaboradores;
- c) **Inspeções de Segurança:** foram realizadas 108 inspeções técnicas em unidade ministeriais, para prevenir danos e identificar vulnerabilidades;
- d) **Avanço Normativo e Institucional:** publicação da Resolução nº 143/2025-PGJ/RN que dispõe sobre a organização, a estrutura e as atribuições do Gabinete de Segurança Institucional no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, sendo, na prática, o primeiro Regimento Interno desde a criação do GSI do MPRN, norma que reorganizou a estrutura administrativa e criou setores fundamentais, a exemplo da

implementação de um Setor de Inteligência com equipe específica e exclusiva voltada à produção de conhecimento na área da Segurança Institucional.

A nova estrutura fortalece a organização interna do GSI, amplia a capacidade de atuação estratégica e aprimora as ações de segurança institucional no âmbito do MPRN.

► ATUAÇÃO NO CENÁRIO NACIONAL

Durante o ano de 2025, o Coordenador do GSI foi designado pela Presidência do CNMP (PORTARIA CNMP-PRESI Nº 265 DE 6 DE OUTUBRO DE 2025) para integrar a Secretaria Executiva de Segurança Institucional (SESI), do CNMP. A Secretaria Executiva de Segurança Institucional é órgão integrante do Sistema Nacional de Segurança Institucional do Ministério Público (SNSIMP), responsável pela estratégia de Segurança Institucional junto ao CNMP e ao seu Comitê de Políticas de Segurança Institucional (CPSI).



MPRN

**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO RIO GRANDE DO NORTE**

www.mprn.mp.br